

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

MELISSA FESTA SCARAMUSSA

**VIOLÊNCIA MASCULINA: A MASCULINIDADE COMO FICÇÃO E A SUBVERSÃO
FEMININA**

VITÓRIA
2022

MELISSA FESTA SCARAMUSSA

**VIOLÊNCIA MASCULINA: A MASCULINIDADE COMO FICÇÃO E A SUBVERSÃO
FEMININA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional na área de concentração em Saúde, Subjetividade e Clínica.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Santos Bispo

**VITÓRIA
2022**

MELISSA FESTA SCARAMUSSA

**VIOLÊNCIA MASCULINA: A MASCULINIDADE COMO FICÇÃO E A SUBVERSÃO
FEMININA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional na área de concentração em Saúde, Subjetividade e Clínica.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Santos Bispo
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Ariana Lucero
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Mariana Mollica da Costa
Ribeiro Araujo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

VITÓRIA
2022

AGRADECIMENTOS

Fábio Santos Bispo, obrigada por me acompanhar e orientar, desde minha graduação. Obrigada pelo tempo dedicado, pela disponibilidade, parceria e sugestões preciosas. À minha companheira de mestrado, Beatriz Oliveira da Silva, obrigada por tornar minhas angústias mais leves quando compartilhadas.

Professoras Luziane de Assis e Aline Souza Martins pela presença e contribuições fundamentais em minha qualificação.

Scheila Canal, pela escuta e acolhimento. Sem você, sustentar meu desejo teria sido infinitamente mais difícil.

Às minhas amigas queridas, que sempre se fazem presentes em minha vida, me apoiando, motivando e dando motivos para rir em meio às dificuldades.

À minha avó Marisa, por todo amor, apoio e preocupação. Aos que não estão mais aqui comigo em corpo, mas permanecem em meu coração: Vovô Zequinha, vovó Antônia e vovô Zeferino, sei que vocês estão orgulhosos de onde quer que estejam.

Ao meu padrasto, Humberto, pelo carinho e palavras de motivação.

Ao meu pai, Fernando, pelo cuidado, investimento e incentivo. Obrigada por tanto.

À minha mãe, Beatriz, minha inspiração: você é meu exemplo de força e inteligência. Obrigada pelas palavras doces e pelo apoio incondicional.

Ao meu namorado, Trajano, obrigada por todo amor, por sempre torcer por mim, me incentivar a persistir e fazer meus dias mais leves e felizes.

Aos meus gatinhos, Mimi e Mixirica, pelo conforto e companhia.

E, por que não, a mim mesma, por nunca ter desistido do meu desejo?

*Nada é impossível de mudar
Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.*

(Bertolt Brecht, 1982)

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a violência masculina que se inscreve na relação do sujeito com o laço social, investigando o caráter fictício da masculinidade ao colocar em xeque o homem e sua virilidade. A metodologia utilizada foi a teórico-conceitual, articulando a historicidade da violência masculina, psicanálise e os estudos de gênero. A partir da observação do exponente aumento da violência contra a mulher nos últimos anos, de relatos clínicos de mulheres que enfrentam essa questão e concomitante ao fortalecimento do discurso feminista, inicialmente são levantadas expressões da violência masculina no cenário atual brasileiro. Em seguida, é feita uma breve contextualização histórica da construção do mito do homem viril e do surgimento do feminismo como movimento político subversivo. A partir disso, a psicanálise é convocada trazendo o caráter fictício da masculinidade em textos de Freud e Lacan; explora-se o falo como semblante que institui um modo rígido de gozo, aderido à heteronormatividade. Ao fim, são apresentadas interlocuções possíveis para pensar a violência masculina entre a psicanálise, os estudos de gênero e políticas públicas. Também são trazidas iniciativas com grupos educativos e reflexivos entre homens que buscam construir novas maneiras de experienciar a masculinidade de uma forma mais plural e aberta a outros modos. Constatou-se que masculinidade viril é instituída através de rituais e práticas violentas, que tem como base o rechaço e inferiorização de tudo que é considerado feminino. A contribuição da psicanálise se dá não apenas por meio da clínica, mas da crítica em diálogo com os movimentos feministas e com as políticas públicas. Ela nos mostra que o caráter masculino viril não passa de uma ficção, um semblante que se esforça para esconder a castração, insuportável para o homem.

Palavras-chave: Psicanálise. Masculinidade. Violência masculina. Feminismo. Estudos de gênero.

ABSTRACT

This research seeks to understand the male violence that is inscribed in the relationship of the subject with the social bond, investigating the fictitious character of masculinity to put in check the man and his virility. The methodology used was theoretical-conceptual, articulating the historicity of male violence, psychoanalysis, and gender studies. From the observation of the exponent increase in violence against women in recent years, clinical reports of women who face this issue and concomitant to the strengthening of the feminist discourse, expressions of male violence are initially raised in the current Brazilian scenario. Then, a brief historical contextualization of the construction of the myth of virile man and the emergence of feminism as a subversive political movement is made. From this, psychoanalysis is summoned bringing the fictitious character of masculinity in texts of Freud and Lacan; it explores the phallus as semblant that establishes a rigid mode of jouissance, adhered to heteronormativity. Finally, possible interlocutions are presented to think about male violence between psychoanalysis, gender studies and public policies. Initiatives are also brought with educational and reflective groups among men who seek to build new ways of experiencing masculinity in a more plural and open to other ways. It was found that virile masculinity is instituted through rituals and violent practices, which is based on the rejection and inferiorization (emasculate) of everything that is considered feminine. The contribution of psychoanalysis occurs not only through the clinic, but through criticism in dialogue with feminist movements and with public policies. It shows us that the manly masculine character is nothing but a fiction, a semblance that strives to hide castration, unbearable to man.

Keywords: Psychoanalysis. Masculinity. Male violence. Feminism. Gender studies.

RÉSUMÉ

Cette recherche cherche à comprendre la violence masculine qui s'inscrit dans la relation du sujet avec le lien social, en enquêtant sur le caractère fictif de la masculinité tout en mettant en échec l'homme et sa virilité. La méthodologie utilisée était la théorie conceptuelle, articulant l'historicité de la violence masculine, la psychanalyse et les études de genre. A partir de l'observation de l'augmentation exponentielle de la violence à l'égard des femmes au cours des dernières années, des rapports cliniques de femmes confrontées à cette question et concomitamment au renforcement du discours féministe, des expressions de la violence masculine sont initialement soulevées dans la scène actuelle brésilienne. Ensuite, il est fait une brève contextualisation historique de la construction du mythe de l'homme viril et de l'émergence du féminisme comme mouvement politique subversif. A partir de cela, la psychanalyse est convoquée en apportant le caractère fictif de la masculinité dans les textes de Freud et Lacan; on explore le phallus comme visage instituant une manière rigide de jouissance, adhérant à l'hétéronormation. Enfin, des interlocutions sont présentées pour penser la violence masculine entre la psychanalyse, les études de genre et les politiques publiques. Des initiatives sont également apportées avec des groupes éducatifs et réfléchis parmi les hommes qui cherchent à construire de nouvelles façons d'expérimenter la masculinité d'une manière plus plurielle et ouverte à d'autres modes. On a constaté que la virilité masculine est instituée par des rituels et des pratiques violentes, qui est basé sur la rejet et infériorisation de tout ce qui est considéré comme féminin. La contribution de la psychanalyse se fait non seulement par la clinique, mais aussi par la critique en dialogue avec les mouvements féministes et avec les politiques publiques. Elle nous montre que le caractère masculin viril n'est rien d'autre qu'une fiction, un visage qui s'efforce de cacher la castration, insupportable pour l'homme.

Mots-clés: Psychanalyse. Masculinité. Violence masculine. Féminisme. Études du genre.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Charge do Conto da Aia..... | 24 |
| Figura 2 – Fórmulas da Sexuação..... | 63 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 2 EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA MASCULINA E DA CRISE DA MASCULINIDADE NO BRASIL ATUAL..... | 18 |
| 2.1 MASCULINIDADE E POLÍTICA | 18 |
| 2.2 MASCULINIDADE E RELIGIÃO..... | 21 |
| 2.3 MASCULINIDADE E CULTURA..... | 23 |
| 3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE E A SUBVERSÃO FEMININA COM O FEMINISMO | 31 |
| 3.1 MASCULINIDADE: UMA CRISE CONSTANTE | 31 |
| 3.2 A MASCULINIDADE INSTITUÍDA COM VIOLÊNCIA | 36 |
| 3.3 O ENFRAQUECIMENTO DO IDEAL VIRIL E A SUBVERSÃO FEMININA..... | 40 |
| 4 O CARÁTER FICTÍCIO DA MASCULINIDADE EM FREUD E LACAN | 46 |
| 4.1 A HISTÉRICA E O PAI | 46 |
| 4.2 A NEGAÇÃO DA CASTRAÇÃO..... | 52 |
| 4.3 A MASCULINIDADE COMO SEMBLANTE E OS MODOS DE GOZO | 57 |
| 5 PSICANÁLISE E VIOLÊNCIA MASCULINA: INTERLOCUÇÕES POSSÍVEIS . | 66 |
| 5.1 PSICANÁLISE E ESTUDOS DE GÊNERO | 66 |
| 5.2 PSICANÁLISE E POLÍTICAS PÚBLICAS | 73 |
| 5.3 OUTRAS APOSTAS: GRUPOS TERAPÊUTICOS E EDUCACIONAIS | 78 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 84 |
| REFERÊNCIAS..... | 87 |

1 INTRODUÇÃO

“É divertido que, depois de setenta anos de psicanálise, ainda não se tenha formulado nada sobre o que é o homem. Refiro-me ao vir, ao sexo masculino.”

(Lacan, 1968/69, p. 382).

A violência contra a mulher é uma constante ao longo da história de diversas civilizações. Ela se fez presente, de formas diferentes, desde a pré-história, passando pela Idade Antiga, Idade Média, Moderna e agora pela Contemporânea. Pode-se dizer que ela é um traço constitutivo da civilização, visto que sistemas econômicos, formações familiares, dogmas religiosos e outras instituições se beneficiam ativamente dela. Apesar de sempre presente, essa violência agora se revela de forma mais explícita no contexto brasileiro, em todas as camadas da sociedade e também de forma virtual, gradativamente tornando-se mais agressiva e banalizada. Os agentes dessa violência são, via de regra, os homens.

Podemos comparar a caça às bruxas, um programa político realizado na Europa com o apoio principalmente da Igreja, com o que vivemos atualmente em moldes latino-americanos, em um país colonizado (FEDERICI, 2017). As mulheres continuam sendo caçadas, vigiadas, controladas, punidas, violentadas e mortas; continuam sendo objetalizadas em prol do sistema econômico vigente, tendo seu corpo utilizado para reprodução para que as engrenagens do capital girem. Os saberes das mulheres seguem sendo desvalorizados e, à medida que se distanciam do local que lhes é concedido pelo patriarcado, tornam-se ameaça. Em paralelo agora, a religião continua fornecendo grande apoio a esse pacto, docilizando e demonizando a figura feminina. Coisas tidas como naturais são efeitos no sujeito de uma ordem socioeconômica estabelecida na história.

Em 2019, durante minha graduação, participei do estágio em clínica psicanalítica dentro do curso de Psicologia da UFES. Nessa experiência, pude atender uma mulher que se via imensamente confrontada com sua aversão a homens, devido a uma situação de abuso vivida em sua infância. A história dela não era única, visto que minhas colegas de estágio também atendiam mulheres, todas trazendo em suas falas figuras masculinas abusivas e violentas, em diversos níveis, fossem elas reais ou imaginárias. Os desdobramentos das análises dessa série de casos traziam à tona as experiências individuais e, ao mesmo tempo, coletivas, das violências

sofridas por essas mulheres. Desde então, o que antes era um interesse se tornou uma questão para mim, que se traduz na difícil pergunta: por que os homens violentam?

Dentro do contexto atual é notório também o fato de que nunca na história as lutas dos movimentos sociais tiveram tanta visibilidade. Vivendo em um mundo globalizado e super conectado, os smartphones, computadores e redes sociais são veículos de comunicação em massa capazes de atingir um enorme número de pessoas. Conteúdos informativos e educativos são feitos diariamente e obtêm milhões de acessos. O movimento feminista, principalmente negro, tem conquistado cada vez mais voz e espaço com essa ferramenta, provocando e interrogando através de posts no Instagram e vídeos. Nunca tivemos tantos debates acerca da violência contra a mulher aliados com a luta antirracista.

Estamos testemunhando uma explosão feminista (HOLLANDA, 2018) brasileira em todos os campos do saber, que questiona diariamente, tanto homens quanto mulheres, acerca do machismo, racismo, papéis de gênero e desigualdades. A cada ano que passa temos mais mulheres na política e ocupando cargos mais altos, temos cursos, palestras, seminários, especializações, produções acadêmicas que giram em torno do feminismo. O Brasil possui 15 anos de lei Maria da Penha em pleno vigor... e ainda assim, é preciso perguntar: por que a violência aumenta? Por que os feminicídios, os estupros, denúncias, agressões, por que aumentam? Pierre Bourdieu provoca:

(...) será que as invariáveis que se mantêm, acima de todas as mudanças visíveis da condição feminina, e são ainda observadas nas relações de dominação entre os sexos, não obrigam a tomar como objeto privilegiado os mecanismos e as instituições históricas que, no decurso da história, não cessaram de arrancar dessa mesma história tais variáveis? (BOURDIEU, 1998/2019, p. 16).

Foi a partir dessas inquietações que minha questão de pesquisa começou a surgir. O aumento da violência não está completamente dissociado da popularização do discurso feminista; ao contrário disso, a correlação de um ao outro fica evidente se pensarmos que, a partir das denúncias feministas ao caráter violento da masculinidade e injustiças estruturais reproduzidas pelo sistema patriarcal masculino hegemônico, há uma espécie de reação negativa vinda dos homens. Por um lado, essas denúncias possibilitaram que muitas violências não eram expostas emergissem... por outro, o movimento reacionário ganha força, chegando inclusive a altas posições de poder. Há uma tentativa constante (e por vezes bem-sucedida) de silenciamento das mulheres, que resulta, em última instância, em feminicídio.

Mas ora, o que essas mulheres estão dizendo e fazendo que provoca tanto incômodo? Foucault em *A Ordem do Discurso* (1970/1996), associa “poder” ao “poder de emitir um discurso”. Ele

traz a ideia de que há algo perigoso no discurso no campo político e social, e por isso, ele precisa ser regulado e interdito.

Por mais que um discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise já nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; é visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (FOUCAULT, 1970/1996, p.10).

Considerando que o discurso não representa o mundo, ele cria o mundo, o que as mulheres feministas criam quando denunciam a impostura masculina? Ao reagir de forma contundente às denúncias, podemos intuir que os homens assumem certa posição defensiva. Do que eles estão se defendendo? Essa reação violenta mostra que, de alguma forma, os homens sentem-se ameaçados. Esse próprio sentimento de ameaça já é, em si, uma confirmação do privilégio que reside em ser homem: há o reconhecimento do privilégio a partir do momento que eu tenho medo de que alguém o tire de mim e eu o perca. Mas se o homem tem que reafirmar sua masculinidade através de atos violentos a todo custo para não a perder, não seria esse privilégio também uma armadilha?

Através desse raciocínio, chego no ponto central de minha pesquisa. Aqui, me proponho a investigar a violência masculina explorando o caráter fictício da masculinidade viril, que não tem nada de natural, pois se tivesse, não haveria inúmeras tentativas de validação da mesma através de determinados comportamentos. A armadilha do homem reside justamente em sua fantasia de totalidade fálica, no princípio universal de igualdade entre esses sujeitos (MOREIRA, 2018). Toda universalidade é excludente, e essa fantasia não dá mais conta das exigências por novas masculinidades que vêm sendo construídas na modernidade a partir dos questionamentos feministas. O que há de tão pesado em carregar esse semblante (LACAN, 1971) masculino que projeta o ódio nas mulheres, que busca reafirmar a diferença? Há uma aderência rígida a certa heteronormatividade que é determinante para a trajetória das violências contra mulheres.

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. [...]. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo necessidade de fazer uso da violência (SAFFIOTI, 2001, p. 2).

Os estudos a respeito da masculinidade violenta se fazem essenciais no contexto atual da violência contra a mulher, em que os homens são majoritariamente os agressores. O secretário

geral da ONU, António Guterres, em evento oficial chegou a declarar que a violência contra as mulheres é uma “pandemia global” (VILELA; CHARÃO, 2019). Atualmente no Brasil vivemos uma forte onda de violência contra a mulher que aumenta cada vez mais. A violência contra a mulher não é simples de ser entendida ou uma mera casualidade. É superficial, também, tratá-la como consequência social de uma cultura específica, visto que ao redor de todo o mundo, em contextos completamente diferentes, ela está presente no cotidiano, nos atos, palavras e costumes.

O presente trabalho visa contribuir com o avanço das pesquisas sobre violência masculina, pois ainda temos um enorme problema da violência vinculada ao gênero que precisa ser amplamente discutido, compreendido para que se busquem modos de combatê-lo. Aposta-se que esses homens agressores também estejam submetidos a certas cargas de violência que submetem aos outros; parecem estar sob efeito de uma norma invisível, que culmina na incorporação de comportamentos e características que são naturalizados. Ser personagem dentro de uma cena violenta não é benéfico para nenhum lado, e enquanto psicólogas e psicanalistas devemos nos implicar em compreender os fatores e contingências que constituem e levam cada indivíduo a ser como é e fazer o que faz para que possamos trabalhar com isso. Nossa atuação deveria caminhar lado a lado com os movimentos sociais e estar alinhada com valores políticos e éticos condizentes com a garantia de direitos humanos, respeito e dignidade. Sei que, na psicanálise, ainda há uma parte mais reacionária que discorda veemente disso, mas busco jamais endossar a crença de que a prática analítica deve ser neutra, despolitizada, a-histórica e uma mera observadora distante e externa dos sintomas que emergem no laço social. A psicanálise desde seus primórdios é transgressora, ela se faz presente como forma de compreender e de questionar os fenômenos sociais que são tidos como dados em nossa cultura. Ela é uma fonte poderosíssima para acessarmos o que se inscreve mais intimamente e nos constitui enquanto sociedade, uma forma de interrogar e apreender os laços sociais. A psicanálise não é só uma terapêutica do sujeito, mas uma teorização de sua relação com o mundo, o que faz com que as transformações sociais interessem tanto à teoria psicanalítica, quanto a sua prática. Compreender um fenômeno estruturalmente é poder trabalhá-lo clinicamente - e vice-versa - com o seu maior agente e receptor: o sujeito.

À frente das produções psicanalíticas é comum vermos a temática da feminilidade ser alvo de interesse e estudos. Vemos a “mulher” sendo encarada como uma grande incógnita, estimulando intensa produção teórica ao longo dos anos. *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, (1925), *Sexualidade Feminina* (1931), *Novas Conferências*

Introdutórias - A feminilidade (1933), *Conferência XXXIII: Feminilidade*, (1932), o capítulo VII do *Esboço da Psicanálise* (1940) de Freud, *Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina* (1960) de Lacan, *Mulheres e Semblantes* (2010) de Miller, *O que Lacan dizia das mulheres* (2005), de Colete Soller, *O que quer uma mulher?* (1987) de Serge Andre, entre outros. Isso sem contar com as inúmeras produções atuais que discorrem sobre os autores clássicos, como os livros *Deslocamento do Feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade* (2016) de Maria Rita Kehl, *Freud - Amor, sexualidade, feminilidade* (2018) de Maria Rita Salzamo e *Sobre o Feminino: Reflexões Psicanalíticas* (2018) de Claudio Castelo Filho. Já os homens, para a psicanálise, não são encarados como uma charada que precisa ser decifrada, o que torna o número de pesquisas acerca da masculinidade inferior. Esse é um fato curioso, pois ela é um campo do saber já consolidado, com vasta produção teórica válida para abarcar a experiência subjetiva, e ainda assim, por algum motivo, o masculino não é tomado como tão intrigante quanto o feminino. Seriam os homens menos complexos? Seriam as mulheres mais enigmáticas? De fato, mesmo sendo transgressora, a psicanálise possui uma gênese patriarcal e, desta forma, pode ter seguido o fluxo do mundo e considerado as mulheres “o outro sexo”, passível de ser patologizado, tomado como objeto de estudo sem voz. Este é mais um motivo pelo qual é essencial que repensemos essa lógica e coloquemos os homens como interrogáveis.

Quanto à metodologia, a pesquisa se configura como teórico-conceitual, alinhada com uma psicanálise crítica e política que se articula com os estudos de gênero. Consoante ao posicionamento de Juliet Mitchell (1974), acredito que a psicanálise é extremamente valiosa para se entender como as noções de feminilidade e masculinidade são organizadas na cultura. Ao contrário do que as críticas podem apontar, a psicanálise não produz as diferenciações de gênero, ela apenas nos ajuda a explicar como essas definições são produzidas. Considero que a masculinidade violenta precisa ser abordada no contexto de uma certa subjetividade masculina, e não somente em sua dimensão consciente ou cultural. A masculinidade é uma questão que requer atenção da psicanálise e cujo entendimento também nos exige uma leitura nas demais ciências humanas e sociais. Fazer um entrelaçado entre esses campos e os estudos de gênero tem se mostrado uma boa forma de pesquisarmos a subjetividade masculina.

Partindo de um problema que surge a partir da temática da violência contra a mulher, por que não escolher a mulher e o feminino como objetos? Essa é uma pergunta interessante pois, de certa forma, apesar da escolha por falar do masculino, o feminino é constantemente citado, sendo necessário que compareça em diversos momentos. O texto *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista* de Sandra Harding (1993) me ajudou a pensar essa questão. A

autora enfatiza que instabilidades são necessárias, pois em um mundo absolutamente instável, a estabilidade já estaria viesada. Ela traz a importância das reformulações das velhas perguntas clássicas inseridas na lógica patriarcal, já extensamente debatidas, que acabam caindo em polêmicas que não levam a lugares novos. Essas reformulações fazem com que as teorias estejam em constante transformação e movimento. Além disso, ressalta a importância de se conhecer o modo de fazer científico patriarcal, que estabelece “algo que sabe” e “algo que é sabido”, para conseguir se desvencilhar dele. A questão que fica é: como conseguir encontrar saídas dessa forma impregnante patriarcal, visto que tudo está dado de dentro dela? Uma possível saída seria justamente dar visibilidade às lacunas que o patriarcado deixa dentro das explicações que oferece; aos reais problemas, que são acobertados pelos falsos. Acredito que uma dessas lacunas é justamente deixar o lado masculino de lado quando tocamos na problemática da violência contra a mulher. Convocar o homem a assumir uma posição apassivada para que seja estudado me parece romper com a lógica patriarcal e criar possibilidades de refletir sobre a questão.

Quando penso na violência masculina, me vem à mente uma frase amplamente utilizada pelos movimentos feministas: “não ensinem as mulheres a não serem estupradas, ensinem os homens a não estuprar”. Esta frase traduz para mim que, para avançarmos na problemática da violência, devemos colocar seu agente em cena, implicado na questão. Ainda sobre frases que aparecem em movimentos sociais, durante o movimento Black Lives Matter em 2020, a frase “o racismo é um problema dos brancos” foi veiculada como forma de escancarar que, apesar de todos os esforços do movimento negro, o racismo é e continuará sendo um problema criado e perpetuado pela branquitude, portanto, ela deve ser colocada em xeque e buscar formas de usar seus privilégios para reverter a situação. E não seria essa a mesma lógica que deveria ser utilizada em relação ao machismo? Se o machismo foi criado pelos homens, é então necessário que os próprios se coloquem (e sejam colocados) em xeque para que seja revertido. O homem branco, heterossexual e cis normativo não é questionado, a sua própria masculinidade parte da premissa de que não há necessidade de interrogá-lo. Por muitos séculos esse homem foi considerado o grande modelo da perfeição humana, ideal que possui suas consequências palpáveis na forma como estruturamos e vivemos nossa sociedade. O medo de ser interrogado e interrogar-se se relaciona intimamente com o temor da castração (FREUD, 1925), que busca justamente encobrir tudo aquilo que pode denunciar o caráter infundado de um (falho) poder fálico.

A psicanálise é pensada nesse contexto como ferramenta de acesso a essa dimensão sociopolítica do sofrimento para criarmos dispositivos clínicos condizentes com as questões

dos sujeitos enredados nessa trama. Fazer o exercício de pensar a psicanálise em contextos sociais e políticos não se dissocia da clínica: Freud marcava a indissociação entre sociedade e indivíduo, portanto, excluir a análise de questões sociais da análise clínica se mostra prejudicial para a psicanálise. Assim como na análise do sintoma escutamos os não-ditos dos sujeitos, cabe a nós escutarmos os não-ditos da sociedade. Como bem coloca Miriam Debieux Rosa:

É preciso que nos atentemos às manifestações sociais e culturais para executarmos a prática psicanalítica, considerando que a problemática neurótica que leva ao sintoma inclui um componente que não se pode denominar de outra coisa que não moral. [...] Ao mesmo tempo em que a psicanálise se vale de fenômenos culturais para dar suporte às suas descobertas e conceituações, a psicanálise também se torna um instrumento valioso de compreensão de fenômenos sociais e culturais. Isso se revela nos conhecidos textos sociais de Freud, mas o fato é que se propaga para diversos outros escritos, sempre em um triplo movimento de conjunção entre clínica/metapsicologia/cultura e sociedade (ROSA, 2017, p. 360-361).

Especificamente quando pensamos no laço social, a psicanálise cumpre o papel de interrogar o lugar que o sujeito ocupa e qual discurso ele adota. A noção lacaniana de discurso diverge da foucaultiana, porém encontra-se um ponto de convergência à medida em que ambos os autores consideram que é uma forma de exercer dominação. Se considerarmos a masculinidade violenta um sintoma social produzido por um discurso de dominação, por meio da psicanálise podemos criar condições de deslocá-lo. Deste modo

Se a psicanálise vai ser chamada a atuar nessa dimensão onde o sujeito se submete a um discurso, ou seja, onde ele se aliena ao desejo do Outro na busca de pertencimento ao laço social, certamente não será a favor da coerção exigida para o equilíbrio social. Se o sintoma é uma solução de compromisso entre as exigências civilizatórias e as pulsões que habitam o corpo, os sintomas sociais são, de igual modo, manifestações do conflito estrutural entre esse equilíbrio da cidade e a singularidade de cada sujeito. Assim como a psicanálise se propõe a fazer falar o sintoma individual, afrouxando os nós que a ele prendem o sujeito, de igual modo, nos sintomas sociais, é a dimensão da fala que possibilitará com que, por meio do dizer, sejam afrouxados os nós que prendem os sujeitos a uma forma rígida e localizada do laço social (BISPO, 2014, p. 92).

O objetivo geral desta pesquisa é buscar compreender a violência masculina que se inscreve na relação do sujeito com o laço social, investigando o caráter fictício da masculinidade ao colocar em xeque o homem e sua virilidade. Como objetivos específicos, destaco: a) evidenciar a importância da temática a partir do levantamento de expressões concretas da violência masculina na atualidade brasileira; b) localizar a discussão historicamente denunciando o caráter frágil e arbitrário da masculinidade agora indagado e tensionado a partir do fortalecimento do discurso feminista; c) encontrar aporte teórico na psicanálise que possibilite melhor entendimento da identificação dos homens com a masculinidade violenta; d) apresentar

formas de enfrentamento e trabalho da questão a partir de uma psicanálise mais politizada, em interlocução com os estudos de gênero e políticas públicas.

Para tanto, o primeiro capítulo é mais dinâmico e se dedica a fazer uma apresentação das expressões da violência masculina no contexto atual do Brasil. A ideia é trazer acontecimentos do cotidiano brasileiro dos últimos anos que sirvam como disparadores para que a questão comece a ser tocada. Ele é dividido em três campos: política, religião e cultura. As cenas citadas evidenciam a importância de pensarmos a temática, visto o caráter alarmante dos fatos, que nos convocam a questionar que tipo de masculinidade temos construído e vivenciado.

No segundo capítulo, faço uma breve contextualização histórica acerca da temática para visualizarmos como os fenômenos atuais têm sementes germinadas em outras décadas e séculos, não sendo alheios à historicidade. Evoco a masculinidade como não natural, apontando sua volatilidade e constantes crises no decorrer da história. Em seguida, demonstro como o ideal de masculinidade viril não é instituído sem a priori violentar aquele pequeno infante que o deseja, evidenciando seu caráter arbitrário. Por fim, trago a subversão feminina com os movimentos feministas e a revolução sexual de 1960 como força de denúncia da masculinidade violenta, provocando fissuras na aparente impenetrabilidade desse ideal de homem.

No terceiro capítulo, exploro o caráter fictício da masculinidade a partir de textos de Freud e Lacan. Trazendo o movimento histórico articulado com a ideia de subversão feminina, colete pistas da violência masculina simbolizada pelo pai na *Carta 52* (1986) de Freud. A identificação do menino com esse pai, a negação da castração e recusa da feminilidade são outros elementos convocados para agregar à discussão, denunciando os esforços feitos pelo homem para preservar sua identidade viril. Na última parte, o semblante e os modos de gozo lacanianos terminam de desvelar a fragilidade e ficcionalidade na estrutura da masculinidade e seus esforços para parecer-homem.

Para finalizar, no quarto capítulo são destrinchadas as possibilidades de interlocuções da psicanálise com outros campos de estudo e atuação no que diz respeito à temática da violência masculina. As convergências entre a teoria psicanalítica e os estudos de gênero são apontadas como um caminho rico e interessante a ser seguido dentro dos estudos, realizo esse diálogo principalmente com Paul Preciado e Judith Butler. Logo após, discorro sobre a presença da psicanálise nas políticas públicas e na criação de dispositivos de trabalho e enfrentamento da violência. Para além da psicanálise, levanto outras iniciativas importantes no trabalho da violência masculina e da construção de novas masculinidades possíveis que atuam de forma educativa e com grupos reflexivos para homens.

2 EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA MASCULINA E DA CRISE DA MASCULINIDADE NO BRASIL ATUAL

*“E agora, José?
Está sem mulher,
está sem discurso,
está sem carinho,
já não pode beber,
já não pode fumar,
cuspir já não pode,
a noite esfriou,
o dia não veio,
o bonde não veio,
o riso não veio,
não veio a utopia
e tudo acabou
e tudo fugiu
e tudo mofou,
e agora, José?”*

(Carlos Drummond de Andrade, 1942)

2.1 MASCULINIDADE E POLÍTICA

Brasil, lugar de gente feliz. Gente bonita, animada, calorosa. Gente batalhadora, cidadãos de bem, mães e pais de família. Gente sofrida, mas resiliente. Brasil, um país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza. Brasil, que ocupa o quinto lugar no ranking mundial de violência contra a mulher segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (CARVALHO, 2021). País que carrega consigo a história marcada pela colonização, escravização, racismo e sexismo. Com raízes fincadas no sistema patriarcal, podemos observar as manifestações do mesmo em diversos aspectos de nossa sociedade. Dizer que o machismo e a violência masculina estão presentes em todo nosso cotidiano não é exagero. Elegi os campos da política, religião e cultura para fazermos um breve passeio por algumas das expressões do sexismo que tem ocorrido no Brasil na última década.

Nos últimos anos, o crescimento da extrema direita no Brasil disseminou discursos de ódio de forma explícita. O ano de 2016 é marcado pelo impeachment de Dilma Rousseff, a primeira presidente mulher da história do país. Com a alegação de pedaladas fiscais, Dilma foi retirada

do cargo de presidenta, mas não sem antes ser ridicularizada por grandes veículos de informação e pela população geral de forma desrespeitosa e machista. Desde adesivos colados em carros que simulavam a ex-presidenta com as pernas abertas no local onde a mangueira de gasolina entra para abastecer, até a capa da revista “ISTOÉ”, em 2016, caracterizando-a como explosiva e nervosa em momentos que se fossem homens, seriam considerados assertivos e fortes. O próprio motivo de sua retirada gera dúvidas e nos convoca a pensar se não haveria outro por trás; sabemos que já houve diversos outros presidentes brasileiros homens envolvidos em escândalos (inclusive o atual) e eles não foram suficientes para mover um impeachment. Para além de interesses políticos, será que o Brasil estava pronto para ser liderado por uma mulher?

Saltamos para 2018, ano eleitoral. Esse ano foi marcado pela eleição de Bolsonaro que se popularizou com seu jeito “autêntico”, repleto de falas racistas, machistas e homofóbicas. É marcado também, pelo assassinato da vereadora Marielle Franco. Marielle é uma mulher negra, socióloga, eleita vereadora no Rio de Janeiro, ex-presidente da Comissão da Mulher da Câmara. Era ativista pelos direitos humanos, construía projetos e coletivos feministas, negros e de favelas. Em 2018 ela foi brutalmente assassinada e após 3 anos, o caso ainda segue sem respostas sobre quem mandou matá-la. A repercussão foi tamanha que, além do Brasil, em vários locais do mundo, como França, Argentina e Estados Unidos, manifestações e homenagens ocorreram. Sua lamentável morte semeou sementes colhidas com a criação do Instituto Marielle Franco, que tem o objetivo de lutar por justiça, defender a memória de Marielle, multiplicar seu legado e potencializar o apoio às lutas de mulheres, pessoas negras e periféricas que querem ocupar a política.

Vídeos de entrevistas antigas do atual presidente vieram à tona, nos quais encontramos frases como: “Ela não merece (ser estuprada) porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar porque não merece.” dita à deputada Maria do Rosário em 2014; “Eu tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso país, com tantos direitos trabalhistas. Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? ‘Poxa, essa mulher está com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade’ (2014); “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo.” (2011); “Ô Preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco porque meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em

ambientes como lamentavelmente é o teu.” (2011) em resposta à cantora Preta Gil, quando questionado sobre o que faria se seu filho se apaixonasse por uma negra; “Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher” (2017) ao falar sobre seus filhos; “O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele. Tá certo?” (2010); “Não existe homofobia no Brasil. A maioria dos que morrem, 90% dos homossexuais que morrem, morre em locais de consumo de drogas, em local de prostituição, ou executado pelo próprio parceiro” (2013); “Fui a um quilombola [sic] em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais” (2017). Essas frases foram tiradas de uma coletânea feita pela Carta Capital em 2018. Não nos enganemos também em achar que este governo é o primeiro a endossar discurso de ódio, mas ele o eleva a outra escala, sendo autorizado e aplaudido pelos seus líderes, incentivando que seus seguidores façam o mesmo. É como bem coloca Nelson Rodrigues “por trás de todo paladino da moral, vive um canalha.”

Uma das grandes propagandas eleitorais de Bolsonaro é a liberação do porte de arma, simbolizado pelo símbolo de “arminha” que faz com suas mãos em diversas passeatas, incentivando que seus apoiadores o copiem. Fica calcado então um símbolo que incita a violência, a truculência, a morte (de alguns). Esses “alguns” frequentemente são mulheres. Um estudo feito nos Estados Unidos revelou que para cada aumento de 10% no número de armas em circulação, a taxa de assassinatos de mulheres ocorridos dentro de casa, por parceiros e membros da família, cresce 14% (KIVISTO, 2020). Entre falas polêmicas e homenagens a torturadores e a ditadura, Bolsonaro justifica seus atos na busca do retorno “aos velhos tempos, moral e bons costumes dos cidadãos de bem”. Não seria exagero dizer que o atual presidente representa a própria caricatura dessa masculinidade afirmada por meio da violência e pelo horror a tudo que questiona sua fantasia de superioridade masculina.

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, também é uma personagem interessante nessa trama. Ela, que já foi vítima de abuso sexual cometido por um “falso pastor”, se firma em fundamentos religiosos para ter falas, no mínimo controversas, em relação a vida das mulheres e ao tema da violência sexual. Além de ser forte expoente no movimento contra o direito ao aborto, ela já associou o abuso sexual de meninas no Pará com a falta de calcinhas, propondo que a instalação de uma fábrica de roupas ajudasse a resolver o problema, em uma declaração em um evento no Palácio do Planalto em 2019. Damare, que também é pastora, apoia-se na religião para fazer sua política, já tendo declarado em uma palestra em 2013 que “Não é a política que vai mudar esta nação, é a igreja” (CORREIO

BRAZILIENSE, 2018). Realmente parece coerente que ela tenha tais falas, visto que o presidente que a nomeou foi eleito entoando o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.”

2.2 MASCULINIDADE E RELIGIÃO

E por falar em Deus, a religião cumpre um grande papel no atual governo. São diversos os cristãos, católicos e principalmente os neopentecostais, que apoiam Bolsonaro. Sabe-se que a influência religiosa na política não é algo novo no Brasil, porém acompanhamos um momento em que as fronteiras entre uma e outra parecem ter se dissolvido e se fundido. Silva (2017) explicita que houve intensa influência religiosa na elaboração da Carta Constitucional de 1988, pois em um Brasil pós ditadura sendo redemocratizado, havia grupos sociais exigindo mudanças e reordenamentos jurídicos, fato que gerou reação negativa dos católicos e neopentecostais, temerosos que a nova constituição pudesse ferir valores morais e religiosos (tendo pautas como a liberação das drogas e a descriminalização do aborto). Foi inédito que os neopentecostais possuíssem tanta força na política, mas ela vinha sendo construída desde 1982, com a criação da “bancada evangélica”, que segue presente até os dias de hoje, correspondendo a 20% do Congresso (CONGRESSO EM FOCO, 2020).

Se nas décadas de 1970 e 1980 era a Igreja Católica que era a mais influente, nas décadas seguintes, e principalmente nas de 2010 e 2020, os ultraconservadores pentecostais e neopentecostais ocupam lugar nas periferias das grandes cidades e no interior. Assim, assumiram aos poucos a função de indicar e eleger bispos, pastores e missionários para ocupar hegemonicamente cargos políticos no Brasil. A pauta de costumes reacionária foi difundida e adotada por grande parte dos brasileiros, convertendo-se na aversão a direitos humanos e de minorias (GOMES, 2019). Um dos métodos utilizados para converter o capital religioso em político é a demonização das forças políticas e sociais opostas que de alguma forma apresentem ameaças (SILVA, 2017).

Não é incomum ouvirmos os vocativos “esquerdistas”, “petralhas”, “comunistas”, “femimimimino”, “feminazis” em tom pejorativo vindo dos reacionários religiosos. Há um esforço constante de demonizar o que seria considerado “de esquerda” e “feminista”. Rodrigo Constantino, ideólogo da direita no Brasil e católico, bem afirmou, em uma entrevista na Jovem Pan em 2019, que o feminismo está muito mais ligado com o “esquerdismo” do que com a própria mulher em si. No meio religioso, é possível ser observado um apego muito grande a

papéis de gênero heteronormativos, dogmas fundados na hierarquia de gêneros, assim como um reforço dessas categorias com base no biologicismo. Para minha surpresa, em uma breve busca no YouTube por “revolução sexual de 60”, encontrei diversos vídeos de palestras com padres e pastores sobre o tema, algo inusitado, pois imaginei que encontraria apenas videoaulas e conteúdos feministas. Em especial, enfatizo os do Pe. Paulo Ricardo, que é uma liderança da direita conservadora no Brasil, seguidor de Olavo de Carvalho, apoiador de Jair Bolsonaro, a favor do armamento e contra a “ideologia de gênero”, além de membro da Canção Nova. Ele possui vídeos dos anos de 2017 e 2018, com falas homofóbicas e machistas baseadas em preceitos religiosos e passagens bíblicas, a respeito da moral sexual da igreja. Usa expressões como “doença espiritual da luxúria”, “mau uso da sexualidade”, “pecado contra a castidade” ao referir-se a qualquer ato que seja dissidente da sexualidade heteronormativa. É interessante observar que ele agrega em seu discurso termos psicanalíticos, como “consciente”, “inconsciente” e “pulsão sexual”, dizendo que a ideologia de esquerda quer apropriar-se dessa pulsão para gerar revoluções socialistas.

O padre também esteve envolvido com *fake news*, quando em 2019 afirmou que “Na Suécia, o governo obriga os alunos -meninos e meninas- a se vestir de cor laranja. (...) existe um projeto educacional chamado "ideologia de gênero" que já está implantado em muitos países que pegam as crianças desde a mais tenra infância e obrigam a criança a ter uma sexualidade neutra”, além de escolas que proibiam as crianças de expressar seu gênero, tendo que ser todas “gênero neutro” (sic). A própria Embaixada Sueca desmentiu as *fake news* (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2019).

Outro caso recente é o de Elizete Malafaia, psicóloga, pastora, escritora, dedicada à causa das mulheres dentro da Igreja e esposa de Silas Malafaia. Em 2020 ela utilizou passagens da bíblia para falar sobre sexo e opor-se ao feminismo. Em uma matéria do Diário de Cuiabá (BALLAOUSSIER, 2020), segundo ela, o feminismo é "Contaminado por uma filosofia feita por mulheres que desprezam o que a cosmovisão bíblica revela como a vontade de Deus para a família e para a mulher" (2020). Ela ainda possui frases como: “A ideologia de gênero, que rompe com a realidade de que fomos feitos por Deus macho/fêmea e normaliza a homossexualidade, e a guerra contra a autoridade do homem na família" (2020); "A igreja ensina o homem a ser macho, mas não machista" (2020); "Ou você é cristã ou é feminista" (2020); “A mulher mansa é extremamente poderosa" (2020).

Entre esses inúmeros exemplos do apego religioso ao gênero, ressalto aqui o que mais me chama atenção: a criação da “machonaria” e da “femmenaria”, ambos movimentos

considerados parte da ala mais contemporânea e moderna neopentecostal. A machonaria busca resgatar a masculinidade patriarcal como a única forma de deixar o mundo mais seguro frente à crise feminista e de paradigmas, pois é papel do macho (tanto humano, quanto animal) prover e proteger. A femmenaria segue a mesma ideia da machonaria, pregando sobre o poder da submissão feminina, valores familiares cristãos e o resgate da feminilidade bíblica. Esses dois movimentos são simbióticos, visto que a femmenaria atribui que a crise da masculinidade atual é um problema para as mulheres, que agora devem buscar seus próprios caminhos sozinhas, sem um líder para guiá-las, e a machonaria busca justamente incentivar que os homens possam ser esses líderes que amparem as mulheres. No canal do Youtube do pastor encontram-se diversos vídeos de pregações sobre masculinidade aos olhos de Deus e feminismo.

2.3 MASCULINIDADE E CULTURA

Coexistente a isso, através da cultura nas redes sociais, mídias, filmes, séries, músicas, movimentos sociais e subculturas existentes também encontramos um mundo riquíssimo de expressões do sexismo. A começar com o livro *O Conto da Aia*, de 1985, da autora canadense Margaret Atwood. A história é uma obra distópica de ficção futurista ambientada num Estado teocrático e totalitário chamado República de Gilead, implementado por fundamentalistas religiosos após ataques ao governo. O contexto se dá em uma sociedade em que muitas mulheres se tornaram estéreis devido a desastres ecológicos, acidentes radioativos e doenças. Aumentar a taxa de natalidade passa a ser prioridade em Gilead, assim, as mulheres são vítimas preferenciais de opressão, tornando-se propriedade do governo enquanto o fundamentalismo se fortalece e cresce como força política. Os cargos de comando e poder são destinados, conseqüentemente, aos homens chamados “comandantes”, que monopolizam as mulheres, as leis, conhecimentos, informações e a liberdade. As mulheres férteis usam um vestido vermelho que cobre todo o corpo e um chapéu branco e são submetidas a estupro sistemáticos para que engravidem; todos os abusos são assistidos e operados pelos comandantes e suas esposas, inférteis. Caso uma mulher engravide através do estupro, a alegria do casal é imensa, pois ele tomará o bebê da mão biológica, que carregará essa gestação indesejada resultado de uma relação não consentida. A narrativa popularizou-se bastante nos últimos 2 anos devido a série de TV produzida, *The Handmaid's Tale*, alcançando um enorme número de telespectadores e provocando intensas reações nos que assistem. Ela ganhou bastante destaque nos EUA devido à eleição do ex-presidente americano Donald Trump, e da mesma forma, ganhou bastante destaque no Brasil devido ao resultado da última eleição e acontecimentos que podem nos

remeter aos da obra. A estrutura patriarcal se encontra muito presente no conto. Podemos identificá-la na forma que é feita a divisão social estabelecida na república de Gilead, que favorece o homem em detrimento da mulher sistematicamente, o que não só é consequência do patriarcado, como didaticamente o exemplifica. Parece algo muito distante da realidade do mundo, mas não é. Em junho de 2022, assistimos um caso bizarro e revoltante que ocorreu em Santa Catarina. Uma criança de 11 anos foi estuprada e engravidou. Ao ser conduzida para o hospital para realizar o abortamento legal, os médicos se recusaram a fazer o procedimento, visto que se passaram duas semanas a mais do tempo permitido. O caso foi judicializado e a juíza, Joanna Ribeiro Zimmer, tentou induzir/forçar a criança a seguir com a gravidez, mesmo a colocando em risco de vida. A juíza proferiu frases como “suportaria ficar mais um pouquinho?”, “queres escolher o nome?” e “você acha que o pai concordaria?” para persuadir a menina a desistir do aborto (BORGES; BATISTELA; MAYER, 2022). Em vista deste caso horrendo, a seguinte charge da artista Petit Abel começou a veicular nas redes sociais:

Figura 1 – Charge do Conto da Aia



Fonte: Petit Abel (2022).

Nela, é possível constatarmos a referência do caso real à obra de ficção do Conto da Aia, pois o estupro de uma menina, apesar de ser um crime, seria a felicidade de um casal, que ganharia um bebê. Assustador, não?

Na internet existem vários fóruns, como por exemplo o Reddit, onde pessoas com interesses em comum podem conectar-se em prol de um tema. Um deles tornou-se tão forte que virou uma

subcultura, os incel. Os incel são homens adultos e adolescentes que afirmam não serem masculinos o suficiente (seja por características físicas como estrutura óssea, possuir ou não músculos; ou por características de personalidade), portanto são homens que fracassaram. A partir disso, concluem que não recebem os benefícios sociais que os homens mais masculinos recebem, como a atenção feminina, portanto, praticam o “celibato involuntário” (BOYD, 2019). As conversas nos fóruns circulam a respeito dos seus sentimentos sobre não ter relacionamentos ou atender às expectativas da sociedade para um homem. Existem os *bluepills* (homens que ainda respeitam mulheres), os *redpills* (incels) e os *blackpills* (incels que flertam com o niilismo, e acreditam que a única opção que lhes resta é o suicídio). O que surge disso, então, é uma onda de misoginia, pois eles culpam o feminismo por perturbar uma ordem natural em que as mulheres e as estruturas sociais mais amplas são organizadas em torno de acoplamentos heterossexuais e monogâmicos (MENZIE, 2019). Para eles, mulheres são apenas meros e desprezíveis objetos sexuais, e isso resulta em ameaças contra as mulheres on-line e fisicamente, e também contra a sociedade, visto que eles são comumente autores de ataques a tiros e assassinatos em massa, por exemplo, algo comum nos Estados Unidos.

Os *incels* também utilizam os termos “*alpha*” e “*beta*” para referirem-se, respectivamente, aos homens masculinos que são superiores e apenas usam as mulheres, e aos fracassados, que gostam, respeitam mulheres e não são exemplos de virilidade. Apesar de serem comuns nos Estados Unidos, eles também influenciam muito os fóruns brasileiros. Um exemplo interessante foi um *digital influencer* brasileiro, Alpha Spirit, que pregava em vídeos no Youtube sobre a recusa do relacionamento amoroso com uma mulher, porém eventualmente começou a namorar uma e decidiu fazer uma *live* para contar a seus fãs. Nessa *live*, feita ao lado de sua namorada, um seguidor o chamou de “*beta*”, “*bluepill*” e “*cornio*”, o que foi suficiente para que o influenciador surtasse, com gritos, afirmando que era sim *alpha*, que tinha dinheiro, que exalava testosterona, chegando até a tirar a camisa para exaltar seu corpo musculoso e fazer flexões.

Na plataforma Youtube começaram a surgir diversos vídeos com os títulos “*Reject modernity, embrace masculinity*”. Eles consistem em inicialmente apresentar algum vídeo exemplificando um homem que fracassou (fora do padrão de beleza, chorando, sendo sensível) ou alguém levantando questões relacionadas a papéis de gênero e, em seguida, jogar vídeos e imagens de homens “másculos brigando, soldados na guerra, homens levantando peso na academia, lutando artes marciais, fazendo esportes, engajados em atividades de risco, etc. Chega a ser cômico, parece até satírico, mas logo fica trágico quando damos uma olhada nos comentários e vemos

homens apoiando os vídeos, tendo falas extremamente sexistas e homofóbicas, saudosos pelo tempo dos “homens de verdade”.

Ainda no Brasil, em 2020, viralizou o “coach de masculinidade”, chegando a sair reportagem nos sites da JovemPan, UOL e Catraca Livre. Wendell Carvalho é um coach de masculinidade, que critica o termo “masculinidade tóxica” e busca incentivar e ensinar que os homens sejam mais viris. O vídeo que viralizou foi um no qual ele pediu para que um homem da plateia, em uma de suas palestras, se levantasse e gritasse com os outros de forma masculina, evocando sua energia primitiva, do homem que não foge de conflito. O homem viril é aquele que vence pelo grito, pela força e tem o direito de utilizar sua agressividade natural, inerente a sua condição de homem. Em uma entrevista no site da UOL (GERALDO, 2020), o pesquisador e professor Fábio Mariano da Silva, afirma que essa seria uma resposta aos avanços do feminismo, pois

Cada vez que as mulheres se movimentam em uma luta de equidade de gênero, historicamente, eles (os homens) vão reagir. E é sempre de uma forma muito violenta. O grito, aliás, é uma das formas com que ele será ouvido quando se sente acuado (SILVA, 2020).

No campo musical encontramos muitas obras que explicitam o machismo em nossa sociedade a partir da objetificação da mulher, mas quero focar em uma que fala sobre outro lado do machismo, o que atinge os homens. O cantor e compositor Baco Exu do Blues lançou em 2018 a música “Me Desculpa Jay-Z”, que fez muito sucesso, sendo escutada mais de 22 milhões de vezes no YouTube e 58 milhões de vezes no Spotify. A música nos dá pistas desse homem em conflito com sua masculinidade e o modo de performá-la. Seguem alguns versos:

[...] Tenho medo de me conhecer
Tenho medo de me conhecer
Não quero me envolver
Não, não quero me envolver
E depois enjoar de você
E depois enjoar de você
E depois enjoar de você
E depois enjoar de você (Eu)
Eu não gosto de você, não quero mais te ver
Por favor, não me ligue mais
Eu amo tanto você, sorrio ao te ver
Não me esqueça jamais [...] (BACO EXU DO BLUES, 2018)

O autor narra sua relação conflituosa com ele mesmo, com o medo de conhecer-se, de interrogar-se, de encarar seus conflitos internos e possivelmente entrar em contato com um lado mais sensível e emotivo. Como consequência desse medo, há uma repercussão nas suas relações amorosas, as quais por mais que ame a mulher, não consegue envolver-se, pois há algo do envolvimento amoroso que exige a entrega emocional, o sentir as emoções e falar sobre elas. O autor busca negar o sentimento, criando formas de afastá-la e piorar a relação.

E quem não lembra do sucesso absoluto que foi a música “Porque homem não chora” do Pablo? O cantor fala sobre o término de uma relação em que ele decide ir embora de casa, e apesar de estar sofrendo muito não pode expressar seus sentimentos e seu choro, pois isso não é coisa de homem.

Estou indo embora, a mala já está lá fora
Vou te deixar, vou te deixar
Por favor não implora, porque homem não chora
E não pede perdão, e não pede perdão
Você que foi culpada desse amor se acabar
Você que destruiu a minha vida
Você que machucou meu coração, me fez chorar
E me deixou num beco sem saída
Estou indo embora agora, por favor não implora
Porque homem não chora
Estou indo embora agora, a mala já está lá fora
Porque homem não chora (PABLO, 2014)

Ainda no mundo musical, em 2021 Tiago Iorc lançou a música “Masculinidade”, em que fala sobre as dificuldades vividas com a masculinidade tóxica. O cantor foi bastante criticado por parte do movimento feminista pois alegou-se que ele só estava lançando essa música para chamar atenção falando o óbvio que o próprio movimento já fala há anos. Independente dos motivos do artista, a música é bastante elucidativa e pode instigar a reflexão de muitas pessoas que ainda não pararam para pensar no assunto. Seguem alguns trechos, mas recomendo fortemente que busquem ouvi-la inteira.

Eu quis provar a minha virilidade
Eu duvidei da minha validade
Na insanidade virtual
Eu cuido pra não ser muito sensível
Homem não chora, homem não isso e aquilo
Aprendi a ser indestrutível
Eu não sou real
Conversando com os meus amigos
Eu entendi que não é só comigo
Calar fragilidade é castigo
Eu sou real
Cuida, meu irmão
Do teu emocional
[...]
Aprendi que era errado ser sensível
Quanta inocência
Eu tive medo do meu feminino
Eu me tornei um homem reprimido
Meio sem alma, meio adormecido
Um ato fálico, autodestrutivo
[...]
Eu sigo à risca o que é ser homem
Isso não existe, a vida insiste
O tempo todo que eu repense
O que é ser homem? (TIAGO IORC, 2021)

Na música, Tiago também cita seu vício em pornografia, pauta que também agrega a nossa temática. A pornografia é repleta de signos e significações culturais e, enquanto veículo midiático, tem papel ativo nas construções identitárias dos indivíduos, podendo reproduzir práticas machistas ancoradas nas noções do patriarcado heteronormativo (PINTO, 2016). Atualmente a pornografia tem sido usada como uma “educação sexual” para os jovens, que geralmente não tem pais ou responsáveis dispostos a conversar sobre sexo de forma aberta com eles. Isso torna-se extremamente preocupante a partir do momento em que esses jovens se acreditam que o sexo real é aquele retratado e reproduzido nos vídeos. O consumo dessas mídias cria a ideia de que é aceitável (e desejável) degradar, machucar e objetificar mulheres, afetando negativamente a forma em que meninos e homens se relacionam com elas.

Grande parte do conteúdo sexual produzido endossa padrões estéticos inalcançáveis, performances heteronormativas e extremamente machistas e violentas onde o homem é sempre visto como o dominador e a mulher a dominada e objetificada. São inúmeras as denúncias de ex-atrizes que sofreram estupro nos sets de filmagens, foram coagidas, drogadas e chantageadas. Também é sabido que a indústria fomenta o tráfico de mulheres (e meninas) ao redor do mundo (POLARIS, 2020). Cabe pontuar que existem formas de produção de conteúdo pornográfico autônomo em que é mais possível termos certeza do consentimento dos atores e das condições de filmagem (geralmente são conteúdos exclusivos e pagos). A discussão sobre o tema é extensa e muito interessante, deixo aqui a dica de assistir o documentário *Hot Girls Wanted: Turned On* (2017).

No campo social, consultando a plataforma de banco de dados online “Violência contra mulher em dados” da Agência Patrícia Galvão (2019), constatamos que 1 mulher é vítima de estupro a cada 9 minutos; 3 mulheres são vítimas de feminicídio a cada 1 dia; uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha a cada 2 minutos. É válido lembrar que essas estatísticas correspondem apenas aos casos que foram reportados. Um levantamento encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública ao Datafolha em 2019 aponta que 52% das mulheres que sofrem algum tipo de violência não denunciam o agressor à polícia ou à família (ZAREMBA, 2019). Mulheres estão mais inseguras dentro do que fora de suas casas. Durante a pandemia e isolamento do covid-19 em 2020, os demais crimes diminuíram, mas os números de feminicídios apresentaram crescimento, indicando que a violência doméstica e familiar está em ascensão. Segundo a nota técnica *Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19* (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020) o número de denúncias diminuiu quase pela metade comparado ao mesmo período de 2019, mas o número de ocorrências aumentou em

22% no país. Em São Paulo o aumento dos feminicídios chegou a 46% na comparação de março de 2020 com março de 2019 e duplicou na primeira quinzena de abril. No Acre o crescimento foi de 67% no período e no Rio Grande do Norte o número triplicou em março de 2020. Uma pesquisa em redes sociais mostrou aumento de 431% nos relatos de brigas entre vizinhos no Twitter entre fevereiro e abril de 2020.

A medida de combate do governo brasileiro foi lançar um aplicativo para que as vítimas denunciem a violência cometida de forma online, o “Direitos Humanos Brasil”. Alguns estados também disponibilizaram o Boletim de Ocorrência eletrônico para vítimas de violência doméstica, permitindo que façam o registro da ocorrência pela internet. O atual presidente Bolsonaro justificou a situação alegando que os maridos batem nas esposas por estarem isolados e sem poder trabalhar, o que gera brigas.

Ao redor do mundo o mesmo problema se manifesta. Os governos italiano, francês e espanhol anunciaram a requisição de quartos de hotéis para servirem como abrigos provisórios às vítimas de violência e adaptaram aplicativos para denunciar os casos. Nos Estados Unidos, tribunais de estados criaram acesso remoto para registrar pedidos de proteção contra agressores por telefone ou e-mail. Em alguns lugares da China houve um aumento considerável de denúncias, com um crescimento estimado em 260%. ONGs e ativistas têm denunciado e exposto a grave situação enfrentada pelas mulheres chinesas com a hashtag #AntiDomesticViolenceDuringEpidemic.

Aqui no Brasil, falar puramente de aumento da violência contra a mulher é superficial quando não especificamos que mulher é essa que é violentada. É fato que, mulheres de todas as classes sociais, origens, graus de instrução, cor e idade são atingidas pela violência doméstica no Brasil. No estudo denominado *Mapa de Violência 2015 – Homicídio de mulheres no Brasil* (WAISELFISZ, 2015), em relação à cor das vítimas, constatou-se queda de 9,8% no número de homicídios de mulheres brancas entre 2003 e 2013. No mesmo período, constatou-se aumento de 54,2% no homicídio de negras. Trágico e curioso, não?

Bom, com toda essa realidade exposta, fica evidente que discorrer sobre violência de gênero é mais que urgente e necessário. Para além, preciso interrogar-se sobre a masculinidade que violenta, que reproduz no campo do real as ideias do imaginário. Apesar de atualmente essa temática estar ganhando visibilidade, ainda assim é apenas uma pequena parcela de homens que se dispõem a estudá-la. Saffioti provoca

A razão mais importante do desinteresse dos homens pela problemática feminina reside no fato de que, em geral, não se mostra a face oculta do "privilégio" do macho. E por que não o fazem? Ora, no momento em que o homem entender que também ele é prejudicado pelas discriminações praticadas contra as mulheres, a supremacia

masculina estará ameaçada. E com ela estarão também ameaçados o duplo padrão de moral que alimenta a família burguesa, a própria família, o domínio dos poderosos. (SAFFIOTI, 1987, p. 6 e 7).

3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE E A SUBVERSÃO FEMININA COM O FEMINISMO

*“Cadê meu celular? Eu vou ligar prum oito zero
Vou entregar teu nome e explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo se você se aventurar
Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito péguix guix guix guix
Eu quero ver você pular, você correr
Na frente dos vizinhos
'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
[...]*”

(Elza Soares, 2015)

3. 1 MASCULINIDADE: UMA CRISE CONSTANTE

A cultura ocidental vive um paradigma naturalista. Ela prega a pseudo natureza superior dos homens, que justifica a dominação masculina, o sexismo e as fronteiras rígidas e insuperáveis entre os gêneros masculino e feminino. Mas a verdade é que essa análise naturalista esconde, em última instância, que a divisão social do gênero foi minuciosamente e demoradamente cultivada e lapidada, sendo puro fruto da historicidade e contingência.

A autora Simone de Beauvoir (1949), dona da célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, dizia que em qualquer época podemos observar que os homens buscavam reafirmar e exibir eles mesmos como criadores, donos e essenciais. Essas crenças fomentam a naturalização do discurso machista e do androcentrismo. A supervalorização do homem é comumente acompanhada da desvalorização da mulher e, ao longo da história, foi feito um enorme esforço por parte de diversas instituições para biologizar as desigualdades arbitrárias de gênero. Bourdieu acrescenta

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos, e fazer ver uma construção social naturalizada (os “ gêneros” como *habitus* sexuais) como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade

como também da representação da realidade e que se impõe por vezes a própria pesquisa (BOURDIEU, 1998/2019, p. 13 e 14).

Para Judith Butler (2003), o tornar-se mulher é uma “escolha” compulsória cultural. Um imperativo, mesmo que por vezes sutis. É necessário, nessa escolha contratual com a cultura, adotar normas, comportamentos e padrões que nos identifiquem e categorizem como pertencentes a um determinado gênero. Nesse contexto, gênero não é o nosso sexo biológico, mas uma construção que nos leva a performar certas características e desempenhar papéis dentro da sociedade capitalista. Entendemos então que o gênero não é dado, é feito. Para a autora, a cultura age como um determinismo que produz diferenças entre os sexos que são ideologicamente tidas como naturais. Toda essa naturalização é útil para justificar a extrema desigualdade entre os gêneros, afinal, como questionar algo inato, presente em nosso DNA, imutável?

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p. 26).

Baseado nisso, podemos afirmar que, se é preciso tornar-se mulher, também o é tornar-se homem. “Se usarmos o pensamento de Butler como suporte para a compreensão do masculino, podemos considerar que sua teoria acaba por afirmar a inexistência de uma essência masculina que leve o homem a se comportar espontaneamente de forma viril.” (SAMPAIO e GARCIA, 2010, p. 88). Na citação acima, Butler busca responder à constatação de Freud (1924) que a anatomia seria o destino. Se tomarmos essa frase sem cautela, podemos cair no erro de achar que Freud estava concordando com o biologicismo, o qual a psicanálise não busca endossar. O que o autor sugere, na verdade, é que a própria socialização da criança, mediada pelo Édipo, naturaliza a anatomia. Não é uma simples determinação biológica: se é culturalmente aceito e propagado um ideal naturalista dos gêneros, essa cultura induz que a anatomia seja o destino. Para além disso, por mais que também seja preciso tornar-se homem, não é possível fazermos uma comparação proporcional com o tornar-se mulher, pois não há equivalência nesses processos. Talvez a diferença esteja justamente no ponto em que, para tornar-se homem, o menino não precisa renunciar a uma posição de suposta superioridade que implicaria uma renúncia mais radical. De toda forma, esse futuro homem não é moldado sem suas normas e parcelas de sofrimento.

Quando pensamos no que é ser homem e nas características que compõem esse ser, é comum associarmos com significantes como virilidade, coragem, agressividade, brutalidade, violência, masculinidade. Algo do componente violento frequentemente comparece dentro desse ser masculino. Falar sobre isso é urgente, como propõe Da Silva (2019) “investigar melhor como essas determinações inconscientes da linguagem se articulam com o impacto subjetivo provocado pelos discursos machistas produtores da violência” (p. 05).

Pensar a violência atrelada à masculinidade é esbarrar em diversas questões culturais, sociais, políticas, econômicas e psíquicas. A primeira vista, podemos pensar que a violência masculina é apenas dirigida à mulher, devido ao exorbitante número de vítimas no Brasil. Há um vasto repertório de comportamentos que inicialmente não são tidos como graves e acabam acarretando tragédias conforme vão evoluindo, entre eles o fato de homens evitarem falar sobre seus sentimentos, não conseguirem expressar a totalidade de suas emoções, comportamento possessivo com a parceira, abuso psicológico, humilhação, culpabilização, chantagem emocional, controle, chegando ainda em casos extremos como o feminicídio. Contudo, o caráter violento da masculinidade não atinge apenas as mulheres, mas também os próprios homens. Os imperativos violentos da masculinidade surgem desde muito cedo, ainda em tenra infância, tópico o qual dedico a segunda parte deste capítulo.

É muito comum vermos homens envolvidos em situações violentas, como brigas de torcidas organizadas no futebol, brigas em bares e festas por motivos banais, brigas no trânsito, participação dentro de organizações militares e no tráfico de drogas, onde acabam se confrontando com riscos e ameaças de morte nos enfrentamentos cotidianos com a polícia e entre facções. Todas as situações citadas culminam em morte frequentemente. Os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017, apontam que 70% das mortes de homens entre 15 e 24 anos foram mortes violentas. Além disso, os homens se engajam menos no próprio cuidado com sua saúde física e mental, apresentando uma taxa de mortalidade maior do que as mulheres para os mesmos problemas de saúde (GOMES, 2003). O que parece é que o autocuidado é algo que não pode existir dentro da esfera do masculino, pois ter o hábito de ir ao médico é lido como ser fraco e vulnerável, furando a ideia de invencibilidade que gira em torno do homem. A incidência de morte por câncer de próstata é um ótimo exemplo desse quadro, pois é comum vermos homens extremamente avessos ao exame de toque retal e ao tratamento, escolhendo adoecerem e morrerem, a ter que passar por uma situação que consideram emasculante (um outro homem introduzir o dedo em seu ânus, mesmo que em uma situação profissional de saúde). Eles relutam para buscar ajuda, e muitos que o fazem, fazem

mediante pressão familiar, geralmente feita por alguma mulher. A Organização Mundial da Saúde (OMS) fez um levantamento em 2016 estimando que, no Brasil, 76% dos casos de suicídio registrados foram de homens. Os homens que adoecem mentalmente tendem a não comunicar seus problemas a ninguém, ficando calados, sofrendo sozinhos e muitas vezes recorrendo ao álcool e outras drogas. O homem que busca ajuda é comumente rotulado como “viado”, “mulherzinha”, “boiolinha”. O somatório desses comportamentos resulta na taxa de mortalidade masculina: os homens vivem, em média, 7,1 anos a menos que as mulheres (IBGE, 2017). Aqui vale a reflexão: o que mata esses homens é a briga, a doença, a depressão, ou a própria masculinidade?

Seja consciente ou inconscientemente, a masculinidade hegemônica se associa com a violência, que tende a ser internalizada e tida como natural dentro do homem. Novamente, é essencial pontuar que, ao destacarmos a recorrência da associação entre as duas categorias, não podemos adotar mais um paradigma naturalista e aceitar que é uma condição biológica do homem de ser mais propenso a violência. Inclusive, o próprio processo de instituição da masculinidade nos homens é extremamente violento. Contudo, as relações entre os gêneros são construídas a partir de uma ordem social em que a dominação masculina é tida como parte da essência do homem. Esse pensamento legitima que a supremacia masculina possa ser exercida brutalmente contra o feminino, concedendo aos homens o direito de violentar (BOURDIEU, 1998/2020). Assim, essa hegemonia é construída e moldada, permitindo que essas ideias predominantes e cruéis sejam legitimadas e propagadas ao longo dos anos.

A correlação homem-virilidade-violência é sintoma de um problema geral das sociedades. Tudo nos indica que a masculinidade foi forjada em torno de um ideal viril que se sustenta pela violência, mas historicamente nem sempre foi assim. A masculinidade assumiu diversas formas ao longo dos séculos, todas elas com características diferentes do que seria considerado “ser viril”. Ambra (2015) faz uma recapitulação da história da masculinidade no Ocidente, abordando a construção do ideal viril de forma bem elucidativa, pela qual podemos constatar que a virilidade é uma categoria que está em constante mudança ao longo das eras, ora é a erudição, monogamia e castidade, ora é a brutalidade, poligamia e sexualidade desenfreada; ora é ter barba ora é não ter barba; por fim, há a localização de um ideal viril no passado primitivo que representa a ideia de que a virilidade teria existido, mas foi perdida. Ela é algo que sempre escapa aos homens. O interessante é perceber que ela existe justamente pela sua falta: sua inexistência reverbera e produz consequências. O que se produz, nesse sentido, são homens obrigados a reafirmar uma representação de masculinidade idealizada, remetida a um futuro

desconhecido, mas também limitada e completamente perdida no passado, fracassando repetidamente.

O processo de industrialização aparece como um fator importante para ajudar a compor essa trama histórica. Com a substituição da mão de obra humana por máquinas, o trabalho manual que exigia força física perdeu seu valor e seu status. Cada vez mais então as profissões valorizadas são aquelas que não necessitam de força bruta (atributo do homem), e sim, intelectual, algo que uma mulher desempenha tão bem quanto um homem. Isso levou então a certa depreciação da força viril. Os homens, desempregados ou ganhando o mesmo salário ou menor que suas parceiras, sentem sua masculinidade abalada, considerando que o campo da produção de riquezas foi historicamente destinado a eles, enquanto o da reprodução foi destinada às mulheres (GAZALÉ, 2019).

Em fatos mais recentes, as Guerras Mundiais também têm sua parcela de culpa no enfraquecimento do ideal viril. Parece contraditório, pois à primeira vista podemos enxergar as guerras como algo altamente masculino pois carrega todo um status de fazer parte do exército, usar farda, defender seu país, usar armas de fogo, ferir, atacar, ser brutal e letal. No Brasil atualmente o exército é muito bem-quisto pelo presidente, sendo a Ditadura Militar comemorada e pedida de volta, principalmente pela geração mais antiga, que carrega o militarismo com brilho nos olhos... mas não é apenas isso. A realidade da guerra transforma o serviço militar, tido como uma validação simbólica da identidade viril, em vulnerabilidade, devastação, traumas e morte (COURTINE, 2013). Os soldados passam então a sentirem muito medo, ficando traumatizados com o que viveram na guerra, o que o próprio Freud (1920) testemunhou em sua clínica.

Ao olharmos mais de perto para a história, fica fácil observar que as concepções de virilidade são passíveis de identificação no espaço tempo a partir de acontecimentos históricos e contingentes, que deram outros rumos ao masculino. Elas são recortes que buscam reconstituir uma época histórica, mas que sempre acabam desfocando aquilo que escapa ao hegemônico e que é, portanto, marginal. O que todas elas têm em comum, segundo Ambra (2015), é sua constituição a partir da inferioridade da mulher como premissa para a superioridade do homem. É o que o autor chamou de masculinidade pautada pela negatividade do outro sexo. A desvalorização das mulheres se revela mais fácil de sustentar e desenvolver do que a construção de um modelo de virilidade fundado sobre os valores masculinos positivos.

Além do fator histórico, existe todo um sistema econômico que se apoia e prospera na hierarquização dos gêneros. A exploração capitalista está intimamente ligada com a supremacia

masculina. De acordo com Saffioti (1989), a acumulação capitalista é uma grande geradora de miséria e apresenta três sistemas de dominação que são: a desigualdade das classes sociais, o racismo e o patriarcado. Assim, os sujeitos subalternizados no Brasil são as minorias pertencentes a essas categorias, nas quais, hierarquicamente, a mulher negra e pobre está em último lugar; em oposição, o homem branco e rico no primeiro. O sistema capitalista vai historicamente rearranjando os papéis sociais a partir das funções dos humanos enquanto mão-de-obra. Todo esse balanço e rearranjo tem consequências diretas no interior da família e do que cabe a cada gênero.

3.2 A MASCULINIDADE INSTITUÍDA COM VIOLÊNCIA

Quando pensamos no contexto brasileiro, é necessário entender também que a constituição da masculinidade ultrapassa as fronteiras do subjetivismo e é fortemente influenciada por determinantes socioeconômicos, culturais e raciais que, de alguma forma, potencializam a associação entre o ser masculino e a violência. Souza (2005) afirma que isso, aliado a uma cultura latina historicamente machista, pode influenciar na maior predisposição do gênero masculino a aderir a laços socialmente produtores de violências, das quais se coloca como autor e como vítima. Além disso, essa correlação é potencializada por uma socialização ainda bastante conservadora que continua a construir identidades masculinas calcadas em símbolos fálicos e relações de força e de agressividade.

É sabido que apenas ser um homem não é absolutamente suficiente para gozar de todos os privilégios que a masculinidade oferece: é preciso que isso esteja associado com outros signos que agregam valor. Há também uma hierarquia entre os homens e nessa hierarquia os homens brancos estão acima dos negros, exercendo seus privilégios às custas deles assim como fazem com as mulheres. Essa análise transversal das relações sociais de sexo é importante para que não caiamos novamente numa universalização excludente, um discurso produtor de verdades. É essencial interrogar-se “(...) até que ponto as reflexões sobre masculinidades e saúde dos homens estão atentas às mazelas materiais e simbólicas provocadas pelo racismo e, principalmente, o quanto o racismo delimita a construção das masculinidades.” (FAUSTINO, 2014, p. 77). Isso não quer dizer que exista apenas uma única forma de masculinidade negra, o que trarei aqui é apenas um recorte dentro de um contexto específico de violência.

A história brasileira marcada pela colonização, escravização e racismo interfere diretamente na forma com que o homem negro vai viver sua masculinidade. O sistema de subalternização racial

implantado na sociedade escravista considerava o homem preto como semelhante a um animal, desumanizado e primitivo. Segundo Faustino (2014), nesse sistema, coube ao homem branco o trabalho mental, racional e administrativo de controle da sociedade. Apesar deste trabalho ser considerado mais valioso pelos olhos da sociedade ocidental, ele foi associado com fraqueza e feminização. De certo modo, as relações entre homens e mulheres escravizados tornou-se obrigatoriamente mais igualitária, sem reafirmações de hierarquia de gênero, pois foi instituído pelo próprio sistema escravista que o homem negro não poderia assumir um lugar de “chefe da família” ou de “pai”. Davis (2016) afirma que “o sistema escravista desencorajava a supremacia masculina dos homens negros” (p. 20); eles não dispunham dos recursos sociais necessários para corresponder às expectativas patriarcais de masculinidade. Desta forma, as referências e identificações masculinas eram subtraídas dos jovens negros. Esse sentimento, contudo, poderia ser enfrentado a partir da violência e hostilidade perante a sociedade. A forma que se tinha de mostrar que também eram homens era aderindo rigidamente à violência, que é associada com o conceito de virilidade.

Este enfrentamento é violento não apenas porque se deseja a violência como compensação vingativa, mas porque não se visualiza outra forma de agenciamento. neste contexto, forja-se uma agência que tem na virilidade a sua maior expressão: elas nos permitem compreender que tomar a virilidade como fator explicativo da masculinidade negra implica considerar o efeito causado pelo sistema de supremacia branca patriarcal capitalista. (FAUSTINO, 2014, p. 97)

Ao homem negro, restou o trabalho braçal, desvalorizado, porém que trazia consigo características de vigorosidade e virilidade, culminando nos estereótipos de resistência física e potência sexual. Contudo, essas características atribuídas a um corpo negro vêm entrelaçadas com o rebaixamento de sua condição humana à uma condição irracional e primitiva que não traz benefício algum (SOUZA, 1983).

Frantz Fanon (1980), psiquiatra negro, num extenso estudo feito com europeus, enfatiza o processo de projeção na construção do preconceito racial do branco contra o negro. Durante quatro anos, ele interrogou cerca de 500 indivíduos europeus da raça branca. Quase seis décimos das respostas apresentavam-se desta forma: negro = biológico, sexo, forte, esportista, potente, boxeador, selvagem, animal, diabo, pecado, terrível, sanguinário, robusto. Ou seja, ter fobia do negro é ter medo do biológico, pois o negro só é visto como ser biológico.

Fanon explica que, para o africano, não há esse medo do biológico. O ato sexual é apresentado como natural. O africano continuará sempre, durante toda a sua vida, a ter presente no espírito esta noção, enquanto o europeu conservará inconscientemente um complexo de culpabilidade, que nem a razão nem a experiência jamais conseguirão fazer desaparecer completamente. Assim, o africano tende a considerar sua vida sexual como um ramo de sua vida fisiológica, como comer, beber e dormir. Ele chama a atenção ainda para o fato de que as representações que os europeus têm

sobre os negros estão matizadas de sexualidade: "... no inconsciente europeu foi elaborado um crescendo excessivamente negro onde estão adormecidas as pulsões mais imorais, os desejos menos confessáveis. (BENTO, 2002, p. 13).

Tendo isso em vista, não podemos afirmar que a virilidade e violência performada pelo homem preto sejam derivadas única e exclusivamente dos efeitos da masculinidade violenta, mas também de uma reação a toda violência que a sociedade escravista infligiu ao inferiorizar e subalternizar racialmente os negros. Tendo instalado uma sociedade regida pelos preceitos europeus, eugenistas e patriarcais, o modelo ideal de homem, o que detinha todo o poder, o endeusado, admirado e inalcançável é o homem branco. Dessa forma, equiparar a virilidade do homem branco com a do homem negro é um erro. Coisas que são lidas como viris para um homem branco, seriam lidas de outra forma se sua pele fosse preta. Um excelente exemplo aqui no Brasil é o porte de armas, que é visto como símbolo de virilidade e incentivado por grande parte de nossos (des)governantes. Se associado com um homem branco, ele é poderoso, já se associado com um homem negro, ele é criminoso e merece toda a truculência da polícia. As identificações viris para os meninos negros comumente estão atreladas ao universo da criminalidade, do tráfico e da periculosidade.

Somado a isso, numa relação entre homens é comum que haja rivalidade e competição. Cecchetto (2004) relaciona a masculinidade e a competitividade observando que em vários estudos etnográficos realizados em diversas sociedades, é possível apreendermos que a dita "identidade masculina" só é conquistada a partir de rituais, competições e provas. É imposto que a virilidade seja provada a todo custo com demonstrações brutas e violentas. A constante ameaça a essa identidade e sua necessidade de fazer o resgate da virilidade perdida culmina nesses comportamentos reafirmadores, de forma que o praticante do ato é também, de certo modo, compelido e atingido por essa agressividade. Isso fica evidente se observarmos com atenção a socialização de meninos, ainda na infância.

Pensem no recorrente cenário: na escolinha, as crianças do sexo masculino se afastam das do sexo feminino e começam a se agrupar com outros meninos de idades semelhantes. Esse encontro é marcado pela homosociabilidade¹ e uma infinidade de brincadeiras e jogos eróticos entre si, como competições de tamanho do pênis, brincar de quem urina mais longe, excitações sexuais coletivas a partir de pornografia olhada em grupo, etc. (WELZER-LANG, 2001). Esses meninos aprendem e reproduzem os mesmos modelos sexuais passados pelas gerações

¹ Que podemos definir como relações sociais entre as pessoas de mesmo sexo, ou seja, as relações entre homens ou as relações entre mulheres.

anteriores, assumindo assim o papel de serem tanto iniciados quanto iniciadores uns dos outros. Nesse contexto, os mais velhos corrigem e orientam os que buscam o acesso à virilidade.

Nos primeiros grupos de meninos, se “entra” em luta dita amigável (não tão amigável assim se acreditamos no monte de choros, de decepções, de tristezas escondidas que se associam a eles) para estar no mesmo nível que os outros e depois para ser o melhor. Para ganhar o direito de estar com os homens ou para ser como os outros homens. Para os homens, como para as mulheres, a educação se faz por mimetismo. Ora, o mimetismo dos homens é um mimetismo de violências. De violência inicialmente contra si mesmo. A guerra que os homens empreendem em seus próprios corpos é inicialmente uma guerra contra eles mesmos. Depois, numa segunda etapa, é uma guerra com os outros (WELZER-LANG, 2001, p. 463).

A masculinidade então passa a ser buscada e parece ser uma submissão a um modelo para a obtenção de privilégios que esse modelo oferece. Nessa fase, muitas vezes os meninos acabam sofrendo e infringindo violências entre si, isso quando não sofrem dos mais velhos, sendo inúmeros os abusos e iniciações sexuais forçadas. Brigas, ameaças, bullying, demonstrações físicas de força para impor desejos, zoações, pressão psicológica fazem parte do repertório de ações praticadas entre si como punição para qualquer desvio de conduta que se afaste do modelo ideal de masculinidade; ou seja, a mensagem principal continua sendo: ser homem é ser diferente do outro, é ser diferente de uma mulher. O homem que não tem interesse em reproduzir a divisão hierárquica dos gêneros e a recusa para si mesmo, muitas vezes é visto como homossexual, chamado de “viadinho” e acaba sofrendo homofobia.

Demonstrar sensibilidade, chorar, gostar de certas cores, não gostar de esportes, se vestir de forma diferente, usar o cabelo comprido, ter amizade com meninas, entre diversos outros comportamentos são altamente reprimidos e repudiados. E assim, começam os primeiros ritos de passagem para o menino. Esses futuros homens começam a descobrir que, para ser viril, é preciso sofrer, e sofrer calado. Esse sofrimento pode ser aplicado futuramente como uma espécie de vingança tanto contra outros homens, como contra mulheres. Bourdieu escreveu: “a virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão para o combate e o exercício da violência é, diante de tudo, um peso” (1998/2020), para os próprios homens. Mas claro, todo esse sofrimento também vem acompanhado de valores positivos nessa grupalidade. Os homens criam uma espécie de solidariedade entre si, uma irmandade. Talvez, tal sentimento exista para acobertar a dor de se entender como uma vítima da masculinidade imposta violentamente. A recompensa maior vem a partir do momento em que eles começam a desfrutar do privilégio social adquirido com a virilidade (privilégio este que, como estamos entendendo, não é adquirido sem perdas e danos significativos).

3.3 O ENFRAQUECIMENTO DO IDEAL VIRIL E A SUBVERSÃO FEMININA

Apesar de testemunharmos certo enfraquecimento do “ideal viril”, isso não implica que a violência tenha diminuído, mas sim, que esse ideal tenha sido desmascarado e passado a ser menos aceito pelas mulheres, que agora, com mais voz, tem a possibilidade de questionar. O discurso de dominação hegemônica masculina parece enfraquecer cada vez mais. Claro, ele ainda existe, principalmente nas camadas mais conservadoras da sociedade, porém tem perdido sua força. As mulheres chegam com tudo apontando o caráter falho desse ideal impossível, ultrapassado, e, convenhamos, muito cafona. Ouso dizer que, se há algum homem que consiga incorporar quase todas as regras de ser super viril e masculino, ele com certeza será visto por grande parte das pessoas como cômico, grotesco e absolutamente caricaturesco. A impressão que tenho ao observar, por exemplo, Bolsonaro com suas inúmeras tentativas ridículas em mostrar-se muito másculo, é a de que ele está interpretando um personagem dentro de uma sátira à própria masculinidade. Chega a dar dó, coitado, deve ser muito cansativo tentar desesperadamente sustentar uma imagem que ele mesmo, no fundo, sabe que jamais conseguirá alcançar. Realmente, o homem moderno ficou sem chão pois vê desmoronar seu ideal identitário hegemônico de masculinidade e fica desprovido de modelos para se ancorar e se descrever.

Para além das razões já citadas, o avanço da tecnologia no campo da sexualidade, o surgimento e a pluralidade de papéis e identidades sexuais e, sobretudo, a presença dos movimentos feministas, com a ocupação feminina de lugares e espaços antes destinados somente aos homens tem uma grande participação no desmantelamento da masculinidade tóxica (SINVAL, 2006).

Da metade dos anos 1960 até os anos 1980, testemunhou-se uma grande transformação da sexualidade no Ocidente. A sociedade sexualizada tornou possível o próprio olhar crítico para esse processo de sexualização das condutas e acabou por desvendar as relações de poder e de saber intrínsecas a este movimento, bem como, por denunciar a medicalização das práticas sexuais que vêm ocorrendo no ocidente desde o final do século XIX (BRANDÃO, 2016, p. 124).

O Brasil fez parte dessa transformação, tendo testemunhado o surgimento das lutas políticas, a “luta de minorias”, das mulheres, LGBTQIA+ e negros, por exemplo. Essas lutas buscavam, acima de tudo, visibilidade e direitos. O feminismo ganhou muita força no Brasil nessas décadas, tendo avançado muito na luta pelos direitos das mulheres desde então. Algumas conquistas aqui no Brasil são: a aprovação do “estatuto da Mulher Casada em 1962, que permitia que as mulheres casadas não precisassem mais da autorização do marido para trabalhar. A partir de então, elas também passariam a ter direito à herança e a chance de pedir a guarda dos filhos em casos de separação; o direito de portar um cartão de crédito foi

conquistado em 1974; a lei do Divórcio em 1977; 1985 foi criada a Primeira Delegacia da Mulher; Apenas 1988, as mulheres foram reconhecidas como iguais aos homens perante a Constituição Brasileira; em 2002 tirou-se do Código Civil que a “falta de virgindade” poderia ser julgada como crime em um casamento caso o homem descobrisse que sua esposa não era virgem; em 2006 foi sancionada a Lei Maria da Penha, uma das mais importantes conquistas do feminismo brasileiro; em 2015 foi sancionada a Lei do Femicídio e em 2018 a importunação sexual feminina passou a ser considerada crime.

Um destaque especial deve ser dado à inserção da pílula anticoncepcional e do DIU no Brasil na década de 60, possibilitando que mulheres pudessem escolher seus destinos, se gostariam de engravidar ou não, se dedicar a carreira, ter mais liberdade sexual, ter um planejamento familiar, adquirindo assim, mais poder, principalmente dentro da esfera familiar. Isso foi absolutamente transformador, pois o lugar destinado à mulher até então era a da reprodução, pautada pela divisão sexual do trabalho. Silvia Federici em seu livro *O Calibã e a Bruxa* (2017) trazem uma análise histórica brilhante sobre essa temática, onde nos aponta que:

A criminalização do controle das mulheres sobre a procriação é um fenômeno cuja importância não pode deixar de ser enfatizada, tanto do ponto de vista de seus efeitos sobre as mulheres, quanto por suas consequências na organização capitalista do trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 181).

O fato de as mulheres reconquistarem (aos poucos) o direito do controle reprodutivo de seus corpos carrega um enorme abalo ao sistema capitalista e às relações de gênero. Em meio a todos esses acontecimentos, o que ocorre é uma reconfiguração do núcleo familiar, antes organizado como o pai, “chefe” da família, sua esposa e filhos. Agora a mulher começa a tomar o mesmo espaço do homem e ter a mesma importância (e por vezes mais) financeira na família, o que coloca esse homem de lado, “desvalorizado”, sem saber onde se reposicionar.

A discussão sobre o declínio da autoridade paterna é antiga dentro da psicanálise e psicanalistas feministas têm se apropriado bastante dela, remando contra o saudosismo dos mais conservadores que acreditam que a sociedade estava mais organizada nos “bons e velhos tempos” em que a autoridade paterna era inquestionável. A cultura patriarcal associada com a capitalista se pauta na ideia de que a mulher deve ser submissa, obediente, fazer sua parte dentro de casa nas tarefas domésticas e reproduzir. A naturalização da autoridade patriarcal faz com que o lugar destinado às mulheres não seja questionado, e sua mão de obra seja barateada. A partir de mudanças no sistema capitalista, o homem vê seu poder enfraquecido no seio familiar, sendo esse poder transferido para instituições e figuras externas à família. O ambiente escolar e as figuras midiáticas e culturais, por exemplo, começaram a atuar como forças da sociedade

civil que de certo modo substituíram a autoridade do pai. Isso não significa que a figura do pai foi extinta, mas que a influência patriarcal dela na família, antes única e soberana, foi reduzida e sofreu interferências extrafamiliares. Contudo:

Apesar do abalo do pai, a dominação masculina se torna inerente às estruturas socioculturais capitalistas, independente das relações pessoais efetivas no interior e exterior da família. (...) Se o declínio da autoridade paterna guarda em si um potencial de emancipação maior para a mulher na sociedade, a manutenção de um regime e ideologias patriarcais, mesmo sem a figura paterna real no interior da família, traz paradoxalmente maior exploração da mulher, que se encontra ainda sob um sistema social essencialmente masculino. Isso significa dizer, em outras palavras, que o declínio da autoridade paterna produz transformações na constituição do supereu, mas não modifica essencialmente a constituição dos papéis de gênero (COSTA, 2020, p. 406).

Ao invés de encararmos essa questão com nostalgia do passado, podemos explorar as potencialidades que o declínio do autoritarismo patriarcal traz, abrindo novos lugares tanto para mulheres quanto para homens. A partir das releituras feministas das formulações edípicas freudianas, a psicanalista Nancy Chodorow (1978) propõe a reavaliação da maternagem como algo especificamente feminino, alegando que tanto mulheres quanto homens possuem capacidades plenas de cuidar dos filhos se tem bases relacionais de cuidado com sua família. Além disso, a autora também reavalia a função de inserir a criança no mundo sociocultural e individualizá-la ser exclusivamente paterna, atestando que a mãe também possui perfeitas condições de fazê-lo (CHODOROW, 1994). Com essas contribuições, reconfigurações na divisão sexual do trabalho se tornam possíveis com a maior autonomia feminina na escolha de maternagem e reprodução, assim como na maior participação masculina no cuidado com os filhos, sendo essa uma nova forma da figura do pai ser reinserida no ambiente familiar. Contudo, a teoria freudiana não deve ser de forma alguma descartada, pois ela se sustenta à medida que a ideologia patriarcal prevalece, independente do pai. Em geral, a forma objetificada como Freud situa a mulher no complexo de Édipo segue minimamente vigente, descrevendo os papéis de gênero que ainda observamos majoritariamente em nossa sociedade heteronormativa. Hoje vivemos um momento de mais abertura às diversas identificações de gênero, mas isso não significa que a historinha tradicional do papai e da mamãe na família margarina tenha deixado de ser a idealizada e desejada. Faz-se necessário reconhecer isso, para que assim se possa criticar, pensar além e propor novas formas.

É fato que os constantes questionamentos feministas causam incômodo e confusão para os ouvidos dos homens questionados, gerando mal-estar e desorientação. Vimos que a masculinidade está sempre em crise, mas talvez agora o feminismo tenha deixado essa crise mais visível. Ao apontar os privilégios masculinos, as feministas colocam em risco o estado de

exceção masculina na hierarquia dos gêneros, garantido por séculos de forma social, econômica, jurídica e política.

A opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens. Quando se atribui ao dividir uma torta sete partes aos homens e uma às mulheres, a luta por igualdade deve significar que se divida a torta em porções iguais. Logo, os homens terão menos! (WELZER-LANG, 2001, p. 463).

Não é de se espantar que os homens reagiriam tão mal a essa ameaça, afinal, quem tem interesse em perder poderes e vantagens tão grandes? Parece que o ataque vira a melhor forma de defesa. É importante frisar que de forma alguma a culpa por “gerar” a violência é da mulher ou do feminismo por não aceitarem mais esse lugar que lhes foi dado. Cair na culpabilização feminina é endossar o discurso de que há mulheres que merecem sofrer violência, que a violência é consequência de atitudes de mulheres. Claro, pode sim haver um sofrimento no homem despertado pelo feminismo, imagino que seja bem desagradável de repente ser obrigado a rever seus privilégios e a renunciar a regalias que o sistema patriarcal dá, porém o principal causador da angústia em cena é a rigidez e fragilidade da própria masculinidade, que está em constante ameaça, fato que constitui a subjetividade masculina.

Se pensarmos bem, a reação negativa e violenta masculina às conquistas de poderes das mulheres é algo comum dentro da história. No próprio período colonial brasileiro vemos que o modelo patriarcal instaurado se baseava no poder da masculinidade branca hegemônica e no abuso sexual sistemático das mulheres negras escravizadas, e quando essas mulheres procuraram subverter essa ordem e ganhar autonomia acabaram tornando-se uma ameaça ao sistema vigente (tanto econômico quanto de gênero), sendo brutalmente retalhadas por isso (AMARAL, 2020). Atualmente, novamente vemos tomar frente o feminismo negro, cada vez mais forte e ainda duramente castigado e reprimido. É como diz Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo”².

Inclusive, o impacto do racismo do período colonial é facilmente visto hoje no fato das mulheres negras serem as mais atingidas pela violência masculina. Embora todas as mulheres corram o risco de serem vítimas em uma situação de violência, é essencial frisar que as mulheres negras são o grupo mais suscetível, visto que historicamente foram escravizadas, desumanizadas,

² Discurso de Angela Davis durante a conferência de abertura da Escola de Pensamento Feminista Negro, em 17 de julho de 2017, na cidade de Cachoeira-BA.

hiperssexualizadas e violadas sistematicamente no período colonial. Lélia Gonzalez (1984/2020) aponta, ao lado do racismo, também o sexismo como uma forma de colonização do outro que se naturaliza na cultura brasileira. Ela também busca demarcar os efeitos do racismo e do sexismo não apenas naquelas que sofrem a dupla violência, as mulheres negras, mas também na subjetividade violentadora que é assim constituída. Conforme explica Sueli Carneiro,

Essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). (CARNEIRO, 2003, p. 119)

Pensando do ponto de vista mais psicanalítico, Freud em “*A tendência Universal à depreciação na esfera do amor (contribuições a psicologia do amor)*” (1912) nos deixa algumas pistas. O texto aborda o problema da impotência psíquica nos homens devido à barreira do incesto. Se apresenta como saída dessa problemática masculina a separação das mulheres entre as muito apreciadas psiquicamente e as depreciadas psiquicamente, destinando respeito a uma e degradação sexual a outra. Nascem então duas figuras do imaginário masculino sexista: a mulher recatada e do lar, como a mãe e dama; e a mulher vulgar e baixa, a puta.

Um pleno gozo sexual lhe é dado apenas quando pode entregar-se a satisfação sem escrúpulos, o que não se arrisca a fazer com sua morigerada esposa. Daí vem, então, sua necessidade de um objeto sexual inferior, de uma mulher eticamente inferior, a que ele não precise atribuir escrúpulos estéticos, que não o conheça nem possa julgá-lo em suas outras relações sociais. (FREUD, 1912/1969, p. 356).

Podemos pensar a partir dessa lógica, que a depreciação da mulher então possa culminar em violência e feminicídio. Lélia Gonzalez (1983) nos mostra que as mulheres pretas são desejadas sob a condição de ocultamento e negação desse desejo. Ela aponta que o racismo é a neurose cultural brasileira, e fica evidente nesse ponto que não é benéfico que um homem branco deseje uma mulher preta na esfera do amor, portanto ele oculta esse desejo, deixando a mulher apenas na esfera sexual depreciativa, onde lhe é permitido possuí-la. Fazendo uma brilhante construção histórica retomando o lugar da mulher preta na escravidão e colonização, reatualizados para os dias atuais, ela nos aponta que

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (GONZALES, 1983, p. 228)

Logo, articulando a ideia da depreciação de Freud com a do ocultamento do desejo de Lélia, a violência dirigida em maior escala às mulheres pretas também pode encontrar possível “explicação” no fato delas estarem posicionadas sob ocultamento, restritas ao espaço depreciativo, juntamente a realidade do fato histórico da exploração e abusos sexuais do período colonial. Também não me parece de nenhuma forma coincidência o aumento da violência contra a mulher preta concomitante ao fortalecimento do discurso do movimento feminista negro. Bom, dentro de toda essa realidade trágica, se podemos tirar algo de minimamente cômico é que a maioria dos homens não percebe que esse quadro de violência que aparenta ter muitas vantagens e privilégios, como bem coloca Saffioti (1987), os fazem pagar caro pelo poderzinho que tem.

Ao longo deste capítulo pudemos constatar que as crises na masculinidade não são novidade e estão localizadas historicamente, assim como as características da masculinidade são absolutamente mutáveis. Também constatamos que o processo de se tornar homem ocorre desde a tenra infância atravessado por violências, mesmo que concomitante a isso conceda privilégios de gênero. Por fim, vimos que há um enfraquecimento do ideal viril do homem muito provocado por denúncias e apontamentos dos movimentos feministas. O avanço das conquistas políticas e sociais de direitos das mulheres, o rompimento do silenciamento e a exigência por equidade de gênero parecem apontar as incongruências e arbitrariedades masculinas, deixando os homens desnorteados e revoltados. Esse movimento acaba culminando em mais reações violentas por parte dos homens, angustiados e perdidos, que se deparam com as inconsistências de sua própria performance masculina. Assim, nos deparamos com o caráter de ficção da masculinidade, o qual adentro no capítulo seguinte sob a ótica da psicanálise.

4 O CARÁTER FICTÍCIO DA MASCULINIDADE EM FREUD E LACAN

*“Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria
Do que eu quisesse ter
Que nada, minha porção mulher que até então se
resguardara
É a porção melhor que trago em mim agora
É o que me faz viver
Quem dera pudesse todo homem compreender, ó
mãe, quem dera (...)”
(Gilberto Gil, 1979)*

4.1 A HISTÉRICA E O PAI

A psicanálise foi um dos primeiros campos de estudos a questionar a concepção naturalista da diferença entre os sexos, ainda que o conceito de gênero não existisse, refutando as explicações puramente biológicas. Dentro dela, o que poderia ser entendido como este movimento de subversão feminina? Acredito que um bom exemplo de mulheres subversivas são as famosas histéricas, a quem Freud deve a fundação da psicanálise. A histeria enquanto quadro clínico surge enquanto denúncia do mal-estar social da época, desafiando o saber então instituído como verdade sobre o sexual, sobre a feminilidade e sobre a prática médica (KEHL, 2007).

E o que ela denuncia? Bom, considerando que ela é resultado do colapso dos ideais tradicionais produzidos para manter a nova ordem familiar branca burguesa, sua denúncia vem justamente da ineficácia dos recém-criados padrões de feminilidade em abarcar a experiência de ser mulher. Algumas mulheres burguesas aspiravam muito além do molde que lhes era oferecido, muito além de serem belas, recatadas e do lar³. Os sintomas histéricos apareceram como mistérios, indecifráveis, e chamaram atenção dos homens psiquiatras da época, incluindo Freud. O que diferiu Freud dos outros médicos é que, através da escuta, ele descobriria que há muito mais além nos sintomas do que poderia imaginar. É o que foi chamado de cura pela fala, o deixar falar e se fazer ouvir.

³ Famosa frase usada como chamada em uma matéria da Revista Veja em 2016 a respeito de Marcela Temer, esposa do então presidente na época, Michel Temer.

Incluo algumas ressalvas a escuta de Freud, pois apesar de ser revolucionário, ainda assim direcionou as mulheres a um local enigmático, quase místico dentro da psicanálise, que parece permanecer como ponto de interrogação ainda hoje. Como diz Maria Rita Kehl

(...) a representação da mulher como o continente negro da psicanálise, seriam a meu ver recursos a que Freud recorreu para manter-se ignorante a respeito do que ele mesmo não queria saber, embora já tivesse revelado ao resto do mundo: a diferença fundamental entre homens e mulheres é tão mínima, que não há mistério sobre o "outro" sexo que um cavalheiro não pudesse responder indagando a si próprio (KEHL, 2007, p. 183).

Freud em seus textos não destaca o aspecto da dominação masculina nos relatos que ouve em sua clínica, mas podemos escolher fazer uma leitura acentuando este fato. Apesar de o autor deixar a desejar nesse aspecto, não dá para descartar suas imensas contribuições a esse debate. Sua obra é riquíssima, e podemos pensar através da análise da histeria e da “inveja do pênis” qual foi o lugar dado à mulher nela, identificando o atravessamento masculino na mulher.

Agora partindo em defesa de Freud, sei que é comum encontrarmos denúncias de sua obra afirmando o caráter machista de categorizar, subalternizar e enquadrar mulheres e, quanto a isso, deixo as palavras de Juliet Mitchell falarem por mim:

A psicanálise não descreve o que uma mulher é — muito menos o que ela deveria ser; ela só pode tentar compreender como a feminilidade psicológica se produz. (...) Ao tentar entender a psicologia das mulheres, Freud levou em conta as demandas culturais específicas que foram feitas sobre elas. Não era sua preocupação se isso estava certo ou errado, pois, a esse respeito, ele não era nem político nem moralista. Poderíamos ter preferido que ele fosse, mas nem em sua teoria nem em sua prática podemos encontrar uma desculpa para essa suposição (MITCHELL, 1974, p. 338-9).

Isto posto, retomemos o nosso foco. O saber médico não deu conta de decifrar a histeria: o fracasso da ciência em encontrar uma causalidade orgânica e eliminar seus sintomas nos mostra que o corpo histérico não é recortado pela anatomia, mas sim, por sua sintomatologia. A histeria entregava o desacordo e mal-estar em que viviam as mulheres brancas burguesas obrigadas a caber na feminilidade imposta. As histéricas são marcadas por uma experiência sexual traumática, pelo horror em ser objeto do outro, pelo despreço por figuras femininas passivas, pelo questionar e denunciar que o mestre não sabe tanto assim, que a verdade na realidade é outra. Enquanto sujeitas elas aspiravam mais, muito mais do que aquele tipo de feminilidade, inventada pelos homens, poderia oferecer. As mulheres viviam uma profunda crise, ansiavam por saírem do lugar preestabelecido de objeto e finalmente ocuparem o de sujeito de um discurso. “Na teoria freudiana, se todo homem fica devendo alguma coisa ao falo que, espera-se, seja capaz de sustentar, também não existe mulher para quem a "condição feminina" não signifique uma derrota de outras pretensões.” (KEHL, 2007, p.183)

Para além dos sintomas voltados para si mesmas (crises de falta de ar, paralisias, cegueira, surdez, dores de cabeça, gravidez psicológica, dores musculares, incapacidade de ingerir alimentos etc.), as histéricas também se usavam do apontamento das inconsistências dos mestres. Esses mestres são eleitos mediante identificação: em geral, o mestre tem alguma importância (um pai, avô, professor, namorado, marido, analista...) e o saber produzido por ele não dá conta do discurso histórico. Isso quer dizer que a histeria se propõe como enigma: questiona o saber, a verdade já dada e supõe que o que está sendo “escondido” é o mais interessante.

Ao digitar no google “significado de histeria” encontro a seguinte definição:

his-té-ri-co
(latim hystericus, -a, -um)
adjectivo
1. [Psicanálise] relativo à histeria ou a histerismo.
adjectivo e nome masculino
2. [Psicanálise] que ou aquele que padece de histeria.
3. Que ou aquele que revela desequilíbrio, grande perturbação ou excitação incontrolável. = DESEQUILIBRADO ≠ CALMO, IMPASSÍVEL, TRANQUILO
Confrontar: estérico.
Palavras relacionadas: anti-histórico, histericamente, chlique, fricote, fanico
(DICIONÁRIO PRIBERAN DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2008-2021)

Como o próprio dicionário nos mostra, a histérica é desequilibrada, perturbada e incontrolável. Ela é a louca. A relação entre a noção psicopatológica de histeria e sua carga pejorativa ligada à loucura feminina não se desfaz totalmente com o discurso psiquiátrico ou psicanalítico. Ainda que seja feito um esforço de superação, a vinculação original parece retornar. Atualmente, usa-se “histérica” como uma forma de deslegitimar as mulheres que denunciam, que se rebelam, que emitem opiniões divergentes daquelas tidas como certas dentro do sistema patriarcal.

De toda forma, a noção de feminilidade vinculada a histeria permanece restrita ao universo branco burguês, pois as mulheres pretas não estavam sob o mesmo ideal de feminilidade imposto. Muito pelo contrário, a feminilidade “sensível, frágil e indefesa” não cabia dentro da vivência a qual as mulheres pretas eram/são submetidas pelas condições históricas e econômicas de rebaixamento que o racismo impõe. Com um potente e cirúrgico trecho do discurso de Sojourner Truth, abolicionista e ativista pelos direitos das mulheres ainda em 1851, podemos resumir a que pé se encontram as mulheres pretas frente a feminilidade branca e burguesa:

Aquele homem lá diz que as mulheres precisam de ajuda para entrar em carruagens e atravessar valas, e sempre ter os melhores lugares não importa onde. Nunca ninguém me ajudou a entrar em carruagens ou a passar pelas poças, nem nunca me deram o melhor lugar. E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem o meu braço! Eu arei a terra, plantei e juntei toda a colheita nos celeiros; não havia homem páreo para

mim! E eu não sou uma mulher? Eu trabalhava e comia tanto quanto qualquer homem – quando tinha o que comer -, e ainda aguentava o chicote! E eu não sou uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria delas sendo vendida como escrava, e quando gritei a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher? (TRUTH, 1851).

A mulher preta nunca foi considerada uma mulher. Ela ocupa um nível abaixo, desumanizado, desvalorizado e objetalizado para trabalhar em atividades tidas como subalternas e exploradas sexualmente. O racismo e o capitalismo brutalizam a mulher negra a partir do momento que ela também fará o trabalho braçal, terá que adotar uma postura mais dura e firme como forma de sobrevivência. Isso fará com que ela seja impedida de adotar os ideais patriarcais do que seria feminino e assim deixará de ser interessante e feminina aos olhos dos homens, tanto brancos quanto pretos (FAUSTINO, 2014).

A feminilidade lhes foi negada, em troca lhes foi dado estereótipos de agressiva e promíscua, fomentados por imagens de controle produzidas pelos grupos dominantes (COLLINS, 1990). Esses estereótipos objetivam manter estruturas racistas e sexistas intactas, criando a forma como a sociedade no geral vai enxergar e reagir a mulheres negras. Essas imagens de controle têm como consequência a desvalorização da voz da mulher preta que decide se revoltar contra as injustiças, cabendo a ela apenas o rótulo de “raivosa e agressiva”, culminando no silenciamento dessa voz.

Audre Lorde em *The use of anger: womens responding to racism* (1984) já se apropria do estereótipo de raivosa e indaga por qual motivo a violência do opressor incomoda menos que a resposta do oprimido quando não se sujeita a agressão sofrida. Ela coloca a raiva como racional, em suas palavras:

Mulheres respondendo ao racismo significa mulheres respondendo à raiva; raiva da exclusão, dos privilégios não questionados, das distorções raciais, do silêncio, do maltrato, estereotipização, defensividade, má nomeação, traição e captação. Minha raiva é uma resposta às atitudes racistas e às ações e presunção que surgem dessas atitudes (LORDE, 1984, p. 7).

A autora ainda coloca que dentro do próprio feminismo branco, o fato da raiva expressa na forma de falar da mulher negra incomodar mais do que a importância daquilo que ela está falando só demonstra na prática que o incômodo vem justamente do fato de que a pessoa branca terá que encarar seu próprio racismo e mudar.

Ao contrário do que ocorreu com as brancas, ninguém estava lá para ouvir as negras. A histeria então parece ser algo que as mulheres pretas não tiveram direito a ter acesso, pelo menos não no período histórico em que foi descoberta. Ser histérica então é um direito da branca burguesa, que apesar de lida como louca, ainda podia falar e despertar interesse dos homens em ser

estudada, entendida, e como ocorreu ocasionalmente com Freud, escutada. Há alguns anos o debate de “lugar de fala” acontece dentro das produções acadêmicas atreladas a movimentos sociais e agora essa conversa vem sendo complementada pelo “lugar de escuta”. O movimento feminista negro vem desconstruindo essa ideia de que a mulher preta nunca teve voz e agora tem com o lugar de fala; na verdade voz ela teve (vide Sojourner em 1851), o que ela nunca teve foram ouvidos que realmente a escutassem. Essa discussão é bastante complexa e com certeza merece ser mais aprofundada dentro da psicanálise, quem sabe podemos até ler a histeria como um direito a ser reivindicado pelas mulheres pretas...

De toda forma, por qualquer dos ângulos, é possível pensar a histeria como uma revolta contra uma situação de desvantagem sexual, no sentido proposto pelos estudos de gênero. Se para a mulher preta o caminho da somatização histérica não parece acessível, isso não minimiza o peso da denúncia que o sofrimento histérico trouxe, como uma insatisfação silenciada. É possível encontrar em Freud uma concepção da histeria como resposta a uma violência, que se não é diretamente sexual, pode ser remetida à violência entre os sexos ou à violência masculina. Em suas primeiras postulações sobre a etiologia da histeria, Freud (1986) afirma que, na histeria, “qualquer que seja o caso e qualquer que seja o sintoma que tomemos como ponto de partida, *no fim chegamos infalivelmente ao campo da experiência sexual*” (p. 118).

Somado a essa descoberta, na *Carta 52* (1986) ele levanta a hipótese de que a histeria seria advinda de um trauma sexual relacionado com uma cena de sedução por parte do pai, contendo uma perversão paterna. Ele escreve “Cada vez mais me parece que o ponto essencial da histeria é que ela resulta de perversão por parte do sedutor, e mais e mais me parece que a hereditariedade é a sedução pelo pai.” (FREUD, 1986, p. 180). Esta hipótese foi futuramente descartada pelo autor, mas acredito que podemos retomá-la com um novo olhar, talvez haja algo de verdade nessa ideia. Encaremos de forma mais simbólica do que real: se desconsiderarmos o sentido literal e individual da coisa (um pai realmente abusando sexualmente de sua filha) e colocarmos um olhar simbólico e coletivo, onde o pai representa “o homem”, “o masculino”, não me parece ousado inferir que há algo dessa “violência paterna” que se transmite.

Melman (1985) traz apontamentos interessantes sobre o tema, dizendo que a expressão da histeria diz da questão de um trauma, que faz aparecer o pai. Esse trauma vem justamente de vivenciar uma transformação na relação com o pai, antes "fundada no amor e na identidade para uma marcada pelo sexo e a alteridade" (Melman, 1985, p. 38).

Essa cena inaugura uma queda, no sentido da perda do trono, em um roteiro no qual, até um determinado momento, a menina desenvolve a mesma atividade fálica que os meninos e depois descobre que está condenada a outro destino. O destino que implica uma espécie de abandono subjetivo, visto que o pai já não poderia mais garantir o reconhecimento de sua identidade. Deve ser por essa razão que a histérica busca um mestre, como substituto potencial desse pai que não lhe garantiu um senso de segurança subjetiva. Para Lacan (1992), a histérica quer um mestre, e indaga se não seria daí que o mestre foi inventado (COSTA e LANG, 2016).

Em tempo de discussão sobre o declínio do pai na contemporaneidade, poderíamos então intuir que isso representaria um possível desaparecimento da histeria também, já que ela seria uma consequência da impostura desse pai. Contudo, tomando a histeria como feminista e o feminismo como uma manifestação histérica, vemos que apesar do enfraquecimento da função paterna, ainda há uma grande incidência de seus efeitos e normas, visto que o movimento feminista se encontra cada vez mais fortalecido. Manifestações tachadas como históricas atualmente pelos conservadores são justamente a de mulheres que buscam quebrar com o silêncio da opressão masculina.

As tentativas masculinas de desmoralizar o saber das feministas (o saber “do outro”) são esforços desesperados para esconder o próprio furo, furo esse que o feminismo desvela. “O que há de mais subversivo na histeria é justamente apontar a verdade que o mestre esconde: sua própria castração.” (MOREIRA, 2020). Ao fazer essa denúncia, o que se sucede então, é a possibilidade de criar mundos, inventar novas saídas para a questão, ousar desejar para além do que foi imposto e criar meios concretos para isso.

Não é mera coincidência que a famosa Anna O., primeira paciente histérica de Freud que é analisada no texto *Estudos sobre a histeria* (1893-1895/2016), tenha fundado uma instituição que atuava como abrigo, dando assistência a meninas órfãs, mães solteiras e mulheres que buscavam empregos. Além disso também fundou a “Liga das Mulheres Judias” que lutava pelos direitos civis e religiosos da mulher judaica (ALVES, 2019).

A histeria é absolutamente feminista e tem um valor político imenso a partir do momento em que sua existência, por si só, é a denúncia viva de um sistema falido pautado patriarcalismo, de uma feminilidade tosca e limitante que repreende, poda, corta, mutila. O sintoma histérico de contestar a impostura do mestre, apontar seus furos, sua inconsistência conversa com o que o movimento feminista faz com os homens: expõe suas lacunas, suas falhas, suas faltas.

No capítulo passado expus como a masculinidade é instituída com violência, e o argumento psicanalítico que vai ao encontro dessa afirmação pode ser justamente esse, o de uma perversão simbólica do masculino que se transmite pela figura do pai, como se ele representasse a opressão e dominação masculina já instituída. Vemos como o masculino instituído no lugar de

dominante é violento por estrutura, pois parte do pressuposto da inferioridade do feminino. O próprio Édipo representa o laço familiar dessa relação de poder mais ampla e hierárquica entre os gêneros, situando a mulher como subalterna. O protesto histérico não é sem razão. Na norma que se inscreve nas subjetividades, há algo da ordem da violência.

4.2 A NEGAÇÃO DA CASTRAÇÃO

O Complexo de Édipo vem justamente dar pistas de que as relações e transmissões familiares possuem grande peso na questão da formação da masculinidade. Aquela velha história do Édipo, pode atualmente parecer desatualizada: o menino deseja a mãe e rivaliza com o pai, mas precisa renunciar a seu desejo por sua mãe pelo medo da castração que pode sofrer de seu pai, criando assim a barreira do incesto e permitindo então que, renunciando sua mãe, o menino entre no campo da virilidade identificando-se com o pai, tendo acesso as outras mulheres.

Inúmeras críticas podem ser feitas a essa construção freudiana. Uma delas é que ela se baseia no modelo familiar burguês ocidental, em uma família nuclear heterossexual e monogâmica. O Complexo de Édipo também é tido como universal e é imprescindível que se questione toda e qualquer forma de generalização e universalização. Não pretendo me aprofundar nesta discussão na minha dissertação, mas deixo aqui a recomendação de leitura de psicanalistas feministas que debatem o tema com o livro *Freud e o patriarcado* (2020) que traz uma coletânea de textos com essa crítica necessária. Com todas as ressalvas e questionamentos, contudo, ainda assim vemos sendo relatadas com muita frequência as cenas e fantasias edípicas nos consultórios. Questionar o Édipo universal é essencial, assim como reconhecer que suas reverberações continuam presentes em nossa sociedade.

Segundo a leitura freudiana, o Complexo de Édipo oferece duas possíveis saídas para o menino: a ativa e a passiva. A criança pode optar por ocupar o lugar masculino (do pai) e ter relações com sua mãe ou ocupar o lugar feminino (da mãe) e ser amada pelo pai. Ocorre que ambas as possibilidades de satisfação se tornam indesejadas em vista do novo problema que surge: a ameaça de castração.

A organização genital infantil até então se caracteriza pela primazia do falo (FREUD, 1923/2011, p. 152). Freud em *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925) comenta que o menino, ao deparar-se com o outro sexo e observar a falta do pênis, intui que pode ser punido e perder seu membro assim como aquele outro ser perdeu. Possuir o falo (aqui simbolizado materialmente no pênis) automaticamente implica no

complexo de castração, que consiste no medo e constante ameaça que os meninos sentem em perder seu bem tão precioso.

Até então, não tivera ocasião de duvidar que as mulheres possuísem pênis. Agora, porém, sua aceitação da possibilidade de castração, seu reconhecimento de que as mulheres eram castradas, punha fim às duas maneiras possíveis de obter satisfação do complexo de Édipo, de vez que ambas acarretavam a perda de seu pênis - a masculina como uma punição resultante e a feminina como precondição. (FREUD, 1924, p. 104)

É dito que o complexo de castração limita e inibe a masculinidade, e que os meninos olham para os seres castrados (meninas) com “horror a criatura mutilada ou desprezo triunfante” (FREUD, 1925/2011, p.150). Esse horror e desprezo, pensados do ponto de vista social e político, são demonstrados na forma como alguns homens encaram as mulheres, como por exemplo os incels previamente mencionados. Para Freud, é nos momentos marcados pelos complexos de Édipo e de castração que as angústias experimentadas anteriormente pelo menino se organizam, assim a castração revelando seu papel estruturante na masculinidade. Contudo, inicialmente para o menino, não são todas as mulheres que não possuem um pênis, “(...) o menino acha que apenas mulheres indignas, provavelmente culpadas de impulsos proibidos como os dele, teriam perdido o genital” (Freud, 1924/2011b, p. 174). Assim, podemos interpretar que para o menino, as mulheres que perderam o pênis seriam justamente aquelas que tiveram uma conduta social tida como imoral e errada (semelhante aos desejos proibidos dele que os adultos reprimem). Dessa forma, pode-se intuir que assim como o menino sente-se ameaçado por outras pessoas de perder seu membro, ele direciona esse afeto negativo, esse castigo que pode sofrer por sua conduta, justamente as mulheres, aquelas que merecem ser punidas por suas atitudes socialmente indignas (MESQUITA, 2021).

Dessa forma, sem desconsiderar o caráter social e cultural da violência masculina, a psicanálise pode contribuir para pensar sua instituição subjetiva, bem como os aspectos inconscientes de sua transmissão a partir da própria dinâmica edípica. É correto inferirmos que o menino ao mesmo tempo que se identifica, rivaliza com o pai. Por meio da historinha do complexo de Édipo vemos que, ao desejar a mãe e ser impedido pelo pai, o garoto rivaliza com ele, direcionando hostilidade a essa figura que representa um incômodo, um obstáculo a ser passado para conquistar seu objeto de desejo. Ao mesmo tempo que isto ocorre, o menino também se identifica, pois o pai ocupa o lugar o qual ele mesmo quer ocupar. Nessa dupla operação, o indivíduo acaba por assumir os ideais de virilidade conectados com a masculinidade, como se isso fosse o necessário para superar esse pai que barra o desejo incestuoso e finalmente possuir seu objeto, a figura materna. “O sujeito constrói uma imagem de um ideal do eu que, em sua

completude, reflete ao indivíduo faltoso o que ele deveria ser para conseguir esse objetivo.” (MESQUITA, 2021, p. 4). A autora completa:

(...) a masculinidade só pode ser pensada a partir da dinâmica edípica como algo que se oferece enquanto possibilidade de separação, trazendo consigo uma perda, a qual é acompanhada de tentativas de simbolização. Essa perspectiva do complexo de Édipo, em seu caráter estruturante, aponta para a dimensão fantasiosa presente nas maneiras de dar um estatuto simbólico à falta, uma vez que esta não se sustenta nas saídas imaginárias a partir de um atributo corporal (MESQUITA, 2021, p. 4).

O conjunto de todos castrados é suplementado por uma exceção mítica, uma figura que nega a castração, que está acima desta lei e pode gozar livremente do que quiser. Dentro da trama edípica, retomemos aqui uma figura que representa a exceção da regra dos castrados: o Pai da horda primeva trabalhado em *Totem e Tabu* por Freud (1913/1914). Me parece que no fundo, o desejo da maioria dos homens é identificar-se com esse lugar de exceção de quem tudo goza, é usar-se dessa dimensão imaginária do poder fálico e produzir hierarquias, quem tem e quem não tem, quem pode e quem não pode, podendo o homem branco, cis e hétero, (quase?) tudo.

O pai primevo detém acesso exclusivo e ilimitado a todas as mulheres, fontes de alimentação e melhores terras. Para superar esse pai, o menino teria que ocupar seu lugar, provando sua completude, conseguindo negar que é castrado. É interessante observarmos que um dos grandes símbolos de poder fálico deste pai é o da posse, controle e uso de mulheres. Federici (2019) nos lembra que o controle do corpo feminino como troca e mercadoria é um dos grandes pilares políticos e econômicos do capitalismo, nos mostrando o quanto nossas relações afetivas e sexuais estão coladas com a organização política e cultural. Em resumo,

Sugerimos que é esse ponto que Freud acaba por encontrar ao circunscrever a constituição edípica do masculino: por um lado, a sujeição das pulsões agressivas implicadas no ódio ao pai e aos ditames dos ideais de racionalidade por ele transmitidos; por outro, uma renúncia sempre malograda à fantasia de herdar desse pai o poder fálico e o direito à violência. Em síntese, a identificação ao pai comporta, simultaneamente, uma identificação com sua imagem idealizada, que transmite uma lei que interdita o gozo (o pai morto), e uma identificação com o lugar de exceção a ele suposto, como alguém cujo gozo não é limitado pela lei. Ser homem é, portanto, ser racional e ardiloso como Ulisses, não cedendo aos impulsos primitivos da violência. Por outro lado, ser homem é permitir-se a violência e não se submeter a nada que limite o gozo. É ser, ao mesmo tempo, a regra e a exceção (BISPO; PEIXOTO; SCARAMUSSA, 2021, p. 162).

Ocorre que os medos provenientes dessa fase não se limitam à infância. Na forma como é apresentado por Freud, o medo de castração, mesmo após a puberdade, seguiria perpetuando seus efeitos na relação entre homens e mulheres. Será que uma dessas reverberações não pode ser o medo da perda deste lugar privilegiado que possuir o pênis representa em nossa

sociedade?⁴. Uma possível resposta a esse constante sentimento de ameaça por parte dos homens cis, então, pode ser a violência de gênero direcionada às mulheres, as criaturas castradas, as representantes da passividade, alteridade e feminilidade; as que querem “roubar” o tão almejado lugar de privilégio.

Importante frisar que as causas da violência de gênero de forma alguma podem ser resumidas em apenas um aspecto. Seria muito ousado inferir que a resposta masculina ao temor da castração gera toda a violência de gênero, assim como seria muito precipitado não considerar que este fator pode sim ser um dos inúmeros engendrados nessa complexa trama. Além disso, também é importante frisar que a violência pode ser uma das possíveis respostas ao temor da castração, mas jamais a única. As respostas são variadas, cada uma condizente com a subjetividade e história de cada sujeito somados ao contexto social, cultural, econômico etc.

Como já vimos, uma das condições da socialização masculina é não ser associado a uma mulher. O feminino é rejeitado como se fosse um demônio interior que deve ser derrotado, e caso não seja, parece haver um medo do homem de ser comparado a uma mulher e, como consequência, (mal) tratado como tal. Até entre os homossexuais esse comportamento é comumente observado quando nos aplicativos de relacionamento tipo o Grindr encontramos diversos perfis que dizem não gostar de “homens afeminados”, apenas de “machos de verdade”. Essa discussão é antiga no meio LGBT e só confirma o quão afetadas são todas as pessoas, independente de gênero e orientação sexual, pelas identidades rígidas e inflexíveis que buscam enquadrar todos no binarismo (GODOY, 2021). É interessante constatar que até no meio dos dissidentes há reprodução do modelo heteronormativo de forma tão forte, ainda mais considerando que neste modelo não há espaço para vivências que transgridam a norma, só há repressão e violência. O homem pode ser o mais masculinizado possível, mas ele ainda é gay, portanto ainda está sujeito a inclusive ser assassinado por isso.

O homem que não conseguir provar que é homem está em constante risco de ser rebaixado e “mulherizado”. Um exemplo claro disso é o que ocorre nas prisões: os homossexuais, os considerados afeminados, os que praticaram crimes como pedofilia ou estupro, os que se recusam a lutar ou fazer parte de gangues e esquemas logo são colocados no lugar de “mulherzinha” (NASCIMENTO, 2017). Ser mulherzinha, nesse contexto, é sinônimo de sofrer abusos físicos e sexuais, serem roubados, espancados e colocados na função de “empregada”

4 Pontuo aqui a necessidade do pênis em um corpo cisgênero, visto que mulheres transsexuais e pessoas não binárias, apesar de nascerem com o membro, não gozam de privilégio algum, sendo minorias extremamente marginalizadas.

assumindo serviços domésticos. Todo esse tratamento é aplicado pelos machões da prisão, que de forma alguma tem sua sexualidade questionada mesmo com práticas homossexuais, pois ocupam o lugar ativo, violador, dominante do ato. A mensagem é clara: quanto mais trejeitos tidos como afeminados, mais abaixo da hierarquia masculina você está, portanto trate de aniquilar tudo aquilo que possa remeter ao feminino.

Também é fácil observar isso se pararmos para analisar a postura de Bolsonaro frente à coletivas de imprensa, quando é perguntado sobre algo que não sabe responder. É quase insuportável para ele se ver no lugar de faltante e uma de suas saídas é feminizar seu interlocutor. Se ver castrado é inadmissível, portanto, seu recurso é “localizar projetivamente no outro a falta e se ancorar em uma lei caprichosa à qual espera que se submetam voluntariamente” (MOREIRA, 2020).

Tendo isso em vista, quando pensamos na negação da castração e na recusa da feminilidade vemos que elas são suplementadas pela degradação do outro em objeto: para ser viril e másculo é preciso reduzir a alteridade. O menino possui dificuldade em entender que há corpos diferentes do dele, portanto rebaixar esse “outro corpo” do status de sujeito pode ser uma forma de operar com isso. Freud afirma que

No estágio seguinte da organização genital infantil, sobre o qual agora temos conhecimento, existe masculinidade, mas não feminilidade. A antítese aqui é entre possuir um órgão genital masculino e ser castrado. Somente após o desenvolvimento haver atingido seu completamento, na puberdade, que a polaridade sexual coincide com masculino e feminino. A masculinidade combina [os fatores de] sujeito, atividade e posse do pênis; a feminilidade encampa [os de] objeto e passividade (FREUD, 1923, p. 86 e 87 192).

Podemos dizer que a posição masculina não é apenas ocupar o lugar de sujeito, como também se certificar de que não ocupa o lugar de objeto; dito de outra forma, o homem reduz o outro a objeto para garantir que ele não seja reduzido. A constante ameaça a essa identidade e sua necessidade de fazer o resgate da virilidade perdida culmina em comportamentos reafirmadores, de forma que o praticante do ato é também, de certo modo, compelido e atingido pela sua agressividade. Se podemos resumir:

Sustentar um ideal de virilidade também pode ser um engodo para o homem. Podemos pensá-lo como uma face do supereu feroz que, ao mesmo tempo que impõe tais exigências, também está ali para denunciar sua impossibilidade. Se o homem carrega consigo esse ideal a qualquer preço, ele também leva em sua sombra o temor da vulnerabilidade corporal, sexual e moral. Ou seja, o próprio temor da castração – ponto nodal no qual Freud estruturou a sexualidade masculina (BONFIM, 2020, p.11).

Em *Análise terminável e interminável* (1937) Freud aponta que os limites da análise para o homem consistem em reconhecer o gozo em posição de objeto, que o macho tanto repele. Ele

já se deparava com o impasse considerado por ele como intransponível em um final de análise para o homem, que é a ameaça de castração. O autor discorre sobre a recusa dos homens em ocupar posição passiva na análise, um repúdio da feminilidade. “Nos homens, o esforço por ser masculino é completamente egossintônico desde o início; a atitude passiva, de uma vez que pressupõe uma aceitação da castração, é energeticamente reprimida e amiúde sua presença só é indicada por super compensações excessivas.” (FREUD, 1937, p. 163) Atravessar a “rocha da castração” parece quase impossível e isso fica expresso na rivalidade fálica dentro da transferência. A feminização exigida em um processo de análise para os homens pode ser muito angustiante “e o analista pode lhe pedir que não tema a castração - ao menos na sua dimensão imaginária, que incide sobre o próprio corpo -, já que esta; seguramente, não virá.” (KEHL, 2007, p. 186). Freud, ao final de seu texto, coloca a possibilidade de o repúdio à feminilidade ser um fato biológico inerente ao enigma do sexo, mas acredito que se o autor estivesse vivo nos tempos atuais, concordaria que não há nada de natural nisso.

4.3 A MASCULINIDADE COMO SEMBLANTE E OS MODOS DE GOZO

O negócio dá uma complicada quando Lacan nos propõe o falo não como imaginário e sim como simbólico, um significante de poder (1958/1998). Indo contra muitos dos pós-freudianos que caminhavam junto ao biologicismo identificando o falo à genitália masculina, Lacan lerá Freud chamando de *menos phi*, o falo como uma significação, como um recurso que estruturaria a sexualidade para ambos os sexos.

O falo é aqui esclarecido em sua função. Na doutrina freudiana, o falo não é uma fantasia, caso se deva entender por isto um efeito imaginário. Tampouco é, como tal, um objeto (parcial, interno, bom, mau etc.), na medida em que esse termo tende a prezar a realidade interessada numa relação. E é menos ainda o órgão, pênis ou clitóris, que ele simboliza (LACAN, 1998/1958, p. 696).

“Nesse sentido, o falo é uma estrutura de ficção, um recurso puramente simbólico, que tem a complicada missão de unir sexualidade e linguagem.” (COSTA e BONFIM, 2013, p. 3). Assim como em Freud, Lacan considera que é a partir da castração que as identidades sexuais são formadas, se inscrevendo em torno da falta, mas o autor avança à medida que associa essa falta com o “caráter paradoxal do falo, em que as próprias tentativas de preenchimento denunciam o caráter faltoso, ou seja, o falo como atributo traz consigo o testemunho da falta simbólica, da qual ele é significante.” (MESQUITA, 2021, p. 8).

É importante fazer um breve comentário a respeito da ideia equivocada de que o falo seria o pênis, pois, assim como eu fiquei muito confusa quando me deparei com essa constatação,

imagino que alguns leitores também ficarão. Acredito que sim, nós podemos dizer que o falo está associado ao pênis, mas jamais que ele se iguala ou resume a isso. Ele é simbólico, mas também é presente na corporeidade. O falo como elemento discursivo também incide sobre o corpo e determina modos que meninos e meninas vivenciam esse corpo. Nós não podemos cair no naturalismo de dizer que puramente nascer com um pênis produz determinado modo de gozo: o corpo não determina o social, ele é afetado pelo discurso. Ele está na corporeidade, mas não como uma coisa dada, e sim instituída no discurso.

Lacan, introduz a importância da função fálica e das identificações para mediar a relação entre seres sexualmente identificados. O autor não se vale da diferença genética puramente cromossômica entre um sexo e outro, para ele

O importante é isso: a identidade de gênero não é outra coisa senão o que acabo de expressar com estes termos, ‘homem’ e ‘mulher’. É claro que a questão do que surge precocemente só se coloca a partir de que, na idade adulta, é o próprio destino dos seres falantes distribuírem-se entre homens e mulheres. Para compreender a ênfase depositada nessas coisas, nesse caso, é preciso nos darmos conta de que o que define o homem é sua relação com a mulher, e vice-versa. Nada nos permite abstrair essas definições do homem e da mulher da experiência falante completa, inclusive nas instituições em que elas se expressam, a saber, no casamento (LACAN, 1971/2009, p. 30-31).

Neste trecho, Lacan deixa claro que o “homem” só tem significado se ligado à “mulher”, ambos só possuem sentido se empregados dentro de uma cadeia de significantes, se referidos um ao outro em uma cadeia simbólica concretizada nas instituições que moldam as relações. Ou seja, não há significado algum no “homem” em si, e nem na “mulher”. Essa ideia corrobora com a discussão já levantada de que ser homem é justamente não ser uma mulher; é se afastar ao máximo de tudo que possa ser considerado feminino. Isso também pode explicar por que é tão difícil para nós compreendermos o surgimento das inúmeras identidades trans não binárias que se encontram em alguma parte do espectro do gênero. “Dessa maneira, a divisão prévia de todos os sujeitos falantes em dois significantes, homem e mulher, exerce influência no processo de formação das identidades de gênero, pois o uso desses significantes está atrelado a sentidos já estabelecidos” (MESQUITA, 2021, p. 8). Para os homens, esses sentidos são todos os signos que podemos encontrar no leque de características que compõem a masculinidade ocidental.

No *Seminário 18: De um discurso que não fosse semblante*, Lacan (1971) nos introduz a noção de que o discurso é um semblante. O semblante diz de um lugar que individualiza o discurso, atribui o lugar de onde o discurso vem (exemplo: esse discurso é de um aluno, esse discurso é de um médico, esse discurso é de um homem...). Se relaciona com o lugar do endereçamento, o outro a quem esse discurso se refere. O nome do seminário já levanta a questão: será que existe um discurso que não comporta o laço social, que não é atravessado por ele?

Para o menino, na idade adulta, trata-se de parecer-homem. É isso que constitui a relação com a outra parte. É à luz disso, que constitui uma relação fundamental, que cabe interrogar tudo o que, no comportamento infantil, pode ser interpretado como orientando-se para esse parecer-homem. Desse parecer-homem, um dos correlatos essenciais é dar sinal à menina de que se o é. Em síntese, vemo-nos imediatamente colocados na dimensão do semblante (LACAN, 1971/2009, p. 31).

Ao longo do seminário, Lacan nos apresenta que o semblante é uma forma que encontramos de organizar nosso gozo. O autor tece várias elaborações sobre o que ele acredita que rege a relação entre homens e mulheres, sendo o semblante o que mediria ela. O semblante do homem não se relaciona, no sentido de ser equivalente com o semblante da mulher. O autor afirma que não há relação sexual (relação sexual não como o ato sexual em si, mas a forma em que ambos os gêneros não se equivalem em seus modos de gozo). Um gozo está totalmente ligado ao falo, o outro é não-todo ligado.

No francês, *faire semblant* pode ser traduzido como fazer de conta, fingir, parecer. Nos apropriando desse termo, podemos pensar a masculinidade como um semblante. A cultura produz discursos sobre o que é ser um homem, como bem vimos no capítulo passado. O homem então é formado a partir do reconhecimento do outro que não é homem, e assim antagoniza e adota o semblante discursivo que essa diferença impõe. Essa rede de características, condutas, vestimentas, falas, trejeitos e todas as demais expressões que cabem dentro da caixinha do “ser homem” incidem sobre o corpo, produzindo com isso corpos engessados, tomados por um ideal de masculinidade que se entrelaça com o de virilidade reproduzido pelo discurso masculino hegemônico. Expressões violentas do masculino surgem, pois são a forma de afirmar para quem quiser ver que se é homem, pois homem é viril, é agressivo, violento... e ai de quem duvidar!

Parece que todo homem tem que ser macho..., mas algum homem o é? A cultura convoca os homens a responderem discursivamente do lugar simbólico de quem tem o falo e de quem não falta e os homens carecem de garantias de que conseguem assumir esse lugar. Como bem coloca Bonfim e Costa (2013): “Se o falo se insere na psicanálise como o significante que organiza o campo sexual, podemos com Lacan, então, extrair sua dimensão de semblante na ordem sexual. Ou seja, o falo é também um semblante.” (p. 3). Ao se interrogar sobre o falo que se tem (e o

que não se tem), um homem pode produzir uma resposta subjetiva pela via da violência. Por carecer da arma absoluta (isto é, por não ter o falo), o sujeito poderá buscar refúgio por exemplo nas identificações grotescas da virilidade (e das normas sociais que as acompanham) para mascarar o ponto de divisão subjetiva que é inerente ao encontro com o sexo. Como não existe essa estabilização simbólica final, a masculinidade é frágil, e por vezes opta pela violência para mascarar sua fragilidade. Encarar a masculinidade como significante mestre esconde a interrogação do homem. Por fim é isso que constatamos: o semblante, ainda que se esforce muito para ocultar, o que ele realmente oculta, é nada!

Chegamos aqui a um grande ponto de descoberta da divisão sexual: ela não pode ser pensada aquém da linguagem. Nesse contexto, o psicanalista situa a mulher em um lugar especial em relação ao homem:

Para o homem, nessa relação, a mulher é precisamente a hora da verdade. No tocante ao gozo sexual, a mulher está em condição de pontuar a equivalência entre o gozo e o semblante. É justamente nisso que jaz a distância a que o homem se encontra dela. Se falei em hora da verdade, é por ser a ela que toda a formação do homem é feita para responder, mantendo, contra tudo e contra todos, o status de seu semblante. É certamente mais fácil para o homem enfrentar qualquer inimigo no plano da rivalidade do que enfrentar a mulher como suporte dessa verdade, suporte do que existe de semblante na relação do homem com a mulher (LACAN, 1971/2009, p. 33).

Pode-se pensar, dessa forma, que a violência masculina gira muito mais em torno da fragilidade fálica, que é desvelada com a subversão feminina. Na hora da verdade, a mulher deixa claro aquilo que o semblante fálico se esforça tanto para esconder. Para exemplificar, evoco a história de Jasão e Medeia:

Enquanto Jasão mostra-se pusilânime, sempre escravo da demanda do Outro por medo de perder seu pequeno falo, Medeia já se mostra indiferente desde o início a qualquer promessa ou ameaça que lhe poderia advir do Outro – não teme seu pai, nem os poderosos que enfrenta, nem os próprios deuses que poderiam puni-la por seus crimes. Nesse sentido, prende-se a Jasão não como aquele que seria capaz de lhe dar o falo que ela não tem, mas como aquele para quem ela mesma pode ser o falo, ao ajudá-lo a roubar o Velocino de ouro, cujo guardião era seu próprio pai. Mostra como os próprios semblantes constituídos por seu pai para dar uma aparência temível à sua força na proteção do Velocino de Ouro são, na verdade, apenas artifícios frágeis que podem sucumbir diante de quem lhes detiver o segredo da castração. Nisso Medeia coloca-se como detentora da verdade – primeiro de seu pai, depois de Jasão – mostrando que debaixo das roupas o rei está nu. Ou seja, a verdade de que o mestre é castrado é a verdade sempre velada que só é desvelada por uma mulher rebelde e destemida (BISPO et al, 2022, p. 13-14).

A subversão feminina pode ter gerado então, o receio e ressentimento de ser privado do privilégio transmitido socialmente, além de provocar abalos na rigidez a qual a masculinidade é construída. A associação viril e formas grotescas de incorporar a virilidade, logo, tem o papel

de encobrir a castração, negar que algo falta; homens castrados se orientam a negar a castração. A violência exercida passa a ser um sintoma social e não individual.

Se ser homem é ser viril e ser viril é uma ficção, que homem foi capaz de alcançar a virilidade em sua totalidade? Tomando como inspiração o aforisma lacaniano “A Mulher não existe” (LACAN, 1972 – 73, p. 79) podemos pensar: e o homem existe? Já existiu e não existe mais? Será que realmente existiu esse homem superseguro, poderoso, assertivo, temido, provedor, invulnerável, decidido, que é um pai severo, que tinha tudo aquilo que uma mulher poderia desejar, que sabia o que era melhor para ele e sua mulher, que apaziguava a aflição feminina... será? Bom, não é que ele não existe mais, é que ele nunca existiu. Quer dizer, não na realidade, mas enquanto ideal, referência simbólica e identificatória, ele ainda existe, mesmo que enfraquecido.

No discurso *bolsonarista* e no religioso conservador é comum que a crise atual na masculinidade seja evocada, trazendo a ideia de que os homens não sabem mais ser homens e precisam resgatar a masculinidade, fazer voltar o verdadeiro homem. Eles buscam retomar os valores patriarcais que de alguma forma trazem alento ao coração aflito do macho perdido. Claro, tudo isso não passa de uma fantasia. Como já vimos, a crise na masculinidade é uma constante, não é uma invenção pós-moderna. O discurso do homem que não sabe mais ser homem nos mostra nitidamente que há a invenção de uma oposição entre a masculinidade castrada do presente e o passado viril que não foi castrado. Na modernidade o viril é o não civilizado, o que não foi marcado pelo simbólico, pela lei; ele não tem fim, é poderoso, traz a violência em seu estado bruto. Já para os gregos *viris* eram o oposto disso, homem ou mulher viril era sinônimo de ser civilizado. É risível observar alguns homens brasileiros, por exemplo, que se acham muito machos e performam uma espécie de viking tupiniquim. Eles têm barba grande, comem muita carne, bebem muita cerveja (as vezes de copos de chifres de boi), são brutos, tatuam símbolos da mitologia nórdica, tudo isso em referência a um ideal primitivo (primitivo, mas muito chique e europeu) viril perdido que urge ser retomado pelos castrados modernos. Mas todo esse passado primitivo dos supermachos, na realidade, historicamente não se verifica. Toda performance não passa de um truque. O homem agressor, por exemplo, se vê viril, se vê potente, tenta retomar essa masculinidade que foi tomada dele, mas por trás de cabra macho, há um homem inseguro. Por trás do homem que recusa cuidar de sua saúde mental e física, a falar do seu sofrimento, a compartilhar emoções e se permitir senti-las, mora um grande inseguro. É impossível alcançar a tal virilidade não castrada, quanto mais imagens de substância a gente vai tentando eleger, mais vamos denunciando o caráter ficcional, pois é uma mentira.

Mas é uma mentira que sustenta práticas de exclusão, de abuso e de violência. É uma mentira que mata.

O homem tenta adotar para si os signos e construções sociais que permeiam o discurso para parecer aquilo que se acha que deve parecer; ele faz de tudo para reafirmar sua imagem viril, fugir da castração e garantir a manutenção de seu semblante. A armadilha reside em esquecer que esse discurso é absolutamente permeável, que esse conjunto que se tenta fechar chamado de “homem” diz de um modo de gozo.

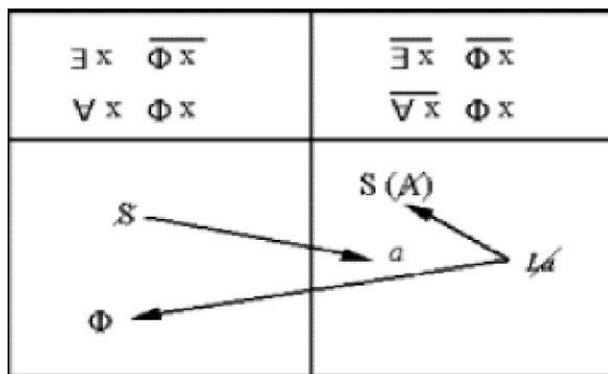
Através de operadores matemáticos, Lacan busca transmitir algo que talvez a fale não permitisse. A escrita das fórmulas de gozo da tábua da sexuação são uma tentativa de expressar o princípio contido no aforisma “a relação sexual não existe” (REF). A frase original “*Il n'y a pas de rapport sexuel*” traz mais a ideia de não haver encaixe sexual, não há uma proporção sexual. Matematicamente falando, o sexual não está em pé de igualdade de gozo, são desproporcionais. Essa afirmação lacaniana é bastante polêmica e complexa e pode ser interpretada de formas diferentes. Não existe relação sexual pode implicar no fato de que não existe relação direta no sexo, a relação se dá através do imaginário. Toda vez que estou com outro numa relação que toca o sexual, esse contato é permeável pela lente da fantasia. A relação direta entre duas pessoas está sempre permeada por fantasias: aquilo que você pensa que a pessoa é, aquilo que você pensa que a pessoa pensa de você, aquilo que a pessoa pensa de você, aquilo que a pessoa pensa que você pensa dela... não é pura reciprocidade imaginária, em espelho. A incidência do significante introduz um espelho simbólico pelo qual eu olho para o outro dentro de um universo: Homem ou Mulher. Outros conjuntos podem se cruzar na constituição da comparação do outro (o parceiro) com o Outro (o que define o conjunto, como Homem ou Branco. Assim, tanto os ideais de branquitude quanto de virilidade marcam campos de referência que determinam o olhar que nos atravessa na relação sexual. Cada um está na sua fantasia usando o outro como uma espécie de suporte.

A interpretação que mais vale para esta pesquisa diz respeito à desproporcionalidade do modo de gozo. De modo muito resumido, a castração se constitui como a perda de um gozo e, a partir dela, cada sujeito se posicionará para recuperar esse gozo perdido. O conceito de gozo, para Lacan, corresponde à forma como cada sujeito vai aparelhar seu corpo para experimentar a satisfação pulsional, tanto pelo prazer, quanto pela dor (LACAN, 1969/1992). A tábua da sexuação não diz da orientação sexual e não faz uma ponte direta com os gêneros masculino e feminino, mas é articulada a eles. Também não esqueçamos que ela não é a-histórica, visto que

ela é formulada dentro contexto, com normas específicas, a partir de observações e bases empíricas clínicas.

O gozo fálico, comumente chamado de “gozo masculino”, pensa na totalidade do conjunto pela sua universalidade, a partir de uma exceção mítica. É um gozo limitado, que não topa ir além do roteiro para encontrar a alteridade. Assim, tudo aquilo que é chamado de homem está submetido à lei da castração, mas existe um que não está encarnado pelo pai totêmico da horda primitiva freudiana (1913); existe algo de fora que faz com que os de dentro do conjunto operem como iguais. Neste caso, não é que toda regra tenha uma exceção, é que a exceção fundou a regra. Ele é perverso por recortar o outro em objetos e foi apelidado por Lacan (1985) como o gozo do idiota: uma satisfação solitária que flerta com o mortífero e com a transgressão dos limites para satisfazer sua provação viril.

Figura 2 – Fórmulas da sexuação



Fonte: Lacan (1975).

Para todo x , Φ de x . Essa contradição funda o simbólico, o pacto masculino é o pacto civilizatório. Nessa mitologia a entrada histórica de sujeito na ordem simbólica converge com o pacto narcísico masculino: existem mulheres com as quais a gente não vai se relacionar. Essa formalização de Lacan trata de uma aposta ativa de identitarizar esse homem, desnaturalizá-lo. Ao desnaturalizar esse homem, há uma ruptura na maneira com a qual passamos a encarar sua dita “essência”.

Já o não todo fálico, comumente chamado de “gozo feminino”, pensa além disso, ele não busca constituir um universal; ele é ilimitado e desmedido. Não há uma exceção mítica feminina que funde uma regra, não há uma mulher que não esteja submetida à castração, encontramos uma falta, um vazio nessa representação. Mesmo ela não escapando da lei fálica, ela se submete apenas parcialmente a ela. Dessa forma, não há um conjunto fechado, não há uma lei comum. A afirmação “A Mulher não existe” (LACAN, 1972 – 73, p. 79) diz justamente da

impossibilidade de simbolização do feminino, no sentido de não ter sua referência marcada pelo ideal fálico da exceção. Ela possui um gozo para além do falo, suplementar, que, mesmo sendo também marcada pela referência fálica, não se prende todo a ele. Existir neste caso é ter lugar no universo discursivo: o aforisma aponta que a mulher não tem espaço, não faz conjunto no discurso masculinista. A mulher não tem lugar de universalidade no discurso. O lado feminino da tábua diz da posição de inexistência, e isso pode ser muito subversivo (acredito que em alguns casos, desesperador também). Toda tentativa de tratar o gozo pelo semblante tenta tamponar o que não tem nome pelas normas da cultura.

Freud (1925) traz a incompletude do feminino numa lógica deficitária que não ressalta suficientemente a origem simbólica e discursiva dessa desvantagem. Lacan retoma a inconsistência desse ponto, de forma a apontar que não há como existir uma completude dentro de algo que se constitui um conjunto aberto, sem totalidade, que não busca ser completo. Lacan também acentua o caráter simbólico da distinção anatômica problematizada por Freud a partir do momento que encara a sexualidade como um acontecimento discursivo. Assim, os modos de gozo se descolam e ultrapassam os semblantes de gêneros tradicionais de homens e mulheres. Portanto, a identidade sexual existe independente da anatomia, cabe ao sujeito escolher se posicionar do lado todo fálico ou não-todo fálico da tábua (LACAN, 1972). Não necessariamente por ser mulher uma pessoa estará localizada na parte direita (lado “feminino”) na tábua, assim como não necessariamente por ser homem estará à esquerda (lado “masculino”). Uma mulher trans, por exemplo, mesmo com o pênis pode estar localizada na parte direita, e a mesma lógica opera para os homens trans.

Ok, de maneira mais prática, o que isso quer dizer? Quer dizer que mesmo sendo mulher, eu posso ser mais ou menos atravessada pelos ideais fálicos que enrijecem as relações com o outro sexo. Ou, pelo contrário, sendo homem, essa referência fálica pode não ser suficiente para determinar o modo como o gozo se organiza em meu corpo.

Só o fato da lógica da sexuação toda fálica estar em questionamento não faz com que esse modo de gozo seja apagado. O não-todo faz o convite a renunciar às universalidades para experimentar a individualidade, a sua própria forma. Se ser homem é recusar o lado direito da tábua, consentir com algo do feminino pode ser uma forma de se aventurar nela, circular no discurso, construir novas existências possíveis. O feminino aflige os homens por ser um ponto de diferença, mas a sexuação se desprende do gênero e permite que cada um agencie seu modo de gozo. Por isso a importância de apostar

Numa clínica que reconheça os limites dos semblantes do ser masculino, do “parecer-homem”, mas que busque ao mesmo tempo sua ampliação e sua transformação na esfera da pólis, no laço social. Isso talvez permita impulsionar outros modos de produção subjetiva nas relações, ainda que a sociedade insista na preservação de estruturas ou semblantes rígidos, por meio de identificações, recalques e interditos. (BISPO; PEIXOTO; SCARAMUSSA, 2021, p. 168)

Uma abertura a autorizar-se do amor, da conversa, da intimidade, da vulnerabilidade, da experimentação pode ser altamente revigorante dentro do embrutecimento da lógica toda fálica. Claro, não condiz com a prática psicanalítica fazer sugestões de condutas para um analisando, cada sujeito deverá encontrar sua forma de transitar por esse lado do modo que faça sentido para a sua singularidade. Colocado desta forma parece algo muito bonito, mágico e quiçá simples, mas nada disso é fácil assim. As mudanças no laço social não são inteiramente capazes de provocar uma espontânea transformação nesses regimes de gozo que são instituídos desde muito cedo e reiterados ao longo de toda uma vida (BISPO; PEIXOTO; SCARAMUSSA, 2021).

5 PSICANÁLISE E VIOLÊNCIA MASCULINA: INTERLOCUÇÕES POSSÍVEIS

*“Ser um homem feminino
Não fere o meu lado masculino
Se Deus é menina e menino
Sou Masculino e Feminino...
Olhei tudo que aprendi
E um belo dia eu Vi [...]”*
(Pepeu Gomes, 1983)

5.1 PSICANÁLISE E ESTUDOS DE GÊNERO

Constatamos que o homem viril foi/é apenas um semblante, uma figura fictícia que tenta ser universal e circula discursivamente. Como reforçado ao longo do texto, a virilidade e a associação com a violência são formas existentes de vivenciar a masculinidade, podendo variar de acordo com os signos adicionados a ela. É verdade que a maioria dos homens terá a masculinidade imposta a eles com cargas mais ou menos violentas, porém nem todos seguirão alienados por essa via. Aliás, para muitos isso se tornará uma grande questão. Apesar da massiva tentativa de padronização e normatização, a masculinidade do homem branco, cis e heterossexual é apenas uma dentre várias e, ainda assim, seria injusto da nossa parte querer generalizá-los e enquadrá-los (até porque isso é um movimento do discurso dominante, que busco não endossar). Com um olhar mais atento ao nosso redor, vemos que novas formas de masculinidade surgem e tornam-se possíveis de serem vivenciadas, o que pode causar confusão, desconforto e medo por parte da maioria dos homens. Essas novas masculinidades (ABOIM; WALL; CUNHA, 2010) têm posto em xeque o que significa verdadeiramente ser homem, questionado esse ideal conservador, pedido explicações acerca dessa categoria e apresentado inúmeras possibilidades de ser e existir enquanto tal.

Verifica-se, assim, ao longo desse trajeto, que a masculinidade envolve um tornar-se homem, no qual cada sujeito precisará inventar uma maneira singular de lidar com o vazio inerente ao sexo, fazendo declinar à sua maneira seu semblante e ideal de virilidade. Com o crescimento dos estudos sobre o tema, também cresce o número de pessoas implicadas nessa questão, cada vez mais homens passam a refletir sobre a masculinidade que vivem e questionar condutas. Esse interrogar-se “faz surgir uma não-coincidência do sujeito consigo mesmo e com as representações com as quais a sua identidade masculina foi construída.” (ROSA, 2008, p. 438). Para além do mal-estar produzido pela crítica às representações imaginárias do que seria um homem, também se coloca em jogo a falta de novas identificações possíveis para os homens

contemporâneos ancorarem. Podemos dizer que eles estão à deriva nesse mar subjetivo. É irônico que os *bolsonaristas* não estão tão errados assim em dizer que o homem não sabe mais ser homem... de fato, eles encontram muita dificuldade em ser como acham que um “homem de verdade” deveria. A grande diferença que possibilita uma transformação nesse cenário é a forma com a qual se lida com esse mal-estar. Ao invés de lutar em vão pelo resgate da virilidade perdida, é mais sensato buscar um outro caminho, outras vias de respostas.

Enquanto mulher feminista e psicanalista, minha aposta é na interlocução entre a psicanálise e os estudos de gênero. Sei que, de início, pode parecer uma proposta enviesada, visto que esses campos tiveram, ao longo dos anos, muitas tensões e embates epistêmicos, mas acredito que ela nos é útil para pensar a violência masculina, assim como acredito nas convergências que partilham. Caminho ao lado das muitas psicanalistas que têm apostado mais nas convergências, principalmente daquelas que não têm reservas para se nomearem como feministas e adotar posições políticas públicas e decididas em torno das causas. Não vejo como prudente optar por separá-los quando nos propomos a pensar questões tão complexas de sexo e gênero em nossa sociedade. Sei que muitos psicanalistas mais ortodoxos ainda são avessos a isso, porém me alegra ver a quantidade de muitos outros contemporâneos que já estão fazendo o movimento de decolonizar e politizar a psicanálise. Fábio Bispo (2014), Flávia Bonfim (2020; 2021), Pedro Ambra (2015), Andréa Guerra (2002), Deivison Faustino (2014; 2021), Miriam Rosa (2004; 2016; 2017), Vinícius Moreira Lima (2019; 2022), e Beatriz Oliveira da Silva (2019) são alguns cujas produções caminham por essa via e muito me ajudaram e inspiraram, tanto para a escrita desta dissertação, quanto para pensar a minha atuação enquanto psicanalista.

Reconhecer a masculinidade como questão para o sujeito acarreta efeitos psíquicos vigorosos nos homens, é dever do analista não estar alheio à realidade de seu tempo político e histórico. A partir do momento que nós, psicanalistas, reconhecemos que, tanto na esfera pessoal quanto pública, nossas relações carregam a marca do colonialismo e da dominação masculina, devemos fazer o exercício diário de decolonizar nossa clínica. Afinal, como trabalhar a questão da masculinidade violenta se não conseguimos reconhecer de qual lugar histórico e social ela parte?

Butler coloca que a modernidade, ao inventar a sexualidade, fez uma repartição entre “[...] um regime sociopolítico em que o sexo existia como um atributo, uma atividade, uma dimensão da vida humana, e um regime mais recente em que o sexo foi estabelecido como uma identidade” (Butler, 2009, p. 91). Ela aponta o sexo como um elemento central de identificação e reconhecimento entre os sujeitos.

A partir desse momento histórico, o sexo passou a constituir nossas identidades com um poder radical, de modo que, mais do que ter um sexo, nós passamos a 'ser' nosso sexo. De modo que, ao enunciar que um corpo é de um ou de outro sexo, o que se está produzindo não é uma descrição neutra e objetiva sobre a materialidade corporal; essa própria descrição faz emergir os corpos dentro de uma série de dispositivos de regulação, com uma demanda discursiva de que esses corpos sejam produzidos dentro de uma matriz heterossexual compulsória. A categorização binária, macho-fêmea, homem-mulher, faz com que os corpos se tornem produzidos de acordo com princípios de coerência e integridade, promovendo uma pretensa exigência de continuidade a elementos que seriam, de outro modo, descontínuos (LIMA e BELO, 2019, p. 4).

Essa colocação não me parece tão divergente assim do que recolhemos das observações e análises psicanalíticas a respeito dos efeitos do enigma do sexual na vida dos indivíduos. Em 1968, Stoller, psicanalista norte americano, introduziu a distinção entre sexo e gênero a partir de estudos sobre a transexualidade. Ele promove essa separação em aspectos dependentes do biológico (sexo) e independentes do biológico (gênero). Assim, ele acaba delimitando que existiriam características e comportamentos femininos e masculinos independente da anatomia do indivíduo, plantando no campo psicanalítico sementes férteis para a articulação com os estudos queer, além de servir de inspiração para Lacan futuramente desenvolver o conceito de semblante.

Paul Preciado em 2019 fez um discurso poderosíssimo na Jornada da Escola da Causa Freudiana que convida a nós, psicanalistas, a questionar e abandonar a maneira ainda muito androcentrista, colonial e a-histórica de abordar os sujeitos, os fenômenos e as manifestações de diversidade sexual. Ele propõe uma “terapia política” da instituição psicanalítica, uma saída da normatividade. Segundo Preciado (2019), os movimentos políticos de minorias dissidentes já manifestam desde, aproximadamente, 1940 as críticas a essa “psicanálise naturalista” (termo meu) que insiste em enquadrar e catalogar os indivíduos, numa análise engessada e ultrapassada. Aqui, convém destacarmos o esforço da psicanálise lacaniana nas décadas de 50 e 60 para que as formações do inconsciente fossem tomadas em novas bases, que destacassem a sua radicalidade na luta contra a adaptação social/sexual. Assim, subverter a norma sexual em vez de tomá-la como signo de saúde ou maturidade já está no horizonte da psicanálise. Os estudos de gênero parecem impulsionar esse movimento na medida em que expande para a própria vida social a demarcação das opressões sintomáticas que limitam o gozo de cada um.

É inútil, e pouco inteligente, resistir ao diálogo do discurso psicanalítico com o dos estudos queer, pois isso seria também fechar os olhos para as inúmeras novas formas de relações amorosas, identificações de gênero, filiação e nomeações existentes. Isso implica na insistência de um apagamento da diversidade, da alteridade. Isso evidencia o enorme apego ao

patriarcalismo e masculinismo. A tendência a patologizar comportamentos e manifestações sexuais dissidentes entre os estudiosos psicanalistas parece ir, ironicamente, ao encontro do discurso médico ocidental, do discurso bolsonarista e do religioso cristão.

A acusação do reconhecimento da diversidade sexual e das identidades políticas enquanto puro "identitarismo" pode ser feita por psicanalistas que buscam desmerecer a importância dos movimentos sociais militantes de mulheres, negros e LGBTQIA+ dentro da psicanálise. Se afirmar discursivamente e politicamente enquanto gay, trans, mulher, negro não deveria ser interpretado como um colamento a um identitarismo vazio; ao contrário, é um ato corajosíssimo visto que essas identidades são as caçadas, eliminadas, negadas. Essas identidades, por tantos séculos alienadas e desumanizadas pelo colonialismo, agora se manifestam tentando romper com a universalidade masculina branca europeia, se afirmando enquanto tal como forma de existência e resistência. Se vamos criticar o identitarismo, que seja o branco, como propõe Faustino:

Esse identitarismo universalista branco - que não se resume ao campo das representações, mas se materializa na morte física e simbólica dos não brancos - que não poderia ser derrotado por simples frases de efeito ("somos todos iguais", "não é possível saber quem é negro no Brasil" ou "eu também tenho sangue negro"), mas por um confronto ético, político e estético que desestruturasse radical e objetivamente as relações sociais racializadas na direção da edificação de outra sociedade (FAUSTINO, 2021, p. 116).

Criticar apenas os corpos colonizados que buscam justiça e auto inscrição sem antes fazer o exercício de reconhecer o identitarismo branco ocidental que estrutura nossa sociedade é apenas endossar a perpetuação da lógica colonial.

Lembro dos meus primeiros contatos com a psicanálise quando era estudante de graduação, o profundo incômodo que sentia lendo alguns textos a respeito do "enigma da mulher". A mulher, o grande enigma, o grande mistério, o buraco negro psicanalítico, vista e estudada enquanto objeto, recortada, despedaçada... raramente ouvida enquanto sujeito político, enquanto detentora de seu próprio saber, enquanto indivíduo. A mulher parecia uma coadjuvante dentro de sua própria história, uma criatura mística. A imagem que me vinha à mente lendo os textos era de homens brancos, grisalhos, com enormes charutos, sentados em confortáveis poltronas em um escritório, confabulando e tentando decifrar esse serzinho curioso que era a mulher. Juntos, eles chegam à conclusão: é, realmente, indecifrável! Um belíssimo ser incompreensível, sublime! Enquanto isso, suas próprias esposas e filhas estavam do lado de fora da sala, na cozinha, fazendo seus afazeres domésticos, caladas, angustiadas por dentro, talvez sem ao menos reconhecer o peso de ser uma "mulher", enjauladas. Bom, claro que desde então com o

passar dos anos fui adquirindo maior maturidade em minhas leituras e conhecendo inúmeros autores e autoras que me apresentaram uma psicanálise mais aberta, mais politizada, mais engajada com os movimentos e mudanças sociais de seu tempo. Mas admito, vez ou outra, quando internamente arrumo briga com a psicanálise, ou quando me deparo com algum psicanalista mais conservador, essa imagem me retorna à mente.

A interlocução dos estudos de gênero e feministas com a psicanálise para debater as mulheres e o feminino já não é muito novidade. Os aforismas lacanianos mencionados no capítulo passado também podem ser pensados a partir da perspectiva butleriana sobre a multiplicidade de mulheres nos movimentos feministas. “A mulher não existe” legitima a diferença entre as mulheres e pode até mesmo ser usada para endossar a crítica ao feminismo branco liberal que parece ignorar a raça, a classe, a orientação sexual e identidade de gênero que atravessam as mulheres, fazendo uma generalização da mulher como a branca, heterossexual, cisgênera e classe média. Cornell (1995) média esse diálogo entre Lacan e Butler, apontando que a psicanálise lacaniana nos fornece instrumentos para criticar a realidade social e as fantasias e imagens criadas a respeito do que é ser uma mulher. O aforisma oferece aporte teórico para pensar as inúmeras diferenças existentes no universo de mulheres e, assim como Butler, denuncia a precariedade da construção da identidade mulher dentro de um contexto normativo e patriarcal. “A mulher como gênero-categorico deve ser refutada. (...) É só a partir da conceituação de que a mulher não pode existir que as construções históricas referentes às mulheres podem mudar.” (COSSI e DUNKER, 2017, p. 7). Seguindo intuitivamente essa mesma lógica, seria tão utópico assim propor que ela possa valer para os homens?

Sob essa ótica transdisciplinar, para começar a conversa de possíveis masculinidades não violentas, primeiramente devemos entender que a masculinidade não é uma posse única e exclusivamente dos homens, assim como a feminilidade não é das mulheres. A ideia de que a masculinidade é algo reservado apenas aos homens cis, aos machos, precisa ser desconstruída. Jack Halberstam, que é um homem trans, em seu texto *Female Masculinity* (1998) nos mostra que a masculinidade pode ser observada na cultura em diversas expressões de gênero em corpos com vagina. Desde lésbicas “caminhoneiras” que se vestiam com roupas masculinas como ternos e gravatas, as *drag kings*, parte da cultura norte-americana, que brincavam com as formas de expressão de gênero masculinas, assim como as *drag queens* brincam com a feminina, e os próprios homens trans e pessoas não binárias que optam por uma expressão de gênero mais masculina. Jack nos convoca a refletir que a masculinidade não é um produto da virilidade e a masculinidade feminina de forma alguma busca reforçar ou imitar o aspecto viril. O que fica

evidente é que “a masculinidade é um aglomerado de signos que podem ser ressignificados, de acordo com os corpos que os utilizam” (AZEVEDO, 2018).

Operando nessa mesma lógica, podemos pensar em formas de a feminilidade atravessar os corpos com pênis. Temos os gays afeminados, as *drag queens*, que cada vez mais ganham visibilidade na mídia (como por exemplo a Rupaul, Pablló Vittar, Glória Groove, Aretuza Lovi, etc), as mulheres trans e travestis... e é claro, mais especificamente no caso dessa pesquisa, os homens héteros e cis. É interessante perceber que, enquanto o homem feminino, mesmo que lentamente e a duras penas, está sendo cada vez mais aceito, a mulher masculina continua sendo muito marginalizada. Halberstam (1998) argumenta que a indiferença e rechaço às masculinidades não hegemônicas não é apenas um acaso, e sim, um projeto para não dissociar a masculinidade da virilidade, mantendo-a assim sob domínio dos homens héteros cis, cumprindo o papel de apoiar estruturas sociais históricas de poder e dominação. Reduzir a feminilidade e a masculinidade à restrita normatividade heterossexual e cisgênera seria um equívoco, pois o contexto atual “nos convida a entender masculinidade e feminilidade como configurações subjetivas que transitam entre corpos com vaginas e corpos com pênis, bem como entre corpos intersexo cuja anatomia não se enquadra nas categorias binárias de apreensão dos genitais.” (LIMA, 2022, p. 245).

Em minha atuação clínica, tenho o prazer de acompanhar dois casos que me chamam bastante atenção e agregam muito para essa discussão. O primeiro é um homem branco, cis e heterossexual que frequentemente entra em conflito com a forma que aprendeu a ser homem, se lançando num movimento de buscar novas amarrações e identificações menos hostis que façam sentido na masculinidade mais saudável que almeja. O segundo é um homem negro, trans e heterossexual que marca sua masculinidade em signos tipicamente viris e possui falas categorizantes como “isso é coisa de homem, isso é coisa de mulher” para referir-se a alguns comportamentos. Ele inclusive fala sobre a TPM e menstruação de sua parceira como se ele mesmo não passasse por isso, atribuindo tudo a um “universo feminino”, ao qual ele não faz parte, embora compartilhe da experiência de ter um útero e sangrar por ele. No primeiro, em corpo com pênis, a masculinidade viril é questionada e refutada; no segundo, em um corpo com vulva, desejada. No primeiro, há uma aposta, não sem sofrimento, em outros modos de vivenciar a masculinidade que passem por aceitar aquilo que é considerado feminino dentro de si; no segundo, uma recusa a tudo que é “feminino” e que possa invalidar sua identidade de homem. Podemos supor que, na verdade, o que se articula com a violência é a virilidade, e não a masculinidade em si. Propondo uma reformulação, é imprescindível dissociar o conceito de

virilidade com o de masculinidade. Fazendo isso, o discurso produzido sobre a virilidade não teria tanta influência em ditar como um homem deve ou não ser.

Sampaio e Garcia (2010) mediaram a articulação entre Butler e Michael J. Diamond, psicanalista norte americano que se dedica a estudar masculinidades, chegando a constatações riquíssimas que vão ao encontro da união entre os campos de estudos para pensar os homens. Diamond (2009) propõe um modelo alternativo das identificações provenientes do Édipo, afirmando que o menino não precisa se desidentificar com sua mãe para identificar-se com seu pai em prol de tornar-se homem, e sim que seria possível uma dupla identificação, viabilizando ao infante uma forma múltipla de experienciar sua própria masculinidade, sem revogar o seu “lado feminino”. O próprio Freud (1925), quando articulou o Édipo à bissexualidade, nos fornece vestígios dessa dupla identificação:

Uma dificuldade de compreensão surge pela complicação de que o complexo de Édipo, mesmo para o menino, é duplamente orientado, ativo e passivo, de acordo com a constituição sexual. O menino também quer substituir a mãe como objeto de amor do pai, o que chamamos de posição feminina (FREUD, 1925, p. 261).

Freud parece não ter se dedicado muito a explorar as possíveis identificações e posições femininas no homem, mas seus estudos nos dão condição de pensá-las aos olhos da atualidade. Diamond (2009) aponta a necessidade de uma flexibilização no processo de constituição da masculinidade, tendo em vista as grandes mudanças sociais ocorridas nos últimos anos. Acolher essa herança da identificação materna, seria então, uma forma de mostrar a multiplicidade da identidade de gênero masculina, que pode escolher outras vias que não sejam somente a da virilidade. “Dessa forma, seriam estabelecidos alicerces seguros que possibilitariam a emergência de um senso de masculinidade mais flexível e menos reativo aos aspectos ditos femininos do psiquismo.” (SAMPAIO e GARCIA, 2010, p. 97). Apesar de ainda partir de uma perspectiva epistemológica binarista, o psicanalista se aproxima de Butler por conceber que a importância da abertura das subjetividades ao plural, a fuga de normas e padrões estáticos, sem conceber o masculino e o feminino com divisões já estabelecidas, que para ser um, deve-se revogar tudo que compõe o universo do outro.

Com essa exposição, podemos chegar à conclusão de que os benefícios da articulação entre a psicanálise e os estudos de gênero são mais frutíferos e interessantes que as desavenças que alguns pensadores de cada campo nutrem um pelo outro. Inclusive, é justamente a partir das críticas feitas pelos dispostos a verdadeiramente aprofundar-se nos estudos das problemáticas de gênero que podemos avançar e atualizar a psicanálise clássica burguesa e branca para uma mais politizada, racializada e atenta às novas demandas de nossa sociedade. Acredito, portanto, que com essa mudança epistemológica, podemos encontrar modelos de identificação que gerem

(...) menor sofrimento psíquico para os sujeitos e lhes permitam um trânsito menos rígido entre categorias de identidade, além de jogos mais fluidos entre relações de poder. Afinal, o sexual, difuso e disruptivo, é aquilo que faz ruído nos performativos de gênero, os quais se pretendem claros e distintos como forma de tentar ofuscar a opacidade que assombra o sujeito. (LIMA e BELO, 2019, p. 14).

5.2 PSICANÁLISE E POLÍTICAS PÚBLICAS

A implicação da psicanálise no laço-social é uma realidade e um desafio dentro de instituições e políticas públicas. É importante que os psicanalistas levem a prática para o público, para os que não possuem condições financeiras de custear um atendimento clínico particular, para os que não teriam acesso ao serviço de um psicanalista se não fosse através dos sistemas públicos. A prática psicanalítica ficou restrita ao consultório particular por muitos anos e é importante que se criem formas de atuação dentro das políticas, sem que com isso se comprometa sua ética com o desejo do sujeito ou caia na lógica do utilitarismo dos serviços sociais, denunciada por Miller (2011). Ela deve levar uma escuta qualificada, que legitime a vivência desse indivíduo e possibilite um lugar simbólico para essas histórias que são sufocadas e silenciadas em nossa sociedade. Deve também possibilitar ao sujeito uma participação ativa nas elaborações de suas questões, bem como a valorização do saber sobre ele mesmo. Esses são alguns passos para a prática analítica adentrar nos espaços públicos de forma transformadora, ouvindo a demanda do sujeito para além da demanda da instituição em que ele está inserido. “Não se trata de propor um protocolo fixo de aplicação, mas de desvendar o que implica, para o laço social e para toda a dimensão ético-política da ação humana, o funcionamento do discurso do analista” (BISPO, 2014, p.77). A psicanálise

Rejeita a oposição simplificada entre indivíduo e sociedade, pleiteando que sujeito e desejo só existem em função do laço social. Supõe-se que o progresso na ação dos indivíduos sobre as condições sociais de dominação depende de que eles se apropriem tanto das verdades dos seus desejos quanto do conhecimento das influências que recebem da sociedade. A busca dessas verdades deve ser um processo necessariamente árduo e nunca totalmente realizado [...]. Acredita-se que transformações sociais consistentes e estáveis dependam do abandono de uma concepção despreocupadamente otimista da natureza humana e da sociedade, como também da ultrapassagem de um pessimismo radical e generalizado, que desencoraje qualquer engajamento político transformador (PACHECO FILHO, 1997, p. 124).

O movimento de ir além da clínica individualizada e se lançar nas discussões políticas e sociais tem gerado muitas contribuições, inclusive, para criar construções teóricas psicanalíticas que sejam mais contextualizadas e abrangentes dentro da realidade brasileira. Ter psicanalistas compondo equipes multidisciplinares e fazendo atendimentos interdisciplinares nas instituições públicas possibilita a disseminação e popularização desse campo do saber, além da abertura

para a construção de novos campos epistêmicos (CARMONA, 2006). É possível criarmos arranjos subjetivos e transformações se promovemos a “conjugação de intervenções de diferentes alcances e objetivos com vistas a articular dialeticamente duas perspectivas [...] a do sujeito do inconsciente e, ao mesmo tempo, a do sujeito em sua dimensão sociopolítica” (GUERRA, 2002, p. 46).

Dentro das instituições públicas brasileiras, grande parte dos usuários são pessoas marginalizadas, com baixa renda, baixa escolaridade e com histórias de vida repletas de violação de direitos. Atuar como profissional que acolhe essas pessoas requer muita cautela, pois a chance de assumir um comportamento de tutela frente a alguns casos, com a errônea ideia de que nós, psicanalistas estudados, sabemos mais que eles, pessoas leigas e sem estudo, é grande. Com frequência, o que ocorre, é encontrarmos um “sintoma sem sujeito” (ROSA, 2004), pois a problemática já foi nomeada e enunciada antes mesmo do sujeito se pronunciar. Supor que sabemos mais sobre o sujeito e sobre o modo de vida que ele deve levar do que ele mesmo sabe, já contraria completamente a ética psicanalítica e caminha em direção a lógica institucional engessada de receitas morais e soluções fáceis. O sujeito que nos fala, nos pede que escutemos, e ao aceitarmos seu pedido, devemos nos despir do nosso saber e da prepotência acadêmica que não dão conta de abarcar a verdade daquele indivíduo.

Um dos grandes desafios da psicanálise nas políticas públicas é justamente resistir a ser engolida pela lógica que opera nelas. O psicanalista deve ser capaz de conseguir converter o “usuário” em sujeito, trazendo a subjetividade em campo. Isso se põe como um grande desafio do momento político atual de crescimento reacionário no país, visto que há uma tendência da saúde pública em reproduzir os padrões de saúde mental articulados com as normas sociais. Esse movimento precisa ser questionado pela psicanálise e por outros discursos que denunciam o silenciamento das trajetórias desviantes, sobretudo no contexto das normas sexuais. Trabalhar temas como educação sexual infantil em escolas ou criar políticas de cuidado em relação ao abortamento nunca foi uma tarefa fácil, mas agora tornou-se um imenso desafio no atual governo.

O sofrimento psíquico nas instituições é um sofrimento sociopolítico (ROSA, 2016) produzido pela desqualificação e desvalorização de determinadas pessoas no laço social, advindos de preconceitos (como racismo, machismo, homofobia, etc.), trazendo desamparo social e psicológico. Essas pessoas ocupam um lugar de resto na lógica social capitalista, vivenciando um processo de coisificação coletiva, tendo seus direitos básicos violados e caindo na exclusão e esquecimento. Com esse entendimento, as intervenções psicossociais possíveis de serem

operadas devem agir como dispositivos clínicos e políticos, como espaço de escuta, testemunho, resgate da memória, dando visibilidade a histórias silenciadas e invalidadas no laço social. Entende-se então, a escuta como psicanalítica e política, pois é singular e coletiva, está implicada em uma ética da psicanálise da singularidade, assim como atenta ao marcos sociais, apostando na capacidade de desejo do sujeito, de sua reinvenção.

Nesses contextos, a dimensão política do discurso e do gozo não pode ser esquecida, como nos relembra Rosa:

Este é um ponto de partida para pensar a questão: tecer uma articulação entre o sujeito e o discurso social (...) e indicar o modo como o sujeito comparece articulado a Outra cena, desta feita, além da cena familiar: a cena social. Essa perspectiva leva-nos a incluir, na escuta e prática psicanalítica, as cenas institucionais – família, escola, empresas, mídia – que contêm em sua organização mecanismos de proteção, mas, principalmente, de submissão do sujeito aos seus domínios, com discursos que o alienam em seu gozo (ROSA, 2004).

Falando especificamente sobre o campo da violência, as contribuições psicanalíticas se estendem trabalhando o atravessamento da linguagem na relação do sujeito com o Outro. “Se, de um lado, podemos demarcar os impactos violentos da linguagem no corpo falante e no corpo social, por outro, é por meio da fala que nos propomos a operar para tratar a violência e suas marcas traumáticas.” (FERRAZ et al, 2021, p. 122). As situações de violência do laço social produzem marcas traumáticas nos sujeitos que as vivem, portanto, seus efeitos constitutivos devem ser pensados para que a prática psicanalítica seja capaz de acolher e dar um novo lugar ao trauma vivido.

A psicanálise considera que o desejo é sempre o desejo do Outro, sendo ele articulado ao laço-social. Considerando a dimensão discursiva do laço-social, os modos como a linguagem define as maneiras de gozo devem ser levados em consideração, afinal, “a dimensão política do gozo toma relevância na medida em que é um fenômeno que abrange o sujeito em um determinado laço social.” (ROSA, 2004). Em uma situação de violência, o gozo entra nesse contexto como algo que extrapola, que transgride uma norma social.

É sobre o campo do gozo que incide a ordenação da cultura. O laço social organiza o gozo, permitindo alguns modos e proibindo outros. Seja através do pai, da família, da escola, das leis, etc., o laço social e o próprio Estado estabelecem limites implícitos ou explícitos para o gozo. Quando esses limites são ultrapassados é que aparece mais diretamente o problema da violência: tanto na transgressão pela qual o sujeito acede a um gozo proibido, quanto na repressão pela qual o laço social ou o próprio Estado buscam eliminar o modo de gozo indesejado (e, às vezes, os próprios indivíduos transgressores) (BISPO, 2014, p. 79).

A psicanálise encontra-se presente nas políticas públicas da cidade de Vitória. Especificamente no combate à violência contra à mulher, encontramos trabalhos como o que ocorre na Primeira

Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a mulher de Vitória (ARRUDA, 2013). Herlam Peixoto, psicólogo e psicanalista capixaba, sustenta um trabalho de escuta e intervenção com homens autuados pelo Lei Maria da Maria e afirmar se deparar com frequência com a aderência rígida a uma noção patriarcal e heteronormativa masculina, determinante para a situação de violência. Sua atuação visa fugir das dicotomias punitivistas de culpado/vítima, entendendo que o próprio homem envolvido na situação de violência também precisa de estratégias de cuidado e acolhimento. Herlam foca em criar

(...) dispositivos de escuta para homens que possibilitem manifestações discursivas reflexivas que favoreçam a desconstrução dos padrões rígidos de masculinidade e de gênero associados à violência. Produções possíveis de subjetividade nos relacionamentos, que superem a violência como resposta para a resolução de conflitos, outras formas de “parecer-homem” (Moreira, 2018) que façam vacilar os semblantes (BISPO; PEIXOTO; SCARAMUSSA, 2021, p. 156).

As pessoas que chegam ao atendimento são aquelas que já passaram pelo processo de denúncia e a delegada avalia que é necessário fazer uma medida protetiva. Uma vez deferida a medida, cabe a uma equipe psicossocial composta por psicólogos e assistentes sociais atender tanto às mulheres vítimas de violência quanto aos homens autores de violência. Herlam relata que atividades diversas são desenvolvidas, tanto no atendimento individual, quanto no atendimento coletivo com o grupo de acolhimento e orientação psicossocial.

A equipe faz uma explanação para ambos envolvidos a respeito das informações contidas na medida protetiva, além de serem realizadas reflexões sobre a questão de violência de gênero, sobre a sociedade patriarcal e, para os homens, é destacado o aspecto masculino viril e violento que não é natural e deve ser mudado. É a partir dessa conversa inicial que o homem ou a mulher que demonstrarem interesse no atendimento individual podem solicitar um acompanhamento. Para além dessa via, caso a juíza que julgou o caso veja necessidade de atendimento a um dos envolvidos, a pessoa é encaminhada para um dos profissionais da equipe psicossocial.

Também são realizados os trabalhos de cunho educativo e capacitações para os profissionais de escolas e instituições públicas como Guarda Municipal, Polícia Militar, Unidades de Saúde Básicas, CRAS, CREAS e CAJUN levando a discussão da Lei Maria da Penha e da questão de gênero. Nesse trabalho, é enfatizado a necessidade de expandir o debate a todos os dispositivos da rede que estão mobilizados nas políticas públicas. Para um caso chegar ao judiciário, significa que os órgãos de prevenção falharam, então o foco das capacitações é trabalhar medidas preventivas da violência, tirando-a da banalização. Além disso, há um grupo intersetorial formado com as secretarias da Prefeitura de Vitória juntamente com a Delegacia da Mulher e promotoria para desenvolver ações em nome da Lei Maria da Penha, com o objetivo

de pensar coletivamente em rede, mobilizando todas as instituições que são atravessadas com essa problemática. Herlam traz que o único município do Espírito Santo que possui uma equipe especializada em violência contra a mulher é Vitória, denunciando ainda a fragilidade da rede.

Ainda em Vitória, há o Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência de Vitória (SASVV), que contou com a colaboração do projeto de extensão Supervisão clínico-institucional, de perspectiva psicanalítica, vinculado ao Departamento de Psicologia da UFES. O SASVV é um programa vinculado a Prefeitura Municipal de Saúde de Vitória composto por uma equipe multiprofissional que atua na promoção de acolhimento e atenção às pessoas em situação de violência, além da promoção de saúde junto a outras instituições, como escolas, Unidades Básicas de Saúde, delegacias, entre outras. A parceria entre o projeto vinculado a Universidade Federal do Espírito Santo e o SASVV começou em 2019, objetivando fornecer “suporte teórico-clínico, constituindo um espaço aberto para a construção e reconstrução contínua das políticas e estratégias de trabalho, bem como para o acolhimento das angústias despertadas pelos impasses do real e para a construção de saídas singulares e coletivas.” (FERRAZ et al., 2021, p 123). A prática não lidava diretamente com os homens agressores, mas se direcionava ao acolhimento das vítimas de violência contra a mulher, principalmente a sexual.

Em uma articulação clínico-institucional, a metodologia usada se inspirou no conceito de lógicas de conversações psicanalíticas, uma espécie de “associação livre coletiva” (MILLER, 2005), com o intuito de fazer circular a palavra e colocar o saber dos profissionais e incidências subjetivas em evidência, para que assim pudessem ser trabalhadas as questões que surgiam daí. A chamada psicanálise implicada (BISPO, 2014; ROSA; ESTEVÃO; BRAGA, 2017) foi uma das principais bases teóricas para a prática. “Para além de uma aplicação técnica de um saber acadêmico, a psicanálise se abre à contingência dos encontros para construir intervenções que subvertam as lógicas de dominação reinantes no laço social, produtoras das violências cotidianas.” (FERRAZ, 2021, p. 130). Dito de outra forma, a implicação exige que o analista faça uma análise da instituição e dos discursos circulantes, a partir disso há a possibilidade de exercer uma prática junto ao sujeito e seus atravessamentos, rompendo com os discursos dominantes de classe e da ciência.

Fica evidente a potência que reside na articulação da psicanálise com as políticas públicas no combate à violência. A presença de psicanalistas nesses dispositivos permite que a pessoa que busca atendimento se localize dentro de sua própria experiência traumática e saia do silenciamento, ocupe um outro lugar. Neste novo lugar, é possível que sua questão seja

elaborada e surjam formas de enfrentamento capazes de fornecer as ferramentas psíquicas necessárias para o atravessamento da violência. Além disso, a ética psicanalítica tem muito a contribuir com a formação dos profissionais desses dispositivos, bem como apresentar novos ângulos para que a violência seja tratada e combatida fora do moralismo e dicotomias reducionistas.

Esses trabalhos são exemplos da importância de trazer, além das contribuições próprias da psicanálise para a compreensão da violência e de seus efeitos traumáticos, uma formação que contemple aspectos da diversidade sexual e de gênero e do racismo. Como em um atendimento psicossocial, a clínica é feita por muitos, um dos trabalhos do analista presente é justamente ajudar a quebrar a resistência ao acolhimento de sexualidades e posições de gênero desviantes ou subversivas, além de combater a reprodução das violências institucionais e oferecer resistência aos discursos religiosos que insistem em se apropriar de pautas relacionadas à sexualidade infantil e da mulher para a reprodução da repressão sexual e do silenciamento.

5.3 OUTRAS APOSTAS: GRUPOS TERAPÊUTICOS E EDUCACIONAIS

Para além das interlocuções com a psicanálise, há muitos projetos que se propõem a reconstruir uma masculinidade que não seja pautada em valores violentos, sendo vivenciada de uma forma saudável, mais livre e menos danosa. Esses projetos insistem que o indivíduo percorra um longo caminho, que deve começar pelo reconhecimento de sua própria masculinidade como problemática. Porém, só o reconhecimento e a tomada de consciência não são suficientes para que este quadro mude. Se apenas isso fosse o suficiente, não seria comum vermos homens violentos dentro de movimentos sociais e ditos homens feministas, como vemos por aí. Existe até o rótulo de “esquerdomacho” para se referir a esses homens. A realidade é que homens de todas as classes, cores, idades e lugares expressam violência, por mais que em alguns meios possa ser mais frequente que em outros. Se apenas a informação pode não ser suficiente, o que mais podemos fazer então? Essas iniciativas apostam na educação, reeducação e auto responsabilização como imprescindíveis nesse processo. É a partir delas que podemos começar a tomar uma postura mais perceptiva e crítica do campo social e da política, podendo então visar mudanças.

Em meu trabalho com palestras escolares tive a oportunidade de ministrar uma roda de conversa sobre masculinidade com alunos do primeiro ano da Escola Coronel Olímpio Cunha, em Cariacica-ES. O objetivo era trabalhar com os alunos a possibilidade de questionar a

masculinidade e buscar uma mais saudável e a experiência foi riquíssima. Em determinado momento, pedi para que eles escrevessem em um pedaço de papel a resposta para a pergunta “o que é ser homem?” para que eu lesse uma a uma em voz alta e pudéssemos conversar a respeito. Foi muito surpreendente encontrar várias respostas positivas, como “ser homem é respeitar e amar”, “ser homem é respeitar os direitos de todos”, “ser homem é cuidar da sua família!”, contudo, ao interrogá-los se aquilo era a realidade do que era ser um homem ou a expectativa que eles tinham, a respostas foi unânime: expectativa pura! A realidade experienciada pela maioria do grupo se encontrava nas outras respostas de cunho negativo, que consistiam em “ser homem é desrespeitar as mulheres”, “não demonstrar sentimentos”, “não chorar”, “ser provedor”, “maltratar”, etc.

Grande parte da turma sofria de abandono parental paterno, outra grande parte que tinha o pai presente encontrava nele uma figura agressiva e abusiva, já outra pequena parte com o pai presente, dizia que a conversa com ele era apenas sobre dinheiro e futilidades. Ao serem indagados se os pais demonstravam carinho e amor por eles, apenas duas pessoas da turma de 32 alunos disseram que ouviam “eu te amo” de seus pais com frequência.

Uma situação muito interessante que ocorreu foi a de um menino, que inicialmente estava extremamente relutante em participar da conversa e agregar ao assunto, debochando da temática. A cada tópico que avançava, ele ia se cobrindo com seu casaco, fechando o zíper, colocando o capuz, enfiando as mãos nos bolsos e olhando para baixo, demonstrando seu profundo incômodo. Mais ao fim, na discussão sobre paternidade, ele tirou seu casaco e começou a contar sobre as violências paternas sofridas em casa, por ele e toda sua família, com muita revolta. Parece que, com a retirada do casaco, ele simbolicamente aceitou o convite de interrogar-se, despir-se da dura carapaça que o envolvia e poder experienciar a vulnerabilidade e permeabilidade em seu corpo. Ao fim da conversa, ele me agradeceu e foi embora, deixando espaço para as professoras presentes comentarem que ele era um aluno extremamente violento e machista com os outros colegas.

Uma outra menina compartilhou a triste história de violência em sua família, em que o pai espancava sua mãe. Seu irmão mais velho assistia tudo desde criança e jurou que nunca perdoaria seu pai por isso. Anos mais tarde o casal divorciou-se e o filho, aos 18 anos, começou a agredir a mãe e também a irmã, toda vez que era contrariado ou não atendiam seus desejos. Mais irônico que isso, foi a mãe recorrer ao pai para dar-lhe um sermão. O pai ligou para o filho para repreender sua atitude dizendo que ele tinha que respeitar as mulheres e apenas homens covardes eram agressores. O filho respondeu que covarde era o pai e que jamais seria como ele.

Além de trágico é no mínimo curioso, não? A incidência da violência paterna na masculinidade calca nesse filho uma profunda contradição: para ser homem, como seu pai, deve impor-se às mulheres através da violência; ao mesmo tempo, há a negação e recusa de qualquer atitude que possa assemelhar-se a ele, mesmo que a pratique.

Sobre as respostas positivas a perguntas “o que é ser homem?”, apesar de não corresponderem à realidade atual, são pistas de que já há um movimento ocorrendo dentro da juventude que busca ressignificar a masculinidade, que busca fazer diferente. Acredito que não haveria respostas positivas, se junto, não houvesse esperança de mudanças.

Ter esse espaço na instituição escolar é altamente revolucionário. Eu fiz meu ensino médio entre 2012 e 2014, em uma escola particular no Espírito Santo e não me recordo de em nenhum momento qualquer assunto relativo a feminismo, sexismo e masculinidade terem sido sequer mencionados; ao contrário disso, o que eu me recordo muito bem são das diversas situações em que alunos e professores foram extremamente machistas sem que houvesse nenhum diálogo ou possibilidade de reclamação sobre. Tenho certeza que, se todas as escolas, públicas e particulares, tivessem o mesmo interesse e iniciativa, a formação dos jovens seria outra muito menos alienada de si e de seu tempo. O potencial de transformação dentro desses espaços é enorme, ainda mais considerando que é na escola que muitas questões familiares aparecem e eclodem, é onde crianças e adolescentes podem pedir ajuda e serem acolhidos. A contribuição psicanalítica nesse processo é por meio da palavra e do incentivo aos projetos que fomentem a sua circulação (BISPO e LIMA, 2014, p. 177).

Assistindo o documentário *O silêncio dos homens* (2019) pude perceber que profissionais das mais diversas áreas (psicologia, jornalismo, comunicação, artes cênicas, sociólogos, etc) que atuam e estudam a área da masculinidade possuem apostas otimistas para o futuro dos homens. Ao constatarem que há uma relação muito forte entre a dor que um homem sente e a dor que ele provoca (no outro), acreditam que uma espécie de “cura” para a masculinidade violenta e tóxica passa principalmente pelo ato dos próprios homens conversarem com alguém ou entre si sobre suas dores. É comum vermos homens cobrando das mulheres um espaço dentro do feminismo, mas é bastante atípico ver homens se mobilizando e organizando seus próprios espaços e pautas de discussão. Essa iniciativa é feita em muitos grupos e mostrada ao longo do documentário, ficando evidente o potencial transformador que os espaços de conversa têm. O desconforto de falar sobre si, de se colocar em primeira pessoa, de se expor e mostrar seus medos, dores, angústias e desafios pode parecer quase que insuportável, mas se feito em um ambiente que vai acolher esse sofrimento isso pode gerar uma mudança extremamente potente. Além disso, o homem que busca essa transformação deve estar disposto a se responsabilizar sobre isso, a assumir uma postura mais consciente frente a seu machismo, a mudar atitudes, a

renunciar a privilégios e efetivamente se implicar na questão. O processo pode ser lento, doloroso e confuso: os homens ficam perdidos e até encontrarem novas formas de serem homens que façam sentido para eles, o abandono daquela identidade familiar e segura que viveram por tantos anos não será fácil. Se destituir de um semblante e suas identificações é uma tarefa árdua e reservada para aqueles que estão realmente dispostos, aqueles que fazem disso uma questão.

Em um curso organizado pelo PSILACS - Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo chamado “Psicanálise e Masculinidades” em maio de 2022, pude conhecer o trabalho de Juliano D’Angelo, fundador do grupo terapêutico de acolhimento para homens “Sobre nós” e facilitador do grupo “E agora José?”, que promove grupos reflexivos para homens autores de violência autuados pela Lei Maria da Penha.

O relato de Juliano é riquíssimo, dele pude coletar o quão poderoso é o fato de homens estarem juntos, se identificando, se abrindo, colocando-se em lugar vulnerável para outros homens. Talvez seja uma possível quebra na resistência que Freud testemunhou em sua clínica com homens... a metodologia do grupo consiste em deixar falar e se fazer escutar, muitas vezes sendo começado com a frase “o que te trás aqui?”, algo similar da clínica psicanalítica também. A cada encontro um homem conduz a conversa expondo um incômodo ou dificuldade, o que incentiva que eles se coloquem, se impliquem, saiam do lugar de não interrogáveis. Sua fala também traz bastante o sentimento de solidão inerente ao homem por sofrer sozinho, não compartilhar suas angústias e achar que os outros não sofrem o mesmo que ele. O grupo promove uma quebra nesses achismos, possibilitando surgir uma conexão instantânea a partir da experiência comum, mesmo que singular e individual. Durante a fala de Juliano no curso foi levantando um ponto muito crucial de ser tocado, que é o fato de nesses grupos de adesão espontânea do homem geralmente os participantes são brancos, classe média, com curso superior, cis e héteros. Em suma, são os homens que teriam a disponibilidade (talvez o privilégio) de poder parar e pensar sobre masculinidade duas vezes ao mês. Com essa observação, começaram a ser criadas estratégias para atrair e alcançar mais diversidades dentro desses grupos, como homens negros, indígenas, homens trans e de outras orientações sexuais. Com mais diversidade, as contribuições são riquíssimas, possibilitando também a desconstrução na prática do discurso universalizante de que só há um tipo de homem, um tipo de masculinidade, um homem universal. Aqui, vale a reflexão de que os próprios organizadores dos grupos também são homens brancos de classe média, talvez se a iniciativa fosse realizada

na periferia e conduzida por pessoas - psicanalistas e lideranças jovens - também periféricas, a diversidade seria maior.

O grupo “É agora, José?” tem caráter atípico, visto que geralmente vemos as vítimas da violência serem ouvidas, e não os agressores. Ouvir os homens nesta cena pode produzir efeitos poderosíssimos de auto responsabilização pelos atos que cometeram, possibilitando a ressignificação de sua própria masculinidade, visando que não tornem a recair na violência. Para além de trabalhar a violência contra a mulher, o grupo inevitavelmente cai nas dores do ser homem, da educação que tiveram, dos valores que carregam, nas normas que foram impostas e promove a reflexão. O documentário *O silêncio dos homens* mostra uma iniciativa muito bacana da promotora de justiça Gabriela Manssur com o grupo “Tempo de despertar”, que também convoca homens que já agrediram mulheres a participar e compartilhar suas vivências. O grupo tem um objetivo mais educativo, porém não deixa de ser terapêutico para alguns à medida que permite espaço para dividirem suas dores, arrependimentos, se desfazerem de certezas e se abrirem para a possibilidade de enxergar seus erros e querer não os repetir. Nele são trabalhadas as construções sociais acerca dos papéis de gênero e a relação entre homens e mulheres, com o objetivo de promover a conscientização. O grupo demonstrou ser um sucesso, diminuindo drasticamente a taxa de reincidência das agressões desses homens: antes do grupo, 65% voltavam a cometer violência, depois do grupo a taxa diminuiu para apenas 2%. Incrível, não?

Além desses, existe um bastante famoso chamado MEMOH (homem escrito ao contrário), que é um projeto que organiza grupos para homens com o objetivo de poder provocar mudanças rumo à equidade de gênero. O grupo é composto por 20 homens, de qualquer orientação sexual e identidade de gênero, e faz encontros quinzenais durante seis meses. Nele, são feitas conversas para trabalhar os incômodos sentidos pelos grupos e visa que os homens possam viver uma vida mais autêntica, sem a constante preocupação de ser o homem viril, o homem de verdade. Além disso, também produz conteúdo para redes sociais e presta serviço de consultoria voltado para ambientes corporativos.

Em contraponto com as violências masculinas presentes no mundo virtual citadas no primeiro capítulo, nas redes sociais também podemos encontrar diversas iniciativas educativas que buscam trabalhar com essa temática. O termo “masculinidade tóxica” está em alta atualmente, ele é usado para se referir a todo comportamento masculino considerado nocivo, tanto para mulheres, quanto para os próprios homens. Vemos um grande esforço de comunicadores, influenciadores e pesquisadores para tentar desconstruir a masculinidade tóxica e repassar as

informações e reflexões através das redes sociais. No Instagram, por exemplo, encontro perfis excelentes voltados para esse objetivo, alguns que sigo e merecem destaque são: @prazerele (que também trabalha com grupos para homens, porém voltado para a área da sexualidade), @masculinidade.saudável (também promove grupos reflexivos), @masculinidades.terapeutico (iniciativa capixaba), @masculinidadenegra, @masculinidadequebrada e @homempaterno (que realiza um trabalho emocionante conectando homens com sua paternidade).

Esse “novo homem” que está surgindo ainda abriga muitas contradições, muitos mal resolvidos, muitas caixinhas de surpresa. Quando uso a palavra “novo” nesse caso, não uso como se o novo representasse uma versão melhorada e bem resolvida do “velho homem”; uso de forma cautelosa, como sinônimo de desconhecido, pois o que fica evidente é que encontramos novos conflitos e incógnitas, e não grandes resoluções dos antigos. Claro, também não sou pessimista a ponto de achar que todo esse movimento não traz consequências boas, pois traz, e muitas! Mas acredito que ainda há um longo percurso a ser feito, tanto para os homens quanto para as mulheres, para que enfim possamos ter mais esperança e confiança em uma masculinidade mais difundida que não se pautar pela violência. Encontrar uma nova identificação possível para a vida subjetiva do sujeito não pode ser feito sem cuidado, se destituindo de tudo, se desconstruindo de tudo. Nós precisamos nos apegar a alguns preceitos para que não fiquemos à deriva subjetivamente, perdidos e desconstruídos, pois isso também pode ser causa de bastante sofrimento. É preciso coragem para admitir aquilo de que somos feitos para que possamos nos tornar outros. Tatear nós mesmos e nossos efeitos no mundo, sem cair na culpabilização, e sim, no auto responsabilização para uma possível mudança.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência masculina é um tema complexo, que requer a articulação de diversos campos do conhecimento para que possa ser trabalhado. Foi possível perceber que sua incidência se dá através do sistema capitalista patriarcal, que situa a masculinidade branca, heterossexual, cis normativa e burguesa como hegemônica e dominante, conferindo aos que se enquadram nessas características o direito de subalternizar e violentar os dissidentes. Concomitante a isso, avalia-se que todo esse sistema também violenta quem dele se beneficia, exigindo que a masculinidade viril seja instituída através de rituais e práticas violentas, que tem como base o rechaço e inferiorização de tudo que é considerado feminino.

Somado a isso, a psicanálise nos mostra que o caráter masculino viril não passa de uma ficção, um semblante que se esforça para esconder a castração, insuportável para o homem. Ao ser questionado e interrogado sobre sua masculinidade, o homem encontra na violência uma resposta subjetiva para sua própria questão com a falta. A aderência à norma rígida do semblante viril pode ser trabalhada através do auto responsabilização e do ato do próprio sujeito de autorizar-se daquilo que foge à norma masculina, do feminino. Deste modo, novas identificações para vivenciar a masculinidade de formas mais saudáveis podem surgir dentro do horizonte subjetivo de cada sujeito, provocando transformações no âmbito coletivo, e vice-versa.

Essa pesquisa é importante à medida que propõe uma subversão da lógica de universalidade e inquestionabilidade da masculinidade hegemônica, promovendo a desnaturalização de seu lugar. Uma vez que isso é feito, torna-se possível a investigação, a crítica e a possibilidade de emergirem transformações políticas e sociais. Ela contribui com a temática à medida que se propõe a investigar o tema levando em consideração a historicidade, o momento político e social atual, os estudos de gênero e a psicanálise, sem impor uma hierarquização dos saberes e sem a pretensão de fechar diagnósticos.

Além disso, a articulação entre psicanálise e política, clínica e sociedade, é uma ferramenta poderosa para ajudar a tecer novas realidades que abriguem menos sofrimentos e injustiças. Essa pesquisa incentiva que mais psicanalistas façam o mesmo, pois uma psicanálise politizada é uma psicanálise atenta aos problemas contemporâneos da realidade brasileira, e não alienada em ideais europeus. O diálogo com os estudos de gênero e com os movimentos sociais - os feminismos e os movimentos LGBTQI++ - se deparam com diferentes facetas da violência masculina e produzem saberes que deslocam as naturalizações não apenas para o laço social, mas para a própria psicanálise.

A partir das minhas escolhas metodológicas nessa pesquisa, enfatizo a importância de contextualizar e historicizar a masculinidade bem como qualquer discussão acerca de problemas de gênero, de forma que fuçamos ao máximo da naturalização daquilo que se apresenta no laço social. Não podemos perder de vista os aspectos estruturais que determinam os discursos e as subjetividades. Também reitero que especificar qual masculinidade é tratada em um estudo é essencial, pois elas são múltiplas, e quando não especificamos, abrimos espaço para universalizações excludentes.

Nessa pesquisa a violência masculina foi trazida com diversas expressões violentas observáveis no cotidiano brasileira, mas vale ressaltar que ela não está apenas nas cenas visíveis: a própria manutenção das estruturas de privilégio já reproduz violências simbólicas e sistêmicas para as quais não é possível localizar os agentes específicos, o que torna a denúncia ou a revolta contra a violência ainda mais difícil.

Os novos caminhos que se abrem a partir deste estudo são inúmeros. Acredito que que é necessário explorar mais a questão racial dentro da violência masculina. Apesar de tocar no ponto em diversos momentos, o tema merece uma atenção específica. Os aspectos da violência masculina no homem negro são ainda mais complexos e atravessados pela violência racial e colonial, fatores que demandam mais atenção e cautela ao tratar do tema. Além disso, explorar a importância dos movimentos LGBTQIA+ no surgimento de novas formas de masculinidade me parece um campo de estudos riquíssimo.

Para mais, há possibilidade de iniciar diálogos com instituições que lidem com a temática da violência masculina para auxiliar na criação de dispositivos de enfrentamento que se vinculem a políticas públicas. Explorar a clínica ou grupos com homens agressores também é uma via interessantíssima de seguimento. Penso que não apenas com homens agressores, mas todos aqueles que já tem a sua masculinidade enquanto questão e buscam ressignificá-la. A psicanálise tem muito a contribuir com o campo da educação sexual e de gênero, com programas preventivos que trabalhem as questões que atravessam a violência.

Nessa pesquisa não adentrei no campo das práticas sexuais, o qual me interessa, e acredito que temos muito a desbravar na temática do ideal de masculinidade viril e a relação dos homens com o consumo de pornografia. Ainda por essa via do campo sexual, vejo formas muito subversivas de abordar o tema dentro das práticas do BDSM. Enfim, as trajetórias são incontáveis dentro dos horizontes da violência masculina e das formas de masculinidades emergentes.

Após todo o caminho percorrido, longe de chegar em conclusões, fico com as inconclusões deste trabalho, uma vez que não se trata de esgotar, ou mesmo desenvolver, todos os aspectos do tema. As inquietações persistem, as perguntas não cessam e as respostas me parecem ainda superficiais dentro da imensidão que as questões de gênero nos convidam a mergulhar. Me propor a estudar a masculinidade violenta e os homens sendo uma mulher feminista, que experiencia e compartilha das dores das mulheres violentadas, não veio sem levantar inúmeras questões, mobilizar afetos e mudar certezas de lugar dentro de mim. Encerro essa jornada muito diferente da forma que comecei sabendo que não é o fim, e sim o meio, pois o início se deu no momento em que, ainda no ventre de minha mãe, me nomearam *mulher*.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia; WALL, Karin; CUNHA, Vanessa. **A vida familiar no masculino:** negociando velhas e novas masculinidades. Gênero, família e mudança em Portugal. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), 2010, p. 39-66.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Violência contra a mulher em dados. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>>. Acesso em: 8 maio 2022.

AMARAL, A. M.; REIS, D. S. R.; BASTOS, J. R. B. B. O patriarcado escravista, a masculinidade tóxica e a violência de Estado no Brasil. **Percursos**, São Paulo, ano 22, v. 64, s/n, p. 163, 2020. Disponível em: <<http://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/percurso-2020-v32-n64-10.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2022.

AMBRA, Pedro. O que é um homem? Psicanálise e história da masculinidade no ocidente. São Paulo: Annablume. 2015.

ARRUDA, Patrícia, 2013. Homens condenados pela lei Maria da Penha refletem sobre agressões a mulheres. **Prefeitura de Vitória**, Vitória, 27 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.vitoria.es.gov.br/noticias/noticia-11559>>. Acesso em: 8 maio 2022.

ATWOOD, Margaret. **O conto da aia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

AZEVEDO, Adriana. Precisamos falar sobre masculinidades femininas. **Hysteria**, S/L, 17 mai. 2018. Disponível em: <https://hysteria.etc.br/ler/precisamos-falar-sobre-masculinidades-femininas/>>. Acesso em: 8 maio 2022.

BACO EXU DO BLUES. **Me desculpa Jay-Z**. Salvador: Selo EAEO Records e 999: 2018. 3:32min.

BALLAOUSSIER, A. V. Elizete Malafaia usa a Bíblia para falar de sexo e contra o feminismo. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá, s/d. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/brasil/elizete-malafaia-usa-a-biblia-para-falar-de-sexo-e-contra-o-feminismo/555889>>. Acessado em: 19 maio 2021.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I. (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

BICUDO, M. A. V. Sobre a Fenomenologia. In: ESPOSITO, V. H. C.; _____(Org.). **A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. Piracicaba: Unimep, 1994. p. 15-22

BISPO, F. S. A ética da contingência e a implicação da psicanálise no laço social. **Psicologia Revista**, São Paulo. s/a, v. 23, n. 1, p. 75-95, 2014.

BISPO, F. S.; BAGALHO, J. O.; LORENZON, A. G. F.; FERRAZ, A. C. D. C.; DALFIOR, N. S.; TRINDADE, L. C. A morte violenta nas narrativas trágicas: amarrações lacanianas de Hamlet, Antígona e Medeia. **Tempo Psicanalítico**, 2022.

BISPO, F. S.; LIMA, N. L. A violência no contexto escolar: uma leitura interdisciplinar. **Educação em Revista** [online]. 2014, v. 30, n. 2 [Acessado 25 Julho 2022], pp. 161-180. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000200008>>. Epub 16 Jul 2014. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000200008>.

BISPO, Fábio; PEIXOTO, Herlam; SCARAMUSSA, Melissa. Violência masculina: uma leitura clínica da constituição histórica e subjetiva da masculinidade. In: GUERRA, A. M. C.; LIMA, R. G. (Orgs.). **A psicanálise em eclipse decolonial**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

BONFIM, F. Declínio viril e o ódio ao feminino: entre história, política e psicanálise. **Periodicus**, Salvador, v. 13, s/n, p. 09-24, maio 2020.

_____. **A sexuação do homem na contemporaneidade**: entre o declínio do ideal viril, o feminismo e o feminino. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: <http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/12/2021_t_FLAVIABONFIM.pdf>. Acesso em: 8 maio 2022.

BORGES, C.; BATISTELA, C.; MAYER, S.; 'Suportaria ficar mais um pouquinho?', 'queres escolher um nome?' e 'você acha que o pai concordaria?': As frases da juíza Joana Ribeiro Zimmer para menina de 11 anos estuprada. **G1 Santa Catarina**, Florianópolis, 21 jun. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/21/suportaria-ficar-mais-um-pouquinho-queres-escolher-um-nome-para-o-bebe-as-frases-da-juiza-joana-ribeiro-zimmer-para-menina-de-11-anos-estuprada.ghtml>> Acesso em: 21 de jun. de 2022.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOYD, S. *Incel Hate Speech and the Damage of Toxic Masculinity*. Arizona: Arizona State University, 2019.

BRANDÃO, Renata Rodrigues. Revolução sexual e sexualidades “ex-cêntricas”: análises das práticas discursivas sobre “identidades sexuais” em revistas brasileiras (1969-1979). **Dossiê: Quando Clio encontra as 'sexualidade disparatadas'**, Santa Catarina, s/a, v. 23, n. 35, 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANÇÃO NOVA PLAY. **Revolução sexual x Revolução do amor - Pe. Paulo Ricardo** (10/01/14). Youtube, 17 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=92BaVBfgBM0&t=2650s>>. Acesso em: 19 maio 2021.

CARMONA, Andréa Moreira. Laço social e entrelaçamentos da clínica na área de direitos humanos. **Pesquisas e Práticas Sociais**, São João Del Rey, v. 1, n. 2, 2006.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acesso em 28 maio 2021.

CARTA CAPITAL. Damares justifica abuso de meninas por falta de calcinhas. **Carta Capital**, São Paulo, 25 jul. 2019. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/damares-justifica-abuso-de-meninas-por-falta-de-calcinhas/>>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

CARTA CAPITAL. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>. Acesso em 19 maio 2021.

CHODOROW, Nancy. **Feminites, masculinities, sexualities – Freud and beyond**. Kentucky: The University Press of Kentucky, 1994.

CARVALHO, Paulo. Brasil ocupa o 5º lugar no ranking da violência contra a mulher. **Portal UNIT - Universidade de Tiradentes**, 18 ago. 2021. Disponível em:

<<https://portal.unit.br/blog/noticias/brasil-ocupa-o-5o-lugar-no-ranking-da-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em 30 janeiro 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Black feminist thought in the matrix of domination. In: _____. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Boston: Unwin Hyman, 1990. p. 221-238.

CONGRESSO EM FOCO. Veja quais deputados e senadores fazem parte da bancada evangélica. **Congresso em foco**, 2020. Disponível em:

<<https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/veja-quais-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/>> Acesso em: 19 de maio de 2021.

CORNELL, D. Rethinking the time of feminism. In: BENHABIB, S.; BUTLER, J.; CORNELL, D.; FRAISER, N. (Orgs.). **Feminist contentions: a philosophical exchange**. New York: Routledge, 1995. p. 145-157

CORREIO BRASILIENSE. 'Não é a política que vai mudar esta nação, é a igreja', diz Damares Alves. **Correio Brasiliense**, 07 dez. 2018. Disponível em:

<https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2018/12/07/interna_politica,723913/nao-e-a-politica-que-vai-mudar-esta-nacao-e-a-igreja-diz-damares-alves.shtml>. Acesso em: 19 maio 2021.

COSSI, Rafael Kalaf; DUNKER, Christian Ingo Lenz. A diferença sexual de Butler a Lacan: gênero, espécie e família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, s/a, v. 33, s/n, 2017.

Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/ZZnwtz3KCFrTHfTcVy5qV3q/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 19 maio 2021.

COSTA, Ana Maria Medeiros da; BONFIM, Flávia. O homem e A mulher na operação com o semblante. **aSEPHallus**, Rio de Janeiro, s/a, v. 3, n. 16, p. 134-147, 2013. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-62757>>. Acesso em: 19 maio 2021.

COSTA, Dayse Santos; LANG, Charles Elias. Histeria ainda hoje, por quê? **Psicologia USP**, São Paulo, s/a, v. 27, s/n, p. 115-124, 2016. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/psup/a/3ZDXfhK45qG4xVf8jfc9XvM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 19 maio 2021.

COSTA, V. H. F. Sobre o declínio da autoridade paterna: uma discussão entre Teoria Crítica e psicanalistas feministas. _____. **Freud e o Patriarcado?** Leituras para os nossos tempos. São Paulo: Editora Hedra, 2019, p. 351-372.

COURTINE, J.-J. Impossível virilidade. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELLO, G. (org.). **História da virilidade:** a virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 7-12.

DA SILVA, B. O. Um estudo psicanalítico sobre o feminicídio. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFES, 10., 2020, Vitória. **Anais...** Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2020.

DA SILVA, Sergio Gomes. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicologia: ciência e profissão**, Rio de Janeiro, s/a, v. 26, n. 1, p. 118-131, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/hvgrgfhvbYX4tpGHHYXdWks/?lang=pt>. Acesso em: 9 fev. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

DEBIEUX-ROSA, M.; ESTÊVÃO, I. R.; BRAGA, A. P. M. Clínica Psicanalítica Implicada: Conexões com a cultura, a sociedade e a política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, s/a, v. 22, n. 3, p. 359-369, 2017.

DIAMOND, M. Masculinity, and its discontents: making room for the “Mother” inside the Male – An essential achievement for healthy male gender identity. In: Reis, B.; Grossmark, R. (org.). **Heterossexual masculinities:** contemporary perspectives from psychoanalytic gender theory. New York: Routledge, 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1980

FAUSTINO, Deivison. O pênis Sem o Falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, E. A. **Feminismos e masculinidades:** novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

_____. Por uma crítica ao identitarismo (branco). In: GUERRA, A. M. C; LIMA, R. G. (Orgs.). **A psicanálise em elipse decolonial**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa – Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRAZ, Ana Clara Daher Carneiro et al. Clínicas da violência: contribuições da psicanálise. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, s/a, v. 17, n. 1, p. 121-138, 2021. <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/61846/38835>>. Acessado em: 8 maio 2021.

FERREIRA NETO, J. L. J. L. A Analítica da Subjetivação em Michel Foucault. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 7-25, 2018. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/76339>>. Acesso em: 04 junho 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Nota técnica Violência Doméstica durante a pandemia de covid-19**. Abril de 2020.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 3. ed. São Paulo. Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Subjetividade e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FREUD, S. Carta 52. In:_____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 1º ed. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 281-287. 1 v.

_____. Além do Princípio de Prazer. In:_____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 1º ed. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 123-199. 23 v.

_____. **O eu e o id "autobiografia" e outros textos**. Tradução de Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 16 v.

_____. Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (Contribuições à Psicologia do Amor II). (1912). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago editora, 1969. p. 159-173. 11 v.

GAZALÉ, O. Futuro do feminismo depende da reinvenção de masculinidade. [Entrevista cedida a] Fernando Eichenberg. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3dniUdR>. Acesso em: 15 maio. 2019.

GERALDO, N. "Grito da masculinidade" viraliza: só um meme engraçado ou preocupante? **UOL**, 06 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/07/06/o-grito-da-masculinidade.htm>> Acesso em 19 de maio de 2021.

GOMES, Romeu. Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, s/a, v. 8, s/n, p. 825-829, 2003.

GOMES, W. A influência religiosa na política, dos católicos aos neopentecostais. **Revista Cult**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/influencia-religiosa-na-politica/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, s/a, s/v, s/n, p. 223-244.

GUERRA, A. M. C.; GONÇALVES, B. D. & MOREIRA, J. de O. (Org.). **Clínica e inclusão social: repensando a subjetividade e a intervenção clínica em psicologia**. Belo Horizonte: Campo Social, 2002.

GUNNERBRASIL. **Padre Paulo Ricardo - Revolução Sexual e o Marxismo**. Youtube, 1 out. de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Hes-EZZP6wU&t=435s>>. Acesso em 19 maio 2021.

HALBERSTAM, Jack. **Female masculinity (1998)**. Durham: Duke University Press, 2018.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, s/a, v. 1, n. 1, p. 7 - 31, 1993

HOLLANDA, H. B. **Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOT GIRLS WANTED: TURNED ON. Produção: Jill Bauer, Ronna Gradus e Rashida Jones. Estados Unidos. 2017.

INTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). **Atlas da Violência, 2018**. Rio de Janeiro, 2018. 92 p.

INTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). **Atlas da Violência, 2020**. Rio de Janeiro, 2020.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Embaixada da Suécia desmente fakenews de 'padre bélico'. **Instituto humanitas unisinos**, 15 jan. 2019. Disponível em: <<http://ihu.unisinos.br/78-noticias/586060-embaixada-da-suecia-desmente-fakenews-de-padre-belico-de-mt-ligado-a-bolsonaro>>. Acesso em: 19 maio 2021.

JOVEM PAN NEWS. **Feminismo tem muito mais a ver com o esquerdismo do que com a mulher | #RodrigoConstantino**. Youtube, 8 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aKYjczCLdfY>>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

KIVISTO, A. J. Firearm Use Increases Risk of Multiple Victims in Domestic Homicides. **The Journal of The American Academy of Psychiatry and The Law**, Indianópolis, v. 48, p. 1-9, 2020.

LACAN, J. (2009). **O seminário - livro 18: de um discurso que não fosse semblante**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. **A significação do falo em Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p.92-703, (1958/1998)

_____. **O Seminário 5: As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (1957-58/1999)

_____. **O Seminário - Livro XX: Mais, ainda**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985, p.109.

_____. (1966-1967) **O Seminário - Livro 14: Lógica da Fantasia**. Rio de Janeiro, Zahar

LIMA, V. M. Masculinidade e feminilidade como modos de gozo: sexuação, diferença sexual e mais além. **Leituras Psicanalíticas sobre os desafios da atualidade**. Curitiba - PR, Editora Bagai, 2022.

LIMA, Vinícius Moreira; BELO, Fábio Roberto Rodrigues. Gênero, sexualidade e o sexual: O sujeito entre Butler, Foucault e Laplanche. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 24, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/GqrtdTdmhmTDPb73Vs3VSgM/abstract/?lang=pt#>>. Acessado em: 8 maio 2022.

MANUAL DO HOMEM MODERNO. **DESMASCARANDO o MACHO ALFA que SURTOU ao ser chamado de BETA | Matheus Alpha Spirit**. Youtube, maio/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8H9d_sKcVHc&t=62s> Acesso em: 19 de maio de 2021.

MELMAN, C. **Novos estudos sobre a histeria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

MENZIE, L. Stacys, Beckys, and Chads: the construction of femininity and hegemonic masculinity within incel rhetoric. **Psychology & Sexuality**, Alberta, s/a, v. 13, n. 1, p. 69-85, 2020.

MESQUITA, Yukimi Mori; DA SILVA CORRÊA, Hevellyn Cielly. A “Masculinidade Tóxica” em Questão: Uma Perspectiva Psicanalítica. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, s/a, v. 21, n. 1, p. 24-03, 2021.

MILLER, J-A. **Perspectivas dos Escritos e Outros escritos de Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MILLER, Jacques-Alain et al. **La pareja e el amor: conversaciones clínicas com Jacques Alain-Miller em Barcelona**. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2005.

MITCHELL, Juliet. **Psychoanalysis and Feminism – a radical reassessment of Freudian psychoanalysis**. New York: Basic Books, 1974.

MOREIRA, M. M. Fazer-se o homem por entrar-se entre seus semelhantes. In: Bento, H. L. G. B. (Org.). **Parecer-homem: semblantes, juventude e criminalidade**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018, p. 3-33.

NANCY, Chodorow. **The reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender**. Berkeley: University of California Press, 1978.

NASCIMENTO, F.; MARQUES, R.; OSTERNE, M. Relações e relacionamentos de pessoas LGBT em prisão masculina: Entre normas e limites do dentro e fora da prisão. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 297-316, 2020.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial de Suicídio - prevenção ao suicídio: um imperativo global**. 2019.

O SILÊNCIO DOS HOMENS. Produção: PapodeHomem e Instituto PdH. São Paulo. 2019.

PABLO. Porque homem não chora. Som Livre. 2014. 3:03min.

PACHECO FILHO, R. A. O conhecimento da sociedade e da cultura: a contribuição da psicanálise. **Psicologia e sociedade**, [s. l.], v. 9, 1997

PINTO, A. D. V. **Pornografia: herança e perpetuação do patriarcado brasileiro**. 2016. 16 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016.

POMBO, M. Crise do patriarcado e função paterna: um debate atual na psicanálise. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, s/a, v. 30, n. 3, p. 447-470, 2018.

PRECIADO, P. (*informação verbal*) 49ª **Jornada da Escola da Causa Freudiana: Mulheres em Psicanálise**. França, 2019.

ROSA, Márcia. Ser um homem segundo a tradição? **Fractal: Revista de Psicologia**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 437-446, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/8jy4pRTvL3J3SJHsQGTKTCC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 maio 2022.

ROSA, Miriam Debieux. A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. São Paulo: Editora Escuta / FAPESP, 2016.

_____. A psicanálise e as instituições: um enlace ético-político. 2006, **Anais...** São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032006000100045&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 junho 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. A síndrome do pequeno poder. In M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra, (Orgs.). **Crianças vítimas**: a síndrome do pequeno poder São Paulo: Iglu, 1989.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, São Paulo, p. 115-136, 2001.

SAMPAIO, Ronaldo Sousa; GARCIA, Claudia Amorim. Dissecando a masculinidade na encruzilhada entre a psicanálise e os estudos de gênero. **Psicologia em Revista**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 81-102, 2010.

SILVA, L.G.T. Religião e política no Brasil. **Latinoamérica: Revista de Estudios Latinoamericanos**, [S.L.], n. 64, p. 223, 2017. Disponível em: < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742017000100223 >. Acesso em: 19 junho 2022.

SOUZA, E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 59-70, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. [s.l.]: Companhia das Letras, 1983.

STOLLER, R. J. **Sex and gender**: the development of masculinity and femininity (1968). Londres: Karnac Books, 1984.

TIAGO IORC. Masculinidade. 2021. 6:49min

VILELA, C; CHARÃO, C. Violência contra as mulheres é “pandemia global”, diz chefe da ONU. **R7**, 25 nov. Disponível em: < <https://noticias.r7.com/internacional/violencia-contra-a-mulher-e-considerada-pandemia-mundial-25112018> >. Acessado em: 19 junho 2021.

WAISELFISZ, J. J. Mapa de Violência 2015 – Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso, 2015. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 4 junho 2021.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres homofobia. **Estudos Feministas**, [s.l.], v. 9, p. 460-482 2001

ZAREMBA, Júlia. Maioria das mulheres não denuncia agressor à polícia ou à família, indica pesquisa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de fev. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/maioria-das-mulheres-nao-denuncia-agressor-a-policia-ou-a-familia-indica-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 26 fevereiro 2020.